

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
MUSICAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Gabriel de Oliveira Silva Crespo

O ENSINO DE MÚSICA DO COLÉGIO PEDRO II:
estudo comparativo entre o currículo inicial e o atual

Rio de Janeiro

2025

Gabriel de Oliveira Silva Crespo

O ENSINO DE MÚSICA DO COLÉGIO PEDRO II:
estudo comparativo entre o currículo inicial e o atual

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Práticas musicais na Educação Básica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Musicais na Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Stepheson Anchiêta Machado

Rio de Janeiro

2025

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C921 Crespo, Gabriel de Oliveira Silva
O ensino de música do Colégio Pedro II : estudo comparativo entre o currículo inicial e o atual / Gabriel de Oliveira Silva Crespo. – Rio de Janeiro, 2025.

104 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Roberto Stepeson Anchiêta Machado.

1. Educação musical - Estudo e ensino. 2. Anos finais do Ensino Fundamental - Estudo e ensino. 3. Currículos. 4. Estudo comparativo. 5. Colégio Pedro II. I. Machado, Roberto Stepeson Anchiêta. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 780.7

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Gabriel de Oliveira Silva Crespo

O ENSINO DE MÚSICA DO COLÉGIO PEDRO II:

estudo comparativo entre o currículo inicial e o atual

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Práticas Musicais na Educação Básica.

Aprovado em 1 de agosto de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Stepheson Anchiêta Machado
EPMEB/Colégio Pedro II
Orientador

Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Weber de Castro
EPMEB/Colégio Pedro II

Prof. Dr. Felipe Lameu dos Santos
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro

2025

Dedico este trabalho à minha tia Virgínia de Oliveira Silva, que há anos vem me incentivando a continuar minha carreira acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vilma de Oliveira Silva Crespo e Luiz Roberto Nunes Crespo, que me auxiliaram em diversos momentos de minha curta, mas proveitosa trajetória acadêmica. Agradeço ao meu orientador, professor Roberto Stepheson, por todo cuidado, paciência e compreensão que teve no percurso de elaboração deste TCC.

[...] o objetivo final de um currículo de música não é transmitir uma seleção arbitrária ou limitada de valores idiomáticos, mas quebrar os limites dos “mundos restritos da realidade culturalmente definida” e promover a “crítica imaginativa”, tornando públicos procedimentos e critérios. Um currículo de música formal tem um papel importante a desempenhar em tornar *explícitos* os processos musicais.

(Swanwick, 2014,p. 151)

O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala *com* ele.

(Freire, 1996, p. 113)

RESUMO

CRESPO, Gabriel de Oliveira Silva. **O ensino de música do Colégio Pedro II: estudo comparativo entre o currículo inicial e atual.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

A presente pesquisa tem como desígnio investigar o currículo de Música do Colégio Pedro II em dois períodos distintos: o inicial e o atual. Como recorte, utilizamos a 8ª aula, 7ª aula e 6ª aula do primeiro; e o 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental do segundo período. Para tanto, levantamos os seguintes objetivos: construir um panorama comparativo entre o currículo inicial e o atual do Colégio Pedro II; analisar os dados contidos em ambos os currículos, por meio de documentos para a verificação de possíveis semelhanças e divergências curriculares nos períodos em questão; e entender as práticas pedagógicas do ensino de música dos referidos recortes temporais. O trabalho em tela traz quatro tipos de abordagens: pesquisa qualitativa, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e estudo comparativo. A escolha pelo amálgama dessas abordagens possibilitou uma análise mais profícua dos dados, o que nos revelou a dinâmica instrutiva e as consonâncias e dissonâncias entre as diretrizes curriculares. Por meio de documentos e de textos, foi possível traçar um panorama analítico integral, do qual extraímos informações relevantes acerca das práticas do ensino musical da instituição. Como aporte teórico, utilizamos Fernandes (2000), Fonterrada (2008), Gainza (1988) e Paz (2013), no que se refere aos métodos ativos da Educação Musical; Schafer (2011) e Swanwick (2003; 2014), para as discussões acerca da Educação Musical e das dimensões técnico-musicais; Doria (1997), Garcia (2016; 2022), Lima (2016), Silva (1838) e Vechia e Lorenz (2006), para traçar um panorama histórico e documental das aulas de Música do CPII, instituição que traz essa modalidade de ensino desde a sua fundação, em 1837. Para além da Música, ancoramo-nos em Braun e Clarke (2006), para procedermos à AT (análise temática); e Fachin (2006), para fundamentar a metodologia empregada, dentre outros autores que trouxeram valiosas contribuições para as reflexões, análises e diálogos suscitados. O compêndio de Música de Francisco Manuel da Silva, de 1838, assim como jornais com o Imperial Collegio de Pedro Segundo em manchete, e outros documentos da época, mostraram-nos a aplicabilidade da teoria musical e do canto como protagonistas nas aulas de Música. No período atual, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), e demais fontes, trouxeram à baila os conteúdos pedagógico-musicais basilares, tanto vocal como instrumental, o perfil do professorado e as práticas pedagógicas diversificadas que envolvem o estudante como constituinte da aprendizagem.

Palavras-chave: currículo de música; educação musical; Colégio Pedro II; Imperial Collegio de Pedro Segundo; estudo comparativo.

ABSTRACT

CRESPO, Gabriel de Oliveira Silva. **Music teaching at Colégio Pedro II**: comparative study between the initial and current curriculum. 2025. Undergraduate Thesis (Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

This research aims to investigate the music curriculum at Colégio Pedro II in two distinct periods: the initial and the current. As a cross-section, we used the 8th, 7th, and 6th classes of the first period; and the 6th, 7th, 8th, and 9th grades of the second period. To this end, we set the following objectives: to construct a comparative overview between the initial and current curricula of Colégio Pedro II; to analyze the data contained in both curricula, using documents to identify possible similarities and differences in the curricula during these periods; and to understand the pedagogical practices of music education in these time periods. The work in question involves four types of approaches: qualitative research, documentary research, bibliographic research, and comparative study. Choosing to combine these approaches enabled a more fruitful analysis of the data, revealing the instructional dynamics and the consonances and dissonances between the curricular guidelines. Through documents and texts, it was possible to draw up a comprehensive analytical panorama, from which we extracted relevant information about the institution's music teaching practices. As a theoretical contribution, we used Fernandes (2000), Fonterrada (2008), Gainza (1988) and Paz (2013), regarding the active methods of Music Education; Schafer (2011) and Swanwick (2003; 2014), for discussions about Music Education and technical-musical dimensions; Doria (1997), Garcia (2016; 2022), Lima (2016), Silva (1838) and Vechia and Lorenz (2006), to outline a historical and documentary panorama of Music classes at CPPII, an institution that has offered this teaching modality since its foundation in 1837. In addition to Music, we based ourselves on Braun and Clarke (2006), to carry out TA (thematic analysis); and Fachin (2006) to support the methodology employed, among other authors who made valuable contributions to the reflections, analyses, and dialogues raised. Francisco Manuel da Silva's 1838 music compendium, as well as newspapers featuring the Imperial College of Pedro Segundo, and other documents from the period, demonstrated the applicability of music theory and singing as key elements in music classes. In the current period, the Institutional Pedagogical Political Project (PPPI) and other sources have highlighted the fundamental pedagogical-musical content, both vocal and instrumental, the profile of the teaching staff, and the diverse pedagogical practices that involve the student as a constituent of learning.

Keywords: music curriculum; music education; Colégio Pedro II; Imperial Collegio de Pedro Segundo; comparative study.

LISTA DE FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

Figura 1 - Mapa temático.....	46
Figura 2 - Esquema dos subtemas do Tema 4.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mappa de lições das diversas aulas do Collegio.....	48
Tabela 2 – Tabella dos estudos de cada anno para o Collegio de Pedro Segundo, de 1841.....	49
Tabela 3 – Componentes curriculares do ensino fundamental - anos finais.....	50
Tabela 4 – Comparativo do percentual das cargas horárias em cada grade apresentada.....	51

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Conteúdos de História do 8º ano.....	63
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEM – Associação Brasileira de Educação Musical

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANPPOM – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música

AT – Análise Temática

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BN – Biblioteca Nacional

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBHE – Congresso Brasileiro de História da Educação

CBM-UniCBE – Coservatório Brasileiro de Música - Centro Universitário Brasileiro de Educação

CPII – Colégio Pedro II

CREIR – Centro de Referência em Educação Infantil

ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino

IFs – Institutos Federais de Ensino

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais

NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória

PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional

PROEJA – Projeto Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SEE-DF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Hipótese e objetivos.....	15
1.2	Recorte, objeto de estudo, tipo de pesquisa e metodologia.....	15
1.3	Justificativa.....	17
1.4	Estudo da arte.....	18
1.5	Referencial teórico.....	19
1.6	Apresentação dos capítulos.....	19
2	COLÉGIO PEDRO II - DOIS TEMPOS.....	21
2.1	Imperial Collegio de Pedro II: o início.....	21
2.1.1	Olhar governamental.....	24
2.1.2	Discentes e formas de ingresso.....	26
2.1.3	Primeiros professores.....	27
2.1.3.1	Mestre Arvellos, o primeiro no cargo.....	27
2.1.3.2	Mestre Pinto.....	30
2.1.4	Primeiro currículo de Música.....	31
2.1.4.1	Conteúdos programáticos da 8ª, 7ª e 6ª aula.....	34
2.1.4.2	Avaliação.....	36
2.2	Colégio Pedro II hoje.....	36
2.2.1	Panorama institucional.....	37
2.2.2	Discentes e formas de ingresso.....	38
2.2.3	Corpo docente.....	39
2.2.4	Currículo de Música atual.....	39
2.2.4.1	Conteúdos programáticos do 6º, 7º, 8º e 9º ano.....	41
2.2.4.2	Avaliação.....	43
3	RONDÓ - ENTRE O PASSADO E O PRESENTE.....	44
3.1	Tratamento dos dados: estudo comparativo e AT.....	44
3.1.1	Temas.....	45
3.1.1.1	Ritmo e andamento - Tema 1: Tempos das aulas.....	47
3.1.1.1.1	Período inicial.....	47
3.1.1.1.2	Período atual.....	50
3.1.1.2	O tom – Tema 2: Ingresso dos professores.....	52
3.1.1.2.1	Período inicial.....	52

3.1.1.2.2	Período atual.....	53
3.1.1.3	Melodia - Tema 3: Ingresso dos alunos.....	54
3.1.1.3.1	Período inicial.....	54
3.1.1.3.2	Período atual.....	55
3.1.1.4	Armadura de clave - Tema 4: Conteúdos didático-musicais.....	56
3.1.1.4.1	<i>Ritornello</i> - Consonâncias.....	58
3.1.1.4.2	Casa de primeira - Dissonâncias.....	60
3.1.1.4.3	Casa de segunda - Conteúdos complementares.....	64
3.1.1.5	Tema 5: Avaliações.....	66
3.1.1.5.1	Definindo a trajetória.....	67
3.1.1.5.2	Período inicial.....	67
3.1.1.5.3	Período atual.....	68
3.2	Coda.....	70
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS.....	78
	ANEXOS.....	83
	Anexo A: Compendio de Musica, de Francisco Manuel da Silva.....	84
	Anexo B: Tabelas de conteúdos do ensino fundamental - anos finais.....	87
	Anexo C: Estatuto do Collegio de Pedro II (1837).....	91
	Anexo D: Anuário do Colégio Pedro II.....	100
	Anexo E: Docentes do Departamento de Educação Musical do Colégio Pedro II.....	102

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso surge a partir do desdobramento de investidas acadêmicas anteriores. No ano de 2022, ingressei no curso de Licenciatura em Filosofia do Colégio Pedro II (CPII), no Campus Realengo II. Todavia, por motivos de trabalho, precisei trancar o curso em 2024, ao final do 4º período. Ao longo do tempo em que estudei na instituição, cursei matérias que me cativaram e que me despertaram interesses novos, dentre elas, a disciplina de História da Educação, ministrada pelo professor Felipe Lameu. Na ocasião, o docente formou um grupo de estudos multidisciplinar, este voltado para a pesquisa acerca da história das disciplinas ministradas no CPII, que tinha – e ainda tem, pois o grupo continua ativo – como recorte temporal de interesse o período entre 1838 e 1855. O professor convidou-me a participar como voluntário no referido grupo. Sugeriu-me, então, que estudasse o ensino de Música do CPII da época em questão, posto que tinha conhecimento de minha primeira graduação, que foi no curso de Licenciatura em Música, pelo Conservatório Brasileiro de Música - Centro Universitário Brasileiro de Educação (CBM-UniCBE), concluída no ano de 2019.

Participei do grupo de estudos durante um curto período, pois me mudei para Brasília para assumir o cargo de professor na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF). No tempo em que me envolvi diretamente no grupo, ao aceitar o convite, escrevi um resumo sobre o debate temático no qual fui inserido, a saber, o ensino de Música no CPII durante os anos de 1838 e 1855. O texto foi submetido e aceito para uma comunicação no XII Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) 2024. A edição de 2024 foi na cidade de Natal, na (UFRN). Contudo, não pude apresentar o trabalho. De todo modo, a partir do resumo supracitado, e com a ajuda de uma tia, professora Virgínia de Oliveira, docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tive êxito e aprovação para levar o tema na forma de pôster para o XXII Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino (ENDIPE) em 2024, que ocorreu em João Pessoa, na Paraíba, sendo apresentado por mim no referido evento no dia 8 de novembro de 2024. Portanto, a pesquisa em pauta nasce da contribuição desses dois professores, e do meu interesse despertado ao longo de um período de experiências e trocas no CPII, instituição de ensino que será tratada devidamente adiante.

1.1 Hipótese e objetivos

A hipótese que fomenta este trabalho é: o currículo musical no CPII mudou, mas mantém-se comprometido com o ensino de vanguarda. Para que se possa atestar tal suposição, levantamos o seguinte objetivo geral: construir um panorama comparativo entre o currículo inicial e o atual do CPII. Para que esse intento aconteça, a pesquisa possui os seguintes objetivos específicos: analisar os dados contidos em ambos os currículos, por meio de documentos para a verificação de possíveis semelhanças e divergências curriculares nos períodos em questão; e entender as práticas pedagógicas do ensino de música dos referidos recortes temporais. Desta feita, pondera-se: quantas aulas foram e, atualmente, quantas são ofertadas, para quais turmas? Quais abordagens pedagógicas fundamentam os dois currículos? Entendemos que são períodos bem distintos, assim como o processo educacional e a sociedade de cada época, mas que, por se tratar da mesma instituição de ensino regular e que o ensino de Música no Brasil está, de certa maneira, atrelado à história do CPII, posto que foi a primeira instituição de ensino regular com a Música em sua grade curricular, consideramos poder, com este trabalho, contribuir com o debate acerca do Ensino de Música e da importância da Educação Musical no Brasil.

1.2 Recorte, objeto de estudo, tipo de pesquisa e metodologia

A presente pesquisa aborda o ensino de Música em uma das mais importantes instituições de ensino brasileiro, o CPII, pioneira na Educação Musical no país. Em 1838, em seu primeiro currículo, já trazia a Música como uma das disciplinas a serem lecionadas.

O ensino de música hoje no CPII não se limita à educação básica, possuindo alcance em todos os níveis educacionais, dentre eles a pós-graduação em Práticas Musicais na Educação Básica, curso do qual este trabalho é fruto.

Para fins de delimitação da pesquisa, debruçar-nos-emos especificamente no que diz respeito ao currículo da educação básica. Desta maneira, traçaremos um paralelo entre abordagens pedagógicas para um segmento educacional correlato: 8^a, 7^a e 6^a aulas do currículo inicial, e o ensino fundamental, anos finais, do atual. Desta feita, iremos nos limitar ao ensino fundamental - anos finais e seu correspondente do CPII do século XIX. Nosso objeto de estudo, então, será o currículo de música do período inicial e do período atual desses segmentos escolares.

O trabalho em tela tem como proposta de atuação científica quatro tipos de abordagens metodológicas: pesquisa qualitativa, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e estudo

comparativo. A escolha dessas quatro abordagens possibilita uma análise mais profícua dos dados recolhidos e visa a melhor compreensão das informações adquiridas a partir da combinação acima explicitada, o que nos possibilita refletir a respeito da dinâmica das práticas pedagógicas nos dois momentos selecionados.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem metodológica que “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Deslandes *et al.*, 2010, p. 21), e que tem, portanto, segundo Lüdke (1986, p. 11), “o ambiente natural como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento” (Lüdke, 1986, p. 11). Utilizaremos esse procedimento com o intuito de aferir nos documentos analisados, informações que contribuam para a construção de um panorama comparativo entre os currículos dos períodos analisados neste texto, isto é, os anos em que vigorou o primeiro currículo do Imperial Collegio de Pedro Segundo (1838 a 1855) e os anos entre 2017 e 2020, período de vigor do atual currículo do CPII.

A pesquisa documental, trata-se de um tipo de abordagem voltada para o levantamento e análises de documentos. De todo modo, o documento investigado pode ser de diversos gêneros. Para Severino (2007, p. 122-123), “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”. Sendo assim, utilizaremos a pesquisa documental para investigar registros do CPII referentes às aulas de Música, nos recortes temporais já explicitados, bem como regulamentos da instituição, Projeto Político-Pedagógico, dentre outros que viabilizem a análise acerca do ensino de Música no CPII.

A pesquisa bibliográfica, debruça-se sobre textos e “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (Severino, 2007, p. 122). Esta via de pesquisa é bastante cara à pesquisa aqui elaborada, posto que os materiais produzidos a respeito de um tema a ser desenvolvido – seja qual for a pesquisa em questão – contribuem por demais, pois trazem um estado da arte acerca do assunto, facilitando a consulta e o acesso à informação, além de servir de material de base para leitores que desejem se aprofundar.

O estudo comparativo, segundo Fachin (2006, p. 40), consiste em verificar os fatos e então descrevê-los de acordo com as suas diferenças e semelhanças. E continua o autor: “Geralmente, o método comparativo aborda duas séries ou fatos de natureza análoga, tomados de meios sociais ou de outra área do saber, a fim de se detectar o que é comum a ambos” (Fachin, 2006, p. 40). Através do estudo comparativo, é possível analisar tempos diferentes em uma mesma instituição de ensino, como faremos a seguir, mas também, instituições

diferentes que trabalhem de maneira semelhante. Ainda é possível analisar outras diversas combinações de características, assuntos e objetos.

A combinação de tipos de pesquisa aqui utilizada permitirá, como mencionado, investigar consonâncias e dissonâncias entre as diretrizes curriculares de ambos os períodos em questão. Por meio da documentação e dos textos relevantes, poderemos comparar detalhadamente e avaliar de maneira qualitativa os dados colhidos. O intuito é criar um panorama analítico, do qual se possa extrair informações interessantes acerca das práticas pedagógicas do ensino de música no CPII, tanto no momento inicial de sua consolidação, como no momento mais recente.

Neste trabalho, utilizamos publicações relevantes sobre o CPII, além de documentos históricos da referida instituição, para auxiliar e fundamentar dados do passado da instituição, mais especificamente entre os anos 1838 e 1855, e os documentos recentes entre os anos 2017 e 2020, última atualização do currículo de música, a fim de construir uma comparação curricular do ensino musical e de suas abordagens na instituição. A escolha dos períodos acima listados se deu pelo fato de serem respectivamente: o período inicial do CPII, momento no qual perdurou o primeiro currículo disciplinar do então chamado Imperial Collegio de Pedro Segundo, e o período de duração estipulada do currículo atual da instituição, ainda em vigor, no momento de escrita deste texto.

1.3 Justificativa

Considerando relevante o surgimento do CPII para o entendimento do que é a escola no Brasil, optamos por visitar seu início, a fim de verificar suas raízes enquanto instituição de ensino. Sendo assim, torna-se interessante a análise comparativa entre o pensamento pedagógico-musical em seu primeiro currículo e a comparação com o atual, o que proporciona a reflexão sobre o ensino de Música, não só nesta instituição, mas também a nível nacional, embora esta pesquisa não pretenda estender suas considerações para além do CPII, tampouco, para além dos períodos já mencionados.

A pesquisa curricular comparativa promove a possibilidade de refletirmos a respeito da disciplina sob análise, não só do que mudou em relação à sua pedagogia, mas também de sua relevância no escopo geral da matriz curricular da instituição em discussão, bem como permite a análise de dados importantes acerca das práticas de ensino e do quão os professores da área foram e são – ou não – valorizados.

O presente trabalho pode auxiliar na construção de um panorama histórico-analítico do currículo musical, sobretudo em se tratando da instituição de ensino pioneira no ensino musical do Brasil.

1.3 Estudo da arte

Para se ter um ponto de partida e, assim, se obter um panorama da temática deste estudo, para selecionar material e para embasar este intento, buscamos em diversos repositórios acadêmicos por palavras-chave que tivessem relação com as intenções aqui dispostas. Foram elas: Música no Colégio Pedro II; Currículo musical do Colégio Pedro II entre 1838 e 1855 e de 2017 a 2020; Educação Musical na escola regular. Para algumas delas, os resultados não foram tão satisfatórios. A seguir, vamos expor os resultados desta busca.

Para a expressão “Música no Colégio Pedro II”, foram encontrados 62 (sessenta e dois) resultados, os quais se dividiram da seguinte forma: 17 (dezesete) resultados encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), apenas 1 (um) no site da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), 40 (quarenta) no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e 5 (cinco) na revista da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Outros repositórios foram visitados, porém não retornaram resultados para esta palavra-chave.

Ainda sobre os resultados acima listados, destacaram-se alguns trabalhos, os quais listamos adiante: no SciELO, encontramos 1 (um) texto de Gilberto Vieira Garcia (Garcia, 2021), autor que se debruçou a respeito do primeiro currículo musical do CPII; dos 40 (quarenta) textos encontrados nos periódicos da CAPES, 6 (seis) foram os que mais se aproximaram do interesse desta pesquisa – 4 (quatro) deles de autoria de Garcia – e na revista da ABEM, apenas 1 (um) foi selecionado, sendo que neste Garcia é co-autor.

Quanto à busca por “Currículo musical do Colégio Pedro II entre 1838 e 1855 e 2017 a 2020”, fizemos duas pesquisas, uma para cada período. No entanto, para ambos os casos, não foram encontrados resultados referentes ao tema desta pesquisa, isto é, não encontramos trabalhos que abordassem o ensino musical nos períodos em questão (1838-1855 e 2017-2020).

Outra palavra-chave utilizada foi “Educação musical na escola regular”. Para esta busca, encontramos os seguintes resultados: nos periódicos da CAPES, foram 27 (vinte e sete) trabalhos, dos quais 3 (três) se aproximam da temática desta pesquisa; na revista da ABEM,

encontramos 5 (cinco) trabalhos, onde separamos 3 (três); na Revista OPUS, encontramos 9 (nove) resultados, extraímos daí 1 (um) trabalho.

1.5 Referencial teórico

Como aporte teórico, utilizamos para esta pesquisa Fernandes (2000), Fonterrada (2008), Gainza (1988) e Paz (2013), no que se refere aos métodos ativos da Educação Musical; Schafer (2011) e Swanwick (2003; 2014), para as discussões acerca da Educação Musical e das dimensões técnico-musicais; Doria (1997), Garcia (2016; 2022), Lima (2016), Silva (1838) e Vechia e Lorenz (2006), para traçar um panorama histórico e documental do ensino musical no CPII. Para além da Música, ancoramo-nos em Braun e Clarke (2006), para estabelecer e guiar nossa análise temática; e Fachin (2006), para fundamentar a metodologia acadêmica empregada, dentre outros autores que trouxeram valiosas contribuições para as reflexões, análises e diálogos suscitados.

1.6 Apresentação dos capítulos

Nesta primeira parte, introdutória, trazemos a temática, a hipótese, os objetivos, a metodologia e o arcabouço teórico principal da presente pesquisa, bem como apresentamos um panorama do que se tem discutido academicamente no entorno de nosso intento.

No segundo capítulo, apresentamos o CPII nos dois recortes temporais aqui apresentados, o período inicial entre os anos 1838 e 1855 e o período atual entre os anos 2017 e 2020, e o ensino de Música nesses períodos. Para que isto seja possível, abordamos o olhar governamental, que era a maneira de como o governo imperial avaliava o CPII em seu primeiro ano de existência; trazemos informações acerca dos dois primeiros professores de música do Colégio, que eram chamados de mestres e possuíam uma posição hierarquicamente inferior diante de outros educadores; destacamos informações relevantes sobre o público alvo do CPII e como eram aceitos ou não os candidatos à matrícula, a seguir descrevemos brevemente o currículo musical da época e os processos avaliativos da instituição; o passo seguinte é versar acerca de cada tópico acima descrito no atual CPII, abrindo a possibilidade de análise comparativa a ser desenvolvida no capítulo seguinte.

O terceiro capítulo descreve como irá funcionar a análise temática. Delimitamos, então, os cinco temas a serem trabalhados na pesquisa, a saber: **Tema 1: Tempo das aulas**, que informa acerca da quantidade de tempos (horário de aula) por semana dedicados ao ensino de Música; **Tema 2: Ingresso dos professores**, que descreve como os docentes ingressaram na

instituição; **Tema 3: Ingresso dos alunos**, que diz respeito à maneira de acesso ao CPII, por parte dos candidatos a estudantes e seu interesse na vaga; **Tema 4: Conteúdos didático-musicais**, que mostra o que foi trabalhado em cada período e série; e **Tema 5: Avaliações**, que esclarece a compreensão das práticas e abordagens avaliativas da instituição. A partir da apresentação dos temas e análises, permite-se refletir a respeito de como se deu e se dá atualmente o ensino de Música no CPII.

O quarto e último capítulo traz as considerações finais, revisitando pontos da pesquisa, respondendo às ponderações e proposições dos objetivos traçados e apresentando os resultados, entendendo-se, todavia, que são parciais, reflexivos e que poderão, à frente, suscitar desdobramentos.

2 COLÉGIO PEDRO II - DOIS TEMPOS

2.1 Imperial Collegio de Pedro II: o início

O Imperial Collegio de Pedro II teve sua fundação instituída em 1837, através do decreto de 2 de dezembro do mesmo ano. Porém, o início de suas atividades letivas foi em 1838 (Brasil, 1837). O decreto converte o Seminário de São Joaquim em Colégio de educação secundária, o Imperial Collegio de Pedro II. De lá para cá, a instituição se destacou e passou a ter grande importância na construção e concepção educacional brasileira.

O documento que marca este momento histórico do Colégio é o Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838, ano seguinte à sua criação (Brasil, 1838). Nele estão contidas as informações referentes ao primeiro estatuto da instituição. Destacaremos, a seguir, algumas delas, tais como as atribuições previstas para o reitor, o vice-reitor, professores, alunos e demais pessoas envolvidas na instituição.

O decreto também é uma fonte primária importante para pesquisas que tratam da dinâmica inicial do Colégio: pensamento social, perspectiva econômica, bem como traços de uma possível linha pedagógica a ser adotada. No Regulamento nº 8 encontramos, dentre outros assuntos, dados sobre os feriados, férias, o uso da biblioteca, a divisão de alunos e os castigos – punições diversas que seriam aplicadas de acordo com o julgamento do professor, inspetor, vice-reitor ou mesmo, nos casos considerados mais graves, o reitor do Colégio. Há, neste documento, uma pluralidade de possibilidades de pesquisas e incursões, devido à sua completude na descrição dos variados assuntos que permeiam a criação de uma instituição de ensino, ademais, a marca do período imperial está ali contida.

Dentre as informações contidas no Regulamento nº 8, uma que nos chama atenção é a disposição e distribuição das disciplinas de acordo com as séries. À época, o que hoje chamamos de série, era chamada de aula. Lima (Santos, 2011a, p. 56 *apud* Lima, 2016, p. 83), esclarece que o ensino, à época, tinha uma duração de 8 anos e sua estrutura era serial e decrescente, além disso, aquilo que hoje chamamos de série, com “séries identificadas como aulas, em um sistema decrescente, pelo qual o curso se iniciava na oitava aula”. Este sistema de seriação do ensino, bem como a conjunção de disciplinas a serem distribuídas no percurso dos oito anos de estudos, à época, foi uma inovação, mas hoje é comum na maioria das escolas do país. Esta é uma provável influência do Colégio no pensamento estrutural da escola brasileira atual.

Nos primeiros anos de existência do Colégio, para ingressar na instituição, o candidato deveria cumprir algumas condições, como podemos observar nos artigos 46, 47 e 48 do primeiro estatuto da instituição (Regulamento nº 8), conforme podemos observar abaixo:

Art. 46. Ninguém será admittido Alumno, se em seu favor não concorrerem os seguintes requisitos: §1º Idade, pelo menos de 8 annos, e de 12 quando muito. Os que excederem essa idade, não serão admittidos, sem licença especial do Governo. §2º Saber ler, escrever, e contar as quatro primeiras operações de Arithimetica. §3º Attestado de bom procedimento dos Professores, ou Directores da Escolas, que houverem frequentado. §4º Despacho de admissão dado pelo Reitor. Art. 47. Além disso deverá o que pretender ser Alumno interno, ter tido bexigas naturaes, ou vaccinadas. Art. 48. Quando o Reitor não quizer admittir algum Alumno, participará ao Ministro do Imperio as razões, que teve para assim proceder. Essas participações serão reservadas e secretas (Brasil, 1838, p. 69).

A partir do exposto, podemos pensar acerca do processo de matrícula da época inicial que, possivelmente, atendia às demandas da elite que o idealizou. Se levarmos em consideração principalmente o artigo 48, verificamos que o impedimento de acesso à escolarização nesta instituição era informação secreta, de onde podemos inferir que, casos particulares de interesse do reitor poderiam interferir no ingresso de algum estudante e família que almejasse uma vaga na instituição.

É importante lembrar que o Colégio foi criado com o intuito de ser referência no ensino nacional, e que os alunos formados tinham acesso direto às academias imperiais (ensino superior da época). Isso significa que não precisavam passar por exames de admissão. Por outro lado, exames desse tipo eram prestados por alunos de outras instituições e ocorriam dentro (e sob as especificações) da instituição. Com os procedimentos adotados hoje, modificados e atualizados ao longo do tempo, o acesso a esta instituição se tornou mais democrático.

O Colégio atravessou os séculos e perdura até hoje, com seus 187 anos de existência, tendo passado por diversas modificações estruturais, de nomenclatura, de propostas e posturas pedagógicas, mas nunca eliminando a Música de seu currículo, o que endossa, para dizer o mínimo, que esta arte – e disciplina – é de notório valor para a instituição. Dentre as muitas transformações que sofreu em sua trajetória histórico-educacional, uma das que podemos destacar é em relação ao seu alcance, isto é, o quanto o Colégio cresceu durante este percurso.

Outro aspecto importante a ser destacado no período inicial é a relação de proximidade intrínseca entre a instituição e a igreja católica, haja vista que seu primeiro reitor era membro do clero, frei Antônio de Arrábida. Essa proximidade vai além da reitoria, pois um dos critérios de escolha dos primeiros professores era seu envolvimento com a igreja. Mas nem só de igreja

católica viveu o CPII e seus funcionários. A música e seu ensino estão também vinculados à instituição. Vale destacar que o então reitor da instituição de ensino fora um professor de música – de bastante influência na corte –, como podemos ver a seguir:

João VI, ainda em Portugal, nomeou Frei Antônio como preceptor de D. Pedro I e seu irmão, D. Miguel, acompanhando-os na vinda da família real para o Brasil. O religioso teria sido, também, professor de piano de D. Pedro I. Após a chegada ao Brasil, Frei Antônio se instalou no Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca e, assim, “apesar da pequena propensão aos estudos, D. Pedro passa a subir constantemente as escadarias do convento para estudar piano e receber conselhos de seu preceptor” (Bettamio, 2010, n.p. *apud* Santoro *et al.*, 2017, p. 42).

Santoro *et al.* reiteram o fato de o primeiro reitor do Colégio ser professor de Música, o que pode ter colaborado em algumas decisões administrativas na regência da instituição (Santoro *et al.*, 2017, p. 42). Também é importante ressaltar que, para além de o cargo de reitoria ter ficado em mãos de um membro do clero católico, que àquela época tinha grande poder e influência em diversas áreas, como política, cultura e, vide a decisão acima descrita, também o exercia na Educação. O poder da igreja católica se demonstra igualmente presente na seleção de professores do CPII, ao menos em seu período inicial, como revelam Santoro *et al.* (2017, p. 44): “A formação acadêmica, a notoriedade e a erudição nas áreas de Letras, Ciências, Políticas, Artes e até Religião foram critérios para a seleção do quadro docente inicial do CPII”. Entretanto, como não existia nível superior em Música naquele momento, este não era um quesito relevante para a escolha do mestre de Música da instituição.

O Colégio se distinguiu do tipo de abordagem metodológica mais comum e disponível em sua época. Santoro *et al.* (2017, p. 47), destacam: “no CPII, o objetivo de ensino não era a formação profissionalizante, porém a humanitária, em que o conhecimento e a prática musical incluam os iniciados em um distinto grupo de elite que se assemelhava aos padrões civilizatórios europeus”. Havia, portanto, como os autores descrevem, um interesse na formação de uma corte nacional, espelhada nas características consideradas ideais ao padrão europeu, sobretudo, a Europa central, que foi modelo inspiracional para o então recém-instituído CPII.

Quando observamos o primeiro estatuto do CPII (Imperial Collegio de Pedro II), percebemos que as intenções de equiparação com o padrão europeu de civilização permeiam sua escrita. Um exemplo disso é a seleção de disciplinas: Gramática Nacional, Latim, Grego, Francês, Inglês, Geografia, História, Retórica e Poética, Filosofia, Matemática, Astronomia, História Natural, Ciências Físicas, Desenho e Música Vocal. Observamos a prevalência de

línguas no currículo, isto é, uma forma de se manter perto da cultura europeia. Corroborando com esta observação, Vechia e Lorenz assinalam que:

[...] o Imperial Collegio de Pedro II representou a primeira iniciativa do Governo Imperial de estabelecer o ensino secundário público no Município da Corte e, de buscar alguma organicidade no ensino secundário no Brasil. Sua fundação teve por finalidade oferecer um tipo de educação que atendesse aos interesses da elite intelectual, econômica e religiosa da Corte e das Províncias brasileiras. Em decorrência de idéias iluministas e liberais em voga na época, os governantes brasileiros foram buscar inspiração em países da Europa Central para organizar uma instituição de ensino secundário modelar. Esta nova instituição deveria constituir-se em um centro receptor e difusor de idéias educacionais em voga, principalmente na Europa Central relativas ao ensino secundário (Vechia; Lorenz, 2006, p. 1).

Apesar de ter um caráter humanístico, contendo no seu currículo inicial a valorização das artes, o CPII em sua fundação, não visava atender a demandas de toda a sociedade brasileira do século XIX. Sua construção, regulamento e estatuto não miravam outra coisa, senão atender às demandas da elite nacional. Podemos, portanto, compreender o Colégio como uma instituição tributária de seu tempo, como verificamos a seguir:

Tendo-se em vista que a sociedade brasileira era comandada por uma aristocracia escravocrata, a fundação do Collegio visava atender a esta elite. Seu plano de estudos tinha por objetivo conduzir o aluno ao ingresso nos cursos superiores pois a Corte desejava formar pessoas que a dignificassem entre as nações ilustres (Vechia; Lorenz, 2006, p. 3).

Considerando, então, o tipo de sociedade que o Colégio Pedro II e seus idealizadores tinham em mente ao criá-lo, podemos analisar outros aspectos e características da instituição, ontem e hoje. Pelo exposto até aqui, este trabalho visa à análise de alguns destes traços do Colégio. Para seguirmos com a análise, vejamos como se constituía a formação dos alunos, sobretudo no que diz respeito ao ensino musical.

2.1.1 Olhar governamental

Em 1838 houve duas visitas de comissários do governo à instituição. Esses funcionários elaboraram um relatório acerca do Colégio, suas aulas (séries), seus funcionários e as disciplinas ministradas. O relatório foi publicado na primeira página do periódico *O Chronista*, de 11 de dezembro de 1838 (*Actos Officiaes*, 1838, p. 1057).

O relatório se inicia com uma informação baseada em apenas duas visitas. O que parece apropriado, posto que se trata do primeiro ano do Colégio, por este motivo, a visita teve de ocorrer no final daquele ano (1838). Antes de abordar o tema principal do relatório, ou

seja, avaliar as aulas – no sentido utilizado atualmente –, os professores e o desempenho dos estudantes, há uma menção à higiene da escola, que estava de acordo com a norma da época. Há apenas a sugestão de que fosse ordenada uma maior frequência das trocas de roupas brancas.

A primeira disciplina a ser avaliada foi a de “arithmetic”, na qual havia um professor substituto e que era de conhecimento dos comissários, que o elogiaram. O relatório descreve como os estudantes da 6ª aula conseguiram demonstrar seus conhecimentos mediante os exames que os comissários lhes submeteram. Quanto aos estudantes da 8ª aula, que tinham terminado os estudos e concluído as avaliações do Colégio, o relatório menciona apenas que não foi possível avaliar seus alunos.

A seguir, o relatório descreve a disciplina de “geographia”. O documento destaca que havia muitos alunos nos bancos de honra, reiterando, ainda, que não houve necessidade de castigo nesta disciplina e que, por conta da visita a esta disciplina ter ocorrido em dia de prova, os comissários não entraram em sala. Os comissários apenas observaram a feitura da avaliação.

Fala-se ainda sobre as aulas superiores de “Geographia e Historia”, nas quais os 13 (treze) alunos decoraram diversas informações, como nomes de capitais, lagos e mares, sentido dos rios, bem como nomes de pessoas importantes, seus feitos e outros. O relator exalta que a repetição destas informações tornou possível que os alunos as afixassem em suas memórias. Essa prática pedagógica era considerada exemplar no período.

O próximo tópico do documento são as aulas de “grammaticas” (portuguesa e grega). Neste ponto do texto, há muitos elogios ao professor que regeu as duas disciplinas. Os autores destacam que alguns estudantes estavam a ponto de ler em grego, e que só lhes faltavam os livros. Contudo, nada foi falado sobre os exames que os comissários possam ter aplicado. Mas se subentende que, de alguma forma, os estudantes foram considerados aptos e habilitados para seguirem seus estudos.

Sobre as aulas de “francez”, destaca-se que os estudantes eram bem adiantados e que eram capazes de traduzir alguns textos. Em Desenho, o documento indica que a prática didática adotada pelo professor era adequada e eficiente, e que seus alunos tinham futuro promissor na área. Sobre Grammatica latina (da 6ª e 7ª aulas/séries), não houve avaliação, pelo mesmo motivo da 8ª aula de Arithmetica. De todo modo, os funcionários, ao analisarem esta aula, a qual fora submetida a um exame e que os alunos responderam, segundo o relator, de maneira sofrível, mas aptos para o próximo ano de estudos. A disciplina de Música está no mesmo parágrafo das disciplinas aqui mencionadas anteriormente. A respeito desta disciplina,

diz-se que “a aula de musica quasi que está nominal: o seu lente (*sic*) proprietario¹ a não frequenta, e o que interinamente está servindo parece não tomar muito a peito o seu progresso” (Actos Officiaes, 1838, p. 1057).

Por fim, o relatório é encerrado, mas com um desafio para quem quisesse e pudesse provar que a escola não era, de fato, boa, organizada e limpa, de acordo com os padrões de excelência da época. Também são feitos elogios ao imperador, com 13 (treze) anos à época. Diz o documento: “é um pae (*sic*) no meio de numerosos filhos que o acatam e o respeitam” (Actos Officiaes, 1838, p. 1057).

Após a publicação desse relatório, o vice-reitor do CPII, Leandro Rabello Peixoto e Castro, publicou uma resposta em, pelo menos, outros dois periódicos: o Correio Oficial e O Sete D’Abril, no dia 14 de dezembro de 1838. O conteúdo desta resposta é uma justificativa, mais ainda, uma defesa tanto de Francisco da Luz Pinto, que, segundo Castro, não era professor interino, mas que apenas cumpria o favor de ensaiar alguns alunos para cantarem o “Hymno de Pedro II”² no dia das premiações, como também de Januario Arvellos, posto que estava adoecido há tempos e que, por isso, não deveria ser acusado de mal mestre, pois sua ausência era justificada. Castro revela nesta carta ao editor do jornal que ambos os professores estavam em situações atípicas (Correspondencia, 1838, p. 4).

2.1.2 Discentes e formas de ingresso

A escolha de uma formação europeizada interfere diretamente na seleção do público-alvo do Colégio, sobretudo pelo período de criação da instituição: século XIX. Um caso interessante de se comentar é a respeito dos alunos do Seminário de São Joaquim, instituição anterior e que foi substituída pelo recém-criado Imperial Collegio de Pedro II, na qual estudavam órfãos que teriam duas possíveis formações: a de padre, caso no jovem fosse percebida a vocação para tal ofício, ou uma formação para o trabalho, voltada principalmente para a labuta braçal, como sapateiro, ferreiro, marceneiro e outros. Ao tentarem se matricular no Colégio, mesmo com a solicitação de matrícula do então reitor ao ministro, alguns dos interessados tiveram posta em dúvida a capacidade de estudar naquele Colégio, como revela Doria (1977):

Opôs-se Bernardo de Vasconcellos à pretensão dos alunos sem regra, providenciando também sobre outra pretensão, a de quatro alunos do antigo Seminário de São Joaquim, até então sob os cuidados do professor primário

¹ Faz menção ao Arvellos, professor efetivo à época.

² Música em homenagem à Dom Pedro II, de “Um Bahiano” (25 de Março, 1838, p. 1).

Silva Moraes. Pretendiam os antigos órfãos do Seminário matrícula no incipiente Colégio de Pedro Segundo; ordenava porém o Ministro que se os mandassem examinar a ver, se em condições de admissão a seguir Letras ou se, por falta de talento e aplicação, conviria antes preferível destiná-los para as Artes. Nada de pesos mortos no corpo discente, frequentasse o Colégio quem merecesse e aproveitasse. Ministro enérgico, Bernardo de Vasconcellos cortou abusos, os quais, segundo máxima do Marquês de Maricá, como os dentes, nunca se arrancam sem dores (Doria, 1997, p. 34).

Podemos perceber, pelo que foi exposto, que havia interesse – institucional – em distinguir os estudantes do Colégio na sociedade. Os alunos que ali se formassem, seriam considerados os mais aptos a dirigir a nação, regidos, porém, pelo Império. Esta liderança almejada pelos idealizadores do Colégio se manifesta na própria história do CPII, ao observarmos os ex-alunos e suas participações ativas na sociedade, seja no século XIX como no século seguinte. Entre membros importantes da política nacional, além de figuras relevantes no cenário cultural do país³.

2.1.3 Primeiros professores

Aos profissionais que deveriam se dedicar ao ensino de Música no período inicial deste trabalho (1838 a 1855), não coube o cargo de professores, mas sim o de mestres de Música, não só hierarquicamente, mas também financeiramente inferiores aos professores. Apesar de a Música ser considerada relevante culturalmente, seu ensino e os que se decidiam por fazê-lo não tinham tanto prestígio. No entanto, por terem um trânsito entre os membros da corte e da igreja, a vida fora de sala de aula favoreceu estes educadores. Durante o nosso recorte temporal, dois foram os músicos que ocuparam o cargo de mestre de Música no CPII: Januario Arvellos, conhecido como Mestre Arvellos, e Francisco da Luz Pinto, o Mestre Pinto.

2.1.3.1 Mestre Arvellos, o primeiro no cargo

O primeiro mestre a lecionar Música no Colégio foi Januário da Silva Arvellos, como mencionamos acima. Arvellos foi uma figura muito relevante no cenário musical do Brasil imperial. Em Memórias históricas do Colégio de Pedro Segundo, de Escragnolle Doria, o autor o menciona brevemente: “Que Arvellos, no seu tempo, teve notoriedade não padece dúvida, à vista dos versos de Porto Alegre exaltando o Brasil e colocando Arvellos na linha de compositores de arte, a principiar por José Maurício” (Doria, 1997, p. 33). Os versos

³ Podemos mencionar, por exemplo: os ex-ministros José Maria da Silva, ministro das relações exteriores entre 1902 e 1912, Marco Aurélio Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1990 e 2021, Manuel Bandeira, escritor e integrante da Academia Brasileira de Letras, bem como Wagner Domingues Costa, mais conhecido pelo seu nome artístico, Mc Catra, cantor e compositor de funk carioca.

mencionam alguns nomes importantes do período, o que Doria considerou relevante destacar. Porém, não há um aprofundamento neste aspecto, de acordo com Doria. Contudo, há mais dados sobre Arvellos nos periódicos da época. Como dito, ele foi o primeiro mestre de Música e, por assim dizer, representava a cultura musical do país encarnada na sala de aula, já que contratá-lo seria trazer para o Colégio o cenário musical da época para a instituição.

Não somente no cenário cultural o compositor brilhava, em sua carreira professoral, Arvellos ocupou também o cargo de mestre de Música do corpo municipal permanente da corte, o que revela sua relação com outros segmentos do ambiente político de seu tempo. É relevante considerarmos esse prestígio, que extrapola as qualidades didáticas na escolha e contratação de educadores para a instituição no período imperial. Segundo Garcia, a contratação de Arvellos se deu por influência, isto é, “a sua função cívica de representar simbolicamente a presença do poder do estado” (Garcia, 2022, p. 86).

No aspecto artístico, Garcia também dá pistas de que Arvellos tenha sido bastante produtivo – ou que tenha caído no gosto da elite, reforçando o observado acima. No que se refere à obra musical de Arvellos, “suas composições foram sendo constantemente executadas nos concertos, como, por exemplo, no programa de inauguração do Imperial Conservatório, em 1848, ou ainda no ano de inauguração das aulas do CPII” (Garcia, 2022, p. 86). Parece-nos acertada, do ponto de vista da elite e, portanto, do ponto de vista da gestão do Colégio, a escolha de Januário da Silva Arvellos como mestre de Música.

Para ilustrar a participação de Arvellos no cenário musical da época, podemos citar a apresentação de suas variações de corne inglês, que foram executadas por Francisco da Motta, no Theatro Constitucional Fluminense, dia 4 de fevereiro de 1836. Portanto, dois anos antes de sua contratação como mestre de Música. No mesmo dia foram apresentadas também as variações para clarineta, interpretadas por Marcolino Alvez de Souza (Theatro Constitucional Fluminense, 1836, p. 2).

A participação de Arvellos como mestre de Música no corpo municipal permanente da corte também fica documentada pelo Jornal do Commercio, do dia 16 de fevereiro de 1839. Neste periódico, encontramos o seguinte anúncio:

Januario da Silva Arvellos, mestre e compositor da musica do corpo municipal Permanente da côrte, autorisado pelo seu commandante Illm.Sr. Luiz Alves de Lima, convida a todos os pais de familia que quizerem dedicarem seus filhos á arte da musica, a manda-los apresentar ao mesmo Illm. Sr. Commandante no quartel do mensionado corpo, na rua dos Barbonos, em todos os dias uteis, das nove horas até o meio dia, a fim de serem matriculados na aula que pretende crear o mesmo Illm. Sr. Commandante, não se lhes levando cousa alguma pelo ensino, que será feito tanto de musica vocal, como instrumental de sopro.

Declaro mais que, unida a esta escola, haverá outra de ler, escrever e contar, para os que necessitarem (Rio de Janeiro, 1839a, p. 2).

Como última demonstração da acertada escolha, trazemos um exemplo de sua participação nos meios religiosos. Seu envolvimento com a igreja católica foi documentado no Diário do Rio de Janeiro (Declarações, 1841, p. 2). Na edição de 13 de agosto de 1841, há uma menção ao músico e compositor. Trata-se de uma ordem de pagamento referente ao festejo de sagração e coroação de S. M. I⁴. Segundo a ordem de pagamento, Arvellos participou da Banda de Música na comemoração.

Retomando a consulta à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BN), pudemos observar que não são muitas as ocorrências ao nome de Arvellos, ao menos no período em que trabalhou no Colégio. Algumas informações se repetem em mais de um periódico. Ainda assim, conseguimos destacar as três manchetes acima mencionadas. Apesar de sua escolha, parecer correta de acordo com os ideários da instituição no período, Arvellos, no entanto, não permaneceu muito tempo no cargo. Seu período de atuação profissional no Colégio teve início em 4 de maio de 1838 e término ainda no mesmo ano, em 31 de agosto. O motivo de sua saída foi por questões de saúde. Ele ainda manteve seu vínculo com o Colégio até 19 de janeiro de 1839, sendo definitivamente substituído por Francisco da Luz Pinto nesse ano.

Dentre os documentos com os quais tivemos contato no Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do CPEI, encontra-se o Anuário do Colégio Pedro II. Nesta fonte – primária, por se tratar de documento criado pelo próprio Colégio – encontramos a relação completa dos professores catedráticos, substitutos e mestres efetivos, de 1938 a 1950 (Brasil, 1954).⁵ O documento possui uma capa, na qual há a informação de que foi organizado por ordem das nomeações, ou seja, a lista que se encontra no interior do documento aqui descrito, está organizada, como já dito, por ordem das nomeações. Há, porém, na lista de mestres de Música, um aparente equívoco: a ordem da lista se inicia por Francisco da Luz Pinto, este citado como primeiro nomeado na função (em 1838), seguido por Januário da Silva Arvellos. A informação se refere à contratação também em 1838 (Doria, 1954, p. 411). Como verificamos em outros documentos da instituição, a informação contida na relação não procede. Porém, caso o documento estivesse em ordem alfabética, seria sanada a confusão. No entanto, conforme informado acima, o documento está listado cronologicamente de acordo com as nomeações.

⁴ Sua Majestade Imperial.

⁵ Cf. Anexo D.

Antes de aprofundarmos no período de regência didática de Francisco da Luz Pinto, que foi substituto do mestre Arvellos, segundo mestre de Música da instituição e foi quem atuou pelo maior período dentro de nosso recorte, vale a pena abordar a transição entre um profissional e o outro. Acontece que Arvellos adoeceu no final do ano letivo. Por conta disso, chamou-se Francisco da Luz Pinto, a princípio de maneira provisória.

2.1.3.2 Mestre Pinto

Francisco da Luz Pinto foi aluno de José Maurício Nunes Garcia, cantor e mestre da capela real. Garcia (2022, p. 89) afirma que “Francisco da Luz foi nomeado como músico efetivo da Capela Real, em 1813, instituição na qual parece ter sido um destacado funcionário, haja vista o seu reconhecido empenho para com a diversidade de funções e cargos por ele exercidos”. Pinto atuou na Capela Real até sua morte, em 1865, e chegou a ser valorizado mesmo em um momento de diversas demissões na Capela Imperial. Garcia (2022) descreve que em 1833 o futuro mestre de Música do Colégio foi um dos únicos músicos que não só manteve o emprego na Capela, como teve aumento salarial.

A participação no ambiente musical sacro e o reconhecimento que teve neste cenário foram providenciais para que Pinto fosse considerado apto a exercer o magistério na instituição de ensino mais importante do período imperial brasileiro. O cantor foi mestre de Música no Imperial Collegio de Pedro II por anos, de 1839 até 1858, ainda que, como vimos, tenha atuado anteriormente na instituição. Segundo Garcia (2022, p. 92), “Francisco da Luz Pinto foi um dos professores mais assíduos e que permaneceu mais tempo”. Embora tenha participado ativamente da vida pública de sua época, sobretudo com cargos na igreja, o que é relevante para este estudo foram as suas atividades pedagógicas no Colégio. Pinto foi importante para a consolidação do ensino musical na instituição, exemplo disso foi o aumento da oferta da quantidade de horas de aula de Música.

No que se refere ao posicionamento crítico de Pinto, Garcia menciona que havia insatisfação por parte do docente, diante do tempo limitado de aulas de Música:

Um problema que, segundo ele, comprometia as possibilidades dos alunos se aprofundarem no “verdadeiro conhecimento desta faculdade”, vendo “novas dificuldades que a cada momento se encontram debaixo dos mesmos princípios e das mesmas regras infalíveis”, pois, com “diminuto tempo apenas podem aprender os alumnos os primeiros Elementos que perdem-se para o Futuro pela falta de Prática” (Garcia, 2016, p. 67).

Garcia apresenta gráficos e tabelas⁶ que nos auxiliam na compreensão das mudanças que o currículo do Colégio passou em seus primeiros anos, sem, porém, deixar de ter como diretrizes motrizes o Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Já em 1841, as aulas de Música passaram a ocupar um tempo maior na formação dos alunos, passando de apenas das 3 (três) primeiras aulas para todas as aulas. Sendo assim, podemos observar que os primeiros estudantes tiveram aulas de Música em todos os seus anos de estudo, considerando que a mudança na distribuição das disciplinas ocorreu no terceiro ano de funcionamento do Colégio. Eis aí uma contribuição importante de Pinto para o currículo e, conseqüentemente, para o ensino de Música da instituição no seu período inicial.

2.1.4 Primeiro currículo de Música

Nesta sessão, voltaremos nossa atenção ao currículo inicial do Colégio, sobretudo o que diz respeito à Música e seu ensino. Não há muita informação a respeito da prática do ensino de Música neste período. Por isso, as principais fontes de pesquisa serão os documentos que regiam o funcionamento do Colégio, como o Regulamento de nº 8. Além disso, a pesquisa de Garcia (2022) possibilitou investidas e descobertas sobre os primeiros anos do Imperial Collegio de Pedro Segundo.

O Regulamento é de suma significância para compreendermos a formação do Colégio Pedro II enquanto instituição de ensino, e o pensamento por trás das escolhas descritas no documento, sobretudo por se tratar de uma instituição de ensino idealizada durante o período imperial do Brasil. Todo currículo parte de uma série de entendimentos político-pedagógicos, o que não foi diferente na construção do currículo do Imperial Collegio de Pedro II, que inicialmente atendeu determinados interesses, e estes mudaram ao longo do tempo⁷.

Tal documento revela que as primeiras três aulas, portanto, as três primeiras séries – a seriação era decrescente, portanto: 8ª aula, 7ª aula e 6ª aula –, tinham ensino de Música em sua rotina. As lições dessa disciplina eram descritas da seguinte maneira: 8ª e 7ª aulas possuíam duas lições de “Música Vocal”, enquanto a 6ª aula possuía duas aulas de “Música” (Brasil, 1838, p. 78). Há uma diferenciação na nomenclatura da disciplina lecionada, o que pode indicar que o conteúdo era direcionado à leitura musical e ao canto nas duas primeiras aulas. Há, porém, a possibilidade de que apenas não tenha sido incluída a palavra “vocal”, e que o ensino de Música tenha sido dedicado exclusivamente ao canto. Em nossas pesquisas,

⁶ Cf. Capítulo 3.

⁷ Cf. Anexo C.

esta parece ser a hipótese mais provável, posto que o professor que mais tempo trabalhou neste período no ensino de Música ensaiava coros no Colégio e era um ativo cantor da época.

Quanto à teoria musical, esta era presente desde a primeira aula, haja vista o “Compendio de Musica”, escrito por Francisco Manoel da Silva e que foi um material didático-musical utilizado nas aulas do Colégio⁸. Nele, há conteúdos como: fórmulas de compasso (simples, mistos e compostos), barra de divisão de compasos, figuras de tempo, ponto de aumento, leitura musical (notas) em todas as claves (sol, fá e dó), acidentes, ornamentos e sinais de expressão e de dinâmica. O documento nos dá pistas das aulas no Imperial Collegio de Pedro Segundo. Em seu interior, encontram-se também anúncios de materiais didáticos de outras áreas e de Música: “A B C MUSICAL”, “METHODO ELEMENTAR DE MUSICA VOCAL”, “DICCIONARIO MUSICAL” e “CANTICOS ESPIRITUAES” (Silva, 1838, p. 4).

Embora o documento não seja tão elucidativo para a percepção do pesquisador que visa compreender como se dava, de fato, a prática didática do ensino de Música naquele período, podemos depreender dali que havia preocupação (didático-musical) com a compreensão da escrita musical e de seus principais elementos, portanto, de sua teoria. Este aspecto é consonante com a ideia de uma proposta pedagógica que almeja a formação de cidadãos brasileiros europeizados, isto é, brancos, católicos, letrados e servis ao Império.

Podemos considerar a proposta educacional da época inicial do Colégio como uma proposta colonial, ou seja, que tem por projeto a propagação de saberes do colonizador. Portanto, conhecimentos considerados válidos pelos europeus, dadas as características do período, convertiam-se em norma. Para a pesquisadora Maíra Neiva Gomes, essa perspectiva protagoniza o continente europeu, seus costumes e cultura, bem como os saberes ali produzidos, “se apresentando como o ápice do desenvolvimento humano” (Gomes, 2023, p. 168). Com este referencial, o pensamento político-pedagógico vigente neste período era não outro, senão o pensamento colonial.

No compêndio de Francisco Manuel da Silva, há muito mais informações do contexto histórico extraclasse do que da própria dinâmica educacional: das suas 11 (onze) páginas, 3 (três) são dedicadas à propaganda de outros livros, dos quais poucos se relacionam com a Música e seu ensino. O livro possui apenas 5 (cinco) páginas dedicadas à teoria musical. O compêndio se apresenta da seguinte maneira: capa, dedicatória, contracapa, primeira página

⁸ Cf. Anexo A.

de propagandas, 4 (quatro) páginas de conteúdo (que serão apresentados a seguir), 2 (duas) páginas de propagandas, últimas do compêndio⁹.

A capa (página 1 do documento) e a contracapa (página 3) trazem informações comuns em capas de livro, como o título do volume, o nome do autor, do editor e o seu endereço. Além destas informações, chama a atenção uma menção ao Imperador, que à época tinha 12 anos, às vésperas do ano que seria considerado apto a assumir o império. Está escrito na capa do “Compendio de Musica”, de Francisco Manuel da Silva: “Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brasil” (Silva, 1838, capa).

A segunda página do documento contém uma dedicatória, ou talvez um apelo, ao Imperador:

Senhor, o desejo de ver a Arte que me dediquei, elevada no meu paiz a aquelle grau de consideração, que as Nações ainda as mais incultas lhe tem tributado, animou-me a publicar este Compendio de Musica, e a dedica-lo a V. M. I. para, se o julgar digno, servir de instrução aos alumnos do Collegio que V. M. I. honrou com sua Protecção Com a creação da cadeira de Musica no mesmo Imperial Collegio, V. M. I. tirou esta bella Arte do abandono, em que jazia desde 7 de Abril de 1831: dando a mais solemne demonstração, de que tendo todo o mundo reconhecido a necessidade de cultiva-la, não devia o Brazil por mais tempo ser privado de sua utilidade, e dos meios para o seu desenvolvimento. A Musica, Senhor entre nós, foi até riscada da cathegoria das Bellas Artes e preza ao Céu que a Protecção de V. M. I. a faça ressurgir mais bella do que nunca, do estado de anniquilação em que existe, collocando-a no lugar, que lhe ha sido destinado pelo mundo inteiro. Digne-se por tanto V. M. I. aceitar este pequeno tributo do mais desinteressado Patriotismo, e do mais decidido amor pelas Bellas Artes (Silva, 1838, p. 2).

Como podemos observar, há uma tentativa do autor em conseguir a aprovação de sua obra como material didático para o ensino de Música no Colégio. E houve sucesso. O compêndio foi utilizado pelo Colégio por quarenta anos, entre 1838 e 1878. A integração da instituição ao contexto sociopolítico da época de sua inauguração é, portanto, um traço marcante de sua existência. Os seus primeiros mestres de Música tiveram grande participação nesse contexto, o que certamente contribuiu na escolha de Francisco Manoel da Silva. Mas sigamos com a análise do compêndio.

Com relação às propagandas contidas no material, nem todas eram relacionadas à Música, tampouco à Educação. O que se percebe é o interesse do editor do livro em fazer a divulgação de outros volumes à venda na Rua do Ouvidor, nº 71, endereço do editor e de sua livraria. No ambiente musical, os livros apresentados no comercial são: Methodo de música vocal, indicado no anúncio para escolas e casas de Educação; Canticos sagrados, que continha

⁹ Para informações detalhadas, conferir Anexo A.

acompanhamentos de piano ou órgão; o próprio compêndio de música; A B C musical, sem indicações, exceto a do autor, Raphael Coelho; Methodo elementar de Música vocal, indicado para a “mocidade brasileira”; Dicionário musical, também de Raphael Coelho; Canticos espirituais, descritos como uma seleta coleção de canticos “impregnados de sentimentos religiosos”; além destes volumes, há outros tantos, porém de outros assuntos, como, dicionários de outras línguas e alguns de assuntos geográficos (Silva, 1838, p. 4).

2.1.4.1 Conteúdos programáticos da 8ª, 7ª e 6ª aula

Após a primeira página do compêndio de Francisco Manoel da Silva aparecem os anúncios e somente depois se inicia o conteúdo musical propriamente dito. O primeiro se refere às claves, seu posicionamento na pauta, bem como as sete notas musicais – no material, usa-se a notação latina para a primeira nota, o dó: “ut¹⁰, re, mi, fa, sol, la si” (Silva, 1838, p. 5) – e sua altura em cada uma das claves (clave de dó, nas quatro primeiras linhas, clave de sol apenas na segunda linha e clave de Fá, na terceira e na quarta linha). A seguir, o material se refere às figuras e seus valores em cada compasso. Os que são apresentados no material são: 4/4 (representado no material pela letra C), 12/8, 3/4, 9/8, 5/8, 2/2 (representado no material pela letra C cortada), 2/4 e 6/8, e segue-se com as notas, que contemplam um tempo de cada compasso.

Na página seguinte, o assunto ainda é compasso, mas agora são descritas possibilidades de subdivisão mais comuns: quaternário, ternário e binário. O material possui exemplos na pauta de cada divisão, além de mostrar opções de fórmulas de compasso, as quais se aplicam às divisões, isto é, no compasso quaternário há o 4/4, mas também o 12/8; no ternário o 3/4 e ainda o 9/8 e 3/8; no binário se registra o 2/2, 2/4, além do 6/8.

Ainda na página descrita acima, abordam-se os pontos de aumento, descrevendo que as figuras podem ser aumentadas, quando seguidas por um ou mais pontos. Aqui vale uma observação, o material a que tivemos acesso está exposto no NUDOM e se trata de uma fotocópia do original que, por sinal, fora bastante manipulado, ou seja, há anotações, rasuras e acréscimos do antigo usuário. Nessa página, por exemplo, há outras fórmulas de compasso anotadas pelo antigo portador do material, bem como a substituição das palavras “nota” e “pausa”, pela palavra “figura”, na tentativa, talvez, de se obter uma maior precisão técnica na nomenclatura (Silva, 1838, p. 6).

¹⁰ Terminologia latina, sendo ut igual à nota dó, denominação essa retirada dos versos do Hino a São João Batista, no início do século 1000 (UFMA, 2025).

A próxima página introduz dois novos assuntos: acidentes e ornamentos. Primeiramente os acidentes musicais e seus efeitos em cada nota à qual se vincula são explicitados. Ele mostra o sustenido, o bemol, o dobrado sustenido e o dobrado bemol, além do bequadro. O autor demonstra a grafia dos acidentes na pauta musical, além de descrevê-los, isto é, dizer qual a mudança que cada um deles causa. Após esse trecho, o autor avisa ao estudante que os acidentes “se reproduzem, ou assignão em sete diferentes notas”, elenca as sete possibilidades citadas, com os sustenidos na ordem “fa, ut, sol, re, la, mi, si” e depois os bemois na ordem “si, mi, la, re, sol, ut, fa” (Silva, 1838, p. 6). Dessa maneira, encerra-se no material didático aqui descrito o tópico acidentes musicais.

Segue-se, nesta mesma página, o segundo assunto, os ornamentos. Essa sessão é de fato bem sucinta e não apresenta todas as possibilidades de ornamentos da notação musical tradicional. No entanto, podemos inferir que a justificativa apresentada anteriormente sobre as fórmulas de compasso também poderia ser utilizada aqui, ou seja, o autor pode ter optado por não esgotar o tema, a fim de manter o conteúdo do material introdutório, e conforme oportunidades futuras, aprofundar o debate. Os ornamentos apresentados nesta parte são três: “appoggio” (apogiatura), “mordente” e “gruppetto”. Demonstra-se na partitura a grafia dos ornamentos e apenas é colocado que “servem para adorno, e belleza da musica” (Silva, 1838, p. 8). As páginas seguintes são de anúncios.

A página final do material aborda “termos italianos inherentes a expressão” e são agrupados por categoria: “a vontade”, “augmentando o som”, “diminuindo o som”, “acelerando o compasso”, “demorando o compasso”, “com suavidade”. Além destes agrupamentos, há um termo que indica o primeiro tempo e termos sem um grupo definido, mas que poderiam ser agrupados como termos de dinâmica. No total, são apresentadas 23 (vinte e três) expressões nesta lista (Silva, 1838, p. 11).

Concluindo o conteúdo do documento, o último assunto do “Compendio de musica para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II” são as abreviaturas de repetição, indicadas apenas como “abreviaturas”. Não há um texto explicativo, apenas uma indicação gráfica da abreviatura e o que ela representa na pauta musical. Podemos, uma vez mais, inferir (didaticamente) que o educador que lidasse com o material explicaria o assunto com exemplos musicais, além de outros recursos, e elucidaria as dúvidas que pudessem surgir (Silva, 1838, p. 11).

O material didático de Francisco Manoel da Silva era destinado não somente para alunos do Imperial Collegio de Pedro Segundo, mas também para o público em geral. Isso fica provado quando em uma busca em periódicos do Rio de Janeiro, na Hemeroteca Digital

da BN, utilizando-se a expressão “Collegio de Pedro II” como palavra-chave, no período entre 1830 e 1839, encontramos um anúncio do compêndio no Jornal do Commercio do dia 23 de junho de 1838, no qual o anunciante informa que:

Esta obra contém, com toda a clareza, todos os principios elementares da musica, e se faz indispensavel a toda a pessoa que se quer applicar ao estudo de qualquer instrumento. Vende-se na imprensa de musica de P. Laforge, rua da Cadêa n. 89; preço 1\$rs (Anuncios, 1838, p. 4).

O anúncio está numa página de classificados, em meio a diversos outros anúncios que incluem aulas de piano – foram dois anúncios encontrados –, bem como venda, compra e aluguel. Destaca-se a quantidade de anúncios referentes a pessoas escravizadas: em uma única página foram encontradas 24 (vinte e quatro) ofertas e demandas. Por mais que esta informação não avance diretamente no debate sobre o ensino de Música no Colégio Pedro II nos seus primeiros anos de existência, ela diz muito sobre o período em questão: o contexto social do período de criação do Colégio é parte importante para a compreensão de como se estruturou o ensino na instituição, bem como o que era considerado louvável e, portanto, desejado de se alcançar com o processo educacional.

2.1.4.2 Avaliação

Quanto ao tema avaliação, embora nos aprofundemos mais a este respeito no terceiro capítulo, cabe-nos destacar algumas características deste tópico aqui. O interesse avaliativo na instituição era na capacidade de decorar informações pertinentes a cada disciplina. Quanto aos processos avaliativos, se davam sobretudo mediante provas que, conforme o documento utilizado para esta pesquisa (o relatório da visita dos comissários do governo à instituição), traziam questões acerca dos temas que se esperava ser de domínio dos estudantes àquele ponto do ano letivo.

2.2 Colégio de Pedro II hoje

O CPII, atualmente, tem um perfil político-pedagógico distinto do que foi apresentado nas sessões anteriores. Isto ocorre não apenas por se tratar de outra sociedade, em outro período, com mais de um século de distância, mas também por mudanças institucionais e estruturais do Colégio, com ampliação na quantidade de unidades escolares, na quantidade de funcionários e estudantes matriculados, havendo uma maior democratização ao acesso estudantil, além do entendimento e da compreensão do que deve ser ensinado.

Hoje, é parte da rede federal de ensino. Por meio da Lei nº 12.677/2012, no governo Dilma Rousseff, ele se equiparou aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (Brasil, 2012). Esta característica permitiu que a instituição incorporasse o ensino superior. Embora nosso tema não comporte todos os segmentos educacionais os quais o CPII contempla, cabe dizer que fazem parte de sua atuação a educação infantil, o ensino fundamental – anos iniciais e anos finais –, ensino médio regular e integrado – dentro desta modalidade os cursos técnicos, inclusive o de Instrumento Musical, a educação de jovens e adultos por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o ensino superior, que teve seu início em 2020, e os programas de pós-graduação *strictu e lato sensu* em variadas áreas. Portanto, o CPII atua em todas os níveis do ensino nacional.

A instituição possui 14 (quatorze) *campi* no total, sendo 12 (doze) *campi* espalhados pela capital do Rio de Janeiro, além de um *campus* no município de Duque de Caxias e mais um em Niterói. Possui ainda um Centro de Referência em Educação Infantil (CREIR), localizado no bairro de Realengo, onde também ocorrem as aulas do ensino superior (Licenciaturas em Humanidades integradas - História, Filosofia, Geografia e Ciências Sociais) (Colégio Pedro II, 2025b).

2.2.1 Panorama institucional

O CPII atualmente, além das características acima citadas acerca do perfil político-pedagógico e atuação em todos os níveis educacionais, também oferece vantagens aos servidores que desejem ampliar seus conhecimentos acadêmicos, garantindo o afastamento para estudo, bem como o custeio de passagens e diárias de estudantes, docentes e pessoal técnico-administrativo que participam de eventos nacionais e internacionais. Trata-se, pois, da demonstração de que a instituição busca incentivar seus membros para além da sala de aula, promovendo uma formação ampliada para o corpo discente, docente e também para os demais membros da comunidade escolar (servidores em geral, prestadores de serviço, familiares e circundantes da vizinhança), uma vez que no Departamento de Educação Musical¹¹, por exemplo, são desenvolvidos cursos, projetos e atividades de ensino e de extensão, como coros, grupos musicais e cursos de instrumentos musicais no Espaço Musical¹², na Escola de

¹¹ Cf. https://www.cp2.g12.br/UAs/se/departamentos/musica/pagina_nova/index.htm. 3 jul. 2025.

¹² Cf. <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/8157-espaco-musical-s-cristo-cristo.html>. Acesso em: 3 jul. 2025.

Música¹³ e nos *campi*. Essa mesma pujança cultural acontece no Espaço Cultural¹⁴, nos demais departamentos e *campi* do CPII. Para mais, a instituição também se volta à educação inclusiva, tendo um setor que coordena demandas e orientações nesse sentido. O NAPNE, sigla que significa Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais, dá suporte aos professores e estudantes em todas as unidades escolares (*campi*) e elabora ações que caminham junto com o que é tratado em sala de aula, sendo que se parte “da premissa de que a aquisição do conhecimento não é somente uma questão de instrução formal e teórica, mas uma rede contínua de suporte à aprendizagem no intuito de promover a igualdade de oportunidades e equidade educativa” (PPPI, 2018, p. 322).

O PPPI do Colégio descreve que “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (Lei 9.394/96) é a referência para a organização e para a formulação dos documentos normativos do Colégio Pedro II” (Colégio Pedro II, 2018, p. 5), o que denota o comprometimento do CPII com a legislação educacional nacional. Quanto a isto, cabe lembrar que o CPII está presente em nossa constituição (Brasil, 2025b) e que, até hoje, é referência de ensino no país. Ele ainda oferece “atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Colégio Pedro II, 2018, p. 6). Mais uma vez, a instituição se apresenta de acordo com a legislação em vigor.

2.2.2 Discentes e formas de ingresso

Quanto ao acesso ao Colégio, há hoje uma variedade de possibilidades de ingresso, sendo distribuídas entre os níveis de ensino, como podemos ver a seguir: “O ingresso de estudantes no CPII se dá por meio de Sorteio Público de vagas ou Processo de Seleção e Classificação de candidatos, conforme o nível de ensino e exclusivamente para os *campi* nos quais são disponibilizadas as vagas” (Colégio Pedro II, 2025a).

Além de ter ampliado os segmentos de atuação – hoje com todos os níveis educacionais –, o ingresso do corpo discente no CPII atual difere do período inicial. Ademais, devemos considerar o contexto socioeconômico e as realidades de cada período nessa comparação, pois têm peculiaridades e são assaz distintas entre si. Desse modo, não no intuito de aferir qualidade ou quantidade no nosso intento comparativo, as diferenças são importantes para este estudo por revelarem como a Educação acontece em cada época.

¹³ Cf. <https://www.cp2.g12.br/blog/re2/pagina-exemplo/escola-de-musica/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

¹⁴ Cf. <https://www.cp2.g12.br/blog/progpec/espaco-cultural-2/>. Acesso em: 3 jul. 2025.

2.2.3 Corpo docente

Atualmente o Colégio conta com um total de 62 (sessenta e dois) docentes no Departamento de Educação Musical, sendo que 56 (cinquenta e seis) são efetivos e 7 (sete) são substitutos. Dos efetivos, 5 (cinco) são professores titulares. Todos têm formação em Educação Musical, sendo que a maioria possui o título de mestre ou doutor, alguns com formações agregadas, como musicoterapia, regência, composição, arranjo, musicologia, etnomusicologia, dentre outras de dentro e de fora do campo da Música. Na formação acadêmica, 5 (cinco) têm graduação, 8 (oito) especialização, 28 (vinte e oito) mestrado e 21 (vinte e um) doutorado¹⁵.

2.2.4 Currículo de Música atual

A Música esteve presente no CPII desde o primeiro currículo do Colégio. No atual isso não é diferente, sendo que agora ela atravessa todos os níveis educacionais oferecidos pela instituição: educação infantil, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais, ensino médio e, expandindo seu campo de atuação, o ensino superior¹⁶.

Como estamos tratando neste trabalho da educação básica, mais precisamente os anos finais do ensino fundamental, iremos iremos, a partir de agora, versar sobre o currículo escolar da instituição direcionado a esse segmento específico da Educação. A principal fonte de informações foi o PPPI do Colégio Pedro II de 2018, última atualização do currículo da instituição e em vigor.

O PPPI do CPII é um documento extenso e diverso, que aborda todos os segmentos educacionais, bem como outras questões referentes à instituição. Ele divide o ensino fundamental - anos finais em quatro etapas – 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano – e disponibiliza, para a Educação Musical, uma tabela de performances, objetivos específicos e conteúdos a serem trabalhados em cada uma delas¹⁷. Em todas as tabelas, há um número de performances que regem os objetivos específicos, que, por sua vez, vinculam-se a um conteúdo. Esta disposição das tabelas proporciona o entendimento dos itens do currículo, de como eles se desencadeiam, proporcionando uma perspectiva de desenvolvimento do que se ensina e do

¹⁵ Dados atualizados em junho de 2025, em consulta ao Currículo Lattes dos docentes. Cf. Anexo E para o quadro docente completo.

¹⁶ O CPII é uma instituição de ensino voltada para o ensino básico, mas também oferece o ensino superior com graduações, especializações e mestrados.

¹⁷ Cf. Anexo B.

que se aprende ao longo do ano letivo. Nele, há uma sessão dedicada às séries que iremos debater: 6º ao 9º ano.

O primeiro ponto do documento que trata do ensino de Música para esse segmento, descreve a natureza diferenciada dos anos finais do ensino fundamental, haja vista que existem estudantes que ingressam no 6º por meio de concurso e outros que vêm da própria instituição, dos anos iniciais do ensino fundamental. Portanto, há a inserção de novos alunos com vivências diversas, o que o PPPI acentua como algo a ser considerado pelos professores que trabalharão com alunos dessa série. Pontua o documento: “[...] é fundamental, nesse segmento, que o docente seja particularmente sensível às experiências anteriores dos estudantes” (Colégio Pedro II, 2018, p. 267).

O PPPI traz alguns educadores musicais para substanciar o trabalho pedagógico-musical, dentre eles Keith Swanwick, que preconiza que “a valorização da vivência prévia dos estudantes – tanto no aspecto de uma formação sistematizada quanto informal – pode trazer às aulas elementos instigantes, envolventes, promotores de um ambiente de aproximação e compartilhamento de saberes” (Colégio Pedro II, 2018, p. 267). Essa valorização, daquilo que a criança traz consigo quando chega à escola e que pode potencializar o processo educacional de ensino-aprendizagem, é recorrente tanto na obra de Swanick (2003) como no PPPI (2018).

O Colégio prevê em seu documento mor, na parte que trata da disciplina de Educação Musical, um ensino musical teórico e prático, levando em consideração tanto a execução vocal quanto a instrumental, diferenciando o tipo de ensino para cada série do anos finais do ensino fundamental, sendo que no 9º ano a prática de conjunto ganha mais importância, como podemos observar a seguir:

A prática musical em conjunto (vocal e instrumental) está presente em todo o segmento. Do 6º ao 8º ano desenvolve-se o estudo da flauta doce e de outros instrumentos musicais disponíveis. No 9º ano, a escolha do instrumento é ampliada para que se possibilite uma formação mais diversificada de conjuntos (Colégio Pedro II, 2018, p. 267).

O trabalho pedagógico-musical nos anos finais do ensino fundamental se concentra nas ações do “escutar, apreciar, improvisar, compor, executar e contextualizar” (Colégio Pedro II, 2018, p. 276). Essa gama de ações que se complementam e se integram “permite abordagens diferenciadas dos conteúdos e atende às especificidades dos estudantes, das turmas e dos professores” (Colégio Pedro II, 2018, p. 276).

2.2.4.1 Conteúdos programáticos do 6º, 7º, 8º e 9º ano¹⁸

A utilização de abordagens diversas visa proporcionar a compreensão dos alunos nos seguintes conteúdos didático-musicais: “relação som-silêncio, parâmetros do som, tempo e estruturação como elementos expressivos do discurso musical”, por meio da composição; apreciar o “potencial sonoro e expressivo de instrumentos musicais, de outras fontes sonoras e de elementos da linguagem musical”; por meio da execução, dominar “signos gráficos da notação musical convencional e não convencional, enquanto código de registro e comunicação”; contextualizar para promover a “reflexão crítica e ampliação do conceito de música a partir de manifestações musicais de diferentes grupos sociais e épocas, envolvendo processos históricos, antropológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais”; aprender sobre a “saúde vocal e auditiva compreendida como consequência do cultivo de bons hábitos”, além do uso da improvisação e o de escutar “repertórios que estimulem o aperfeiçoamento técnico instrumental/vocal e a construção de conceitos e/ou de novas relações entre eles” (Colégio Pedro II, 2018, p. 276).

Na tabela do 6º ano constam as seguintes performances¹⁹: “Desenvolver sonoridade, postura, respiração, emissão e articulação na prática vocal e instrumental”, “Cantar e tocar em grupo e individualmente”, “Tocar flauta doce com consciência de digitação, de sonoridade e corporal”, “Experimentar sonoridades de outros instrumentos musicais na realização conjunta de composições e arranjos para o repertório vocal e de flauta doce”, “Observar relações musicais entre estruturas executadas por vozes/instrumentos, considerando diferentes possibilidades estéticas” (Colégio Pedro II, 2018, p. 282-283). Como dito anteriormente, as performances dialogam com todo o restante da tabela e abrangem todos os objetivos específicos propostos. Os objetivos e conteúdos listados na referida tabela serão analisados e discutidos mais à frente, no terceiro capítulo deste trabalho.

Acerca da carga horária destinada à Música, no contexto atual do CPII, a disciplina ocupa um espaço de aproximadamente 5,67% do total de horas letivas do ensino fundamental dos anos finais. Em números absolutos, o Colégio possui, nessa etapa da Educação, 4.230 horas letivas, das quais 1.020 horas (trinta e quatro tempos de aula de 45 minutos) ocorrem no 6º ano, 1.080 horas (trinta e seis tempos de aula de 45 minutos) no 7º ano, 1.050 horas (trinta e cinco tempos de aula de 45 minutos) no 8º ano e 1.080 horas (trinta e seis tempos de 45 minutos) e 1.080 horas (trinta e seis tempos de aula de 45 minutos) no 9º ano (Colégio

¹⁸ Para ver a lista completa dos conteúdos dessas séries, também as sinalizações de *performances* e dos objetivos, conferir o Anexo B.

¹⁹ Tocar, cantar, fazer musical.

PEDRO II, 2018, p. 84)²⁰. Vale ressaltar que a quantidade de turmas não são equinânicas nesse seguimento, assim como nos demais. Por isso, a diferenciação de horas letivas das séries destacadas neste parágrafo.

O 6º ano possui 5 (cinco) tempos dedicados à Português e Literatura de Língua Portuguesa, além de 3 (três) tempos para as seguintes disciplinas: Inglês, Francês/Espanhol, História, Geografia e Ciências, 2 (dois) tempos para as disciplinas de Educação Musical, Artes Visuais, Educação Física, Informática Educativa e Desenho. Os 4 (quatro) tempos que sobraram são utilizados nas aulas de Matemática. Isto representa, portanto, que cada tempo equivale a aproximadamente 2,94% da carga horária, e que a Educação Musical, juntamente com as outras 4 (quatro) disciplinas que possuem 2 (dois) tempos de aula semanal, compõem 5,88% do total.

O 7º ano, como vimos um pouco antes, empata em quantidade de tempos de aula com o 9º ano, possuindo 5 (cinco) tempos dedicados à Português e Literatura de Língua Portuguesa, e 3 (três) tempos para as seguintes disciplinas: Inglês, Francês/Espanhol, História, Geografia e Ciências, 2 (dois) tempos para as disciplinas de Educação Musical, Artes Visuais, Educação Física, Informática Educativa, Ciências Sociais – a única mudança de carga horária em relação ao 6º – e Desenho, os quatro tempos que sobraram são utilizados nas aulas de Matemática. Isto representa, portanto, que cada tempo equivale a aproximadamente 2,77% da carga horária, e que Educação Musical, juntamente com as outras 4 (quatro) disciplinas que possuem 2 (dois) tempos na carga horária, compõem 5,55% do total.

Na série seguinte, 8º ano, a carga horária muda mais uma vez, excluindo Informática Educativa. Os tempos de aula ficam divididos da seguinte maneira: 5 (cinco) tempos dedicados a Português e Literatura de Língua Portuguesa e Matemática, 3 (três) tempos para as seguintes disciplinas: Inglês, Francês/Espanhol, História, Geografia e Ciências, 2 (dois) tempos para as disciplinas de Educação Musical, Artes Visuais, Educação Física e Desenho. Isto representa, portanto, que cada tempo equivale a aproximadamente 2,85% da carga horária e que Educação Musical, juntamente com as outras 4 (quatro) disciplinas que possuem 2 (dois) tempos, compõem 5,71% do total.

Por fim, no 9º ano, a carga horária muda: mantêm-se as mesmas disciplinas do 8º ano, com a diferença de que a disciplina de Ciências ganha um tempo de aula a mais. Dessa maneira, os tempos de aula ficam divididos da seguinte maneira: 5 (cinco) tempos dedicados a

²⁰ À época do PPPI, as aulas de Educação Musical eram dadas em dois tempos seguidos de 45 minutos cada, 1 hora e 30 minutos no total (Colégio Pedro II, 20218). Atualmente, são dois tempos seguidos de 40 minutos cada, 1 hora e 20 minutos no total.

Português e Literatura de Língua Portuguesa e Matemática, 4 (quatro) tempos para Ciências, 3 (três) tempos para Inglês, Francês/Espanhol, História e Geografia e 2 (dois) tempos para as disciplinas de Educação Musical, Artes Visuais, Educação Física e Desenho. Isto representa, portanto, que cada tempo equivale a aproximadamente 2,77% da carga horária e que Educação Musical, juntamente com as outras quatro disciplinas que possuem 2 (dois) tempos na carga horária, compõem 5,55% do total.

2.2.4.2 Avaliação

No que diz respeito à avaliação na etapa de nosso interesse, é descrito no PPPI do Colégio que:

A avaliação tem caráter qualitativo, envolve a reflexão do estudante sobre o que realizou durante o período letivo e associa conteúdos e vivências. Os instrumentos e os critérios de avaliação devem coadunar-se com práticas desenvolvidas pelos docentes junto às turmas e cumprir as normativas institucionais. De acordo com as especificidades de cada série, podem ser utilizados como instrumentos de avaliação: prática musical de flauta doce, prática musical em grupo, teste de percepção, teste de apreciação musical, ditado rítmico e melódico, apresentações musicais individuais e/ou em grupo, trabalho escrito, trabalhos interdisciplinares, seminários, pesquisa bibliográfica e em sites eletrônicos, teste de análise musical, dentre outros. Esses instrumentos de avaliação são selecionados para compor a nota da prova prática musical e/ou trabalho e prova escrita. A prova escrita deve refletir o nível de aprofundamento dos objetivos e conteúdos trabalhados a partir da prática, de forma a evidenciar que esta é uma experiência reflexiva de saberes musicais sistematizados (Colégio Pedro II, 2018, p. 268).

Para a avaliação, há critérios bem definidos, com amplas possibilidades, de maneira que contemple as características de todos os membros envolvidos, isto é, alunos e professores, promovendo um processo mais dinâmico e democrático. No capítulo seguinte desenvolveremos mais este tema, no entanto, cabe ressaltar que os processos avaliativos são fruto de seu tempo e da sociedade na qual se inserem, sendo assim este tema é de grande importância para o debate acerca da Educação e da busca pela sua contínua melhora.

3 RONDÓ - ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Neste capítulo, apresentamos os temas a serem analisados e seus desdobramentos, em cada um dos recortes temporais aqui trabalhados, e trataremos das análises dos dados coletados. Assim sendo, para avançarmos nesse intento e entendimento, utilizaremos o estudo comparativo e a análise temática (AT).

3.1 Tratamento dos dados: estudo comparativo e AT

O estudo comparativo, como mencionado na introdução, é uma abordagem metodológica que explica fatos ou fenômenos a partir de semelhanças e diferenças encontradas nos objetos de estudo. Esse método aborda séries ou fatos de natureza análoga, nas esferas sociais e demais possibilidades, destacando-se o que há de comum (Fachin, 2006). Dessa maneira, por meio do estudo comparativo, podemos analisar diferentes momentos de uma mesma entidade, como é o caso deste trabalho, em diferentes ambientes institucionais que trabalhem de maneira congênere, ao mesmo tempo em que há a possibilidade de verificar e de analisar combinações de características, assuntos e objetos diversos.

Como método de investigação e de análise de dados, trazemos também a análise temática (AT), esta proposta por Braun e Clarke (2006). Para as autoras, é uma proposta flexível oriunda das pesquisas qualitativas e que permite a análise de dados relevantes. E continuam:

A análise temática é um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados. Ela minimamente organiza e descreve o conjunto de dados em (ricos) detalhes. No entanto, ela muitas vezes também vai mais longe do que isso, e interpreta vários aspectos do tema de pesquisa (Boyatzis, 1998). A *gama* de diferentes análises temáticas possíveis continuará a ser destacada em relação a uma série de decisões quando a consideramos como um método (Braun; Clarke, 2006, n.p.).

Com relação aos dados extraídos para o tratamento da AT, é importante que se compreendam alguns conceitos, quais sejam: “*corpus* de dados,” que representa o total de dados coletados no estudo; “conjunto de dados”, que são os dados utilizados em determinado trecho do trabalho e que foram retirados do *corpus*; “item”, que significa a parte individual do conjunto analisado; “extrato”, que se refere à informação codificada, esta retirada de um item do conjunto ou do *corpus* (Braun; Clarke, 2006, n.p.).

Para este trabalho, o *corpus* de dados é o material com o qual tivemos contato e trouxemos para o texto, sendo eles o Regulamento nº 8, o compêndio de música citado no capítulo anterior, o PPPI, o relatório dos comissários do governo imperial transcrito em jornais de 1838, além das informações contidas em trabalhos acadêmicos como os de Garcia (2022) e de Lima (2016). Os conjuntos de dados, itens e extratos serão devidamente tratados na AT.

Braun e Clarke também destacam que a AT pode funcionar para reflexões acerca da realidade ou para revelar a superfície da realidade, ou seja, ela (a análise temática) nos confere uma possibilidade de leitura de mundo a partir de seus resultados. Há também, para as autoras, a importância de que a posição teórica da análise fique evidente, posto que a exposição teórica traz consigo informações sobre a natureza dos dados a serem trabalhados e o que eles representam (Braun; Clarke, 2006).

3.1.1 Temas

Para a efetuação da AT e o desenvolvimento do estudo comparativo, foram suscitados cinco temas (Figura 1) que se relacionam com os objetivos da pesquisa e que foram extraídos do material colhido, emergido da leitura documental principal, explicitado no capítulo anterior, bem como do contato com fontes secundárias. São eles: **Tema 1: Tempo das aulas**, que se refere à quantidade de tempos (horário de aula) por semana dedicados ao ensino de Música; **Tema 2: Ingresso dos professores**, que diz respeito à forma como os docentes ingressaram na instituição; **Tema 3: Ingresso dos alunos**, que se refere à maneira de acesso ao CPII, por parte dos candidatos a estudantes e seu interesse na vaga; **Tema 4: Conteúdos didático-musicais**, que aborda o que foi previsto para ser trabalhado em cada período e série; e **Tema 5: Avaliações**, tema dedicado à compreensão das práticas e abordagens avaliativas da instituição.

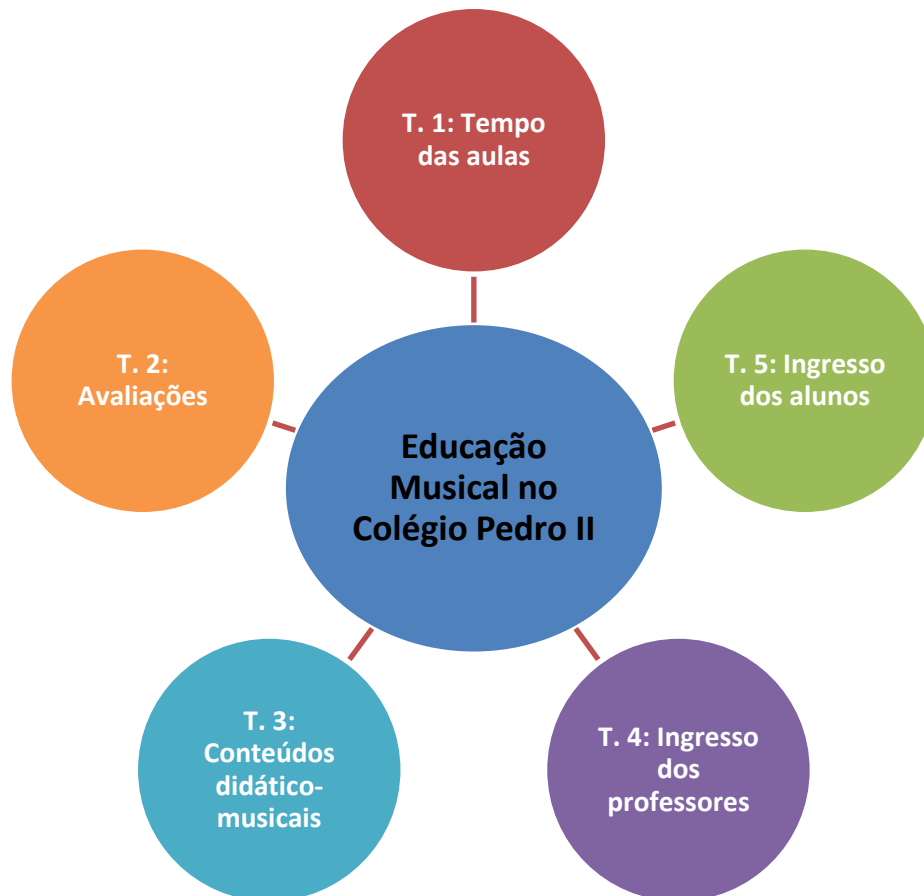
A escolha dos temas se deu pela maneira como as informações foram se revelando durante a pesquisa e, a nosso ver, pelas contribuições que elas significam e trazem para a Educação Musical. Desta forma, a seleção dos temas traduz o que descrevem Braun e Clarke (2006): “o processo tem início quando o analista começa a notar, e procurar, padrões de significado e questões de interesse potencial nos dados - isso pode ser durante a coleta dos mesmos”.

Os temas 1 e 2 são os de maior expressividade no *corpus* de dados com o qual trabalhamos. Quanto aos temas 3, 4 e 5, embora a recorrência tenha sido menor nos

documentos analisados, sobretudo nos que se referem à primeira década e meia de existência do Colégio – por exatidão, cabe reiterar que, neste estudo, estamos trabalhando com os primeiros 17 anos da instituição –, consideramos serem importantíssimos para a compreensão do que foi e do que é o ensino de Música na perspectiva do CPII, o que revela também, de certa maneira, como o ensino musical é e foi pensado no Brasil.

Outra informação considerável é a maneira como os temas dialogam direta ou indiretamente com o tópico principal deste estudo: a Educação Musical no Colégio Pedro II. Vejamos o esquema abaixo (Figura 1), que ilustra a relação dos temas com a Educação Musical no CPII:

Figura 1 - Mapa temático



Fonte: o autor, 2025.

Os temas 1, 2 e 3 se relacionam diretamente com a Educação Musical, à medida que envolvem o que será ensinado, como será avaliado e por quanto tempo será ensinado. Com isso em mente, consideramos estes três como os temas principais. Já os temas 4 e 5 dizem respeito à forma de ingressar no CPII, tanto por parte do corpo docente quanto por parte do discente. Como os temas têm uma menor recorrência em nossa pesquisa, além de relacionarem-se de maneira indireta com o centro de nossa pesquisa, a Educação Musical,

foram considerados temas secundários neste trabalho. É também importante ressaltar que todos os temas dialogam entre si.

Para efetuar nossa análise, bem como possibilitar a facilidade de sua compreensão, dividimos o corpo do texto das sessões acerca de cada um dos temas em 4 (quatro) momentos, a saber: 1º) o que trata da delimitação do tema; 2º) o que trata do período entre 1838 e 1855, período inicial; 3º) o que trata do PPPI utilizado neste trabalho e que apresenta o período atual; e 4º) efetiva comparação entre as características dos 2 (dois) momentos do CPII: inicial e atual. Além deste capítulo possuir sessões temáticas, ao final do capítulo relacionamos os temas, buscando a confecção de uma trama, como Fonterrada observou em seu trabalho a respeito da Educação Musical (Fonterrada, 2008).

3.1.1.1 Ritmo e andamento - Tema 1: Tempos das aulas

Este tema descreve a carga horária dedicada ao ensino de música nos dois períodos analisados. Portanto, o que interessa neste ponto é o tempo – carga horária semanal e carga horária total – que os estudantes de cada período dedicaram e dedicam ao aprendizado musical dentro da instituição de ensino aqui analisada. Com isto em vista, podemos observar a relevância dada ao ensino de Música – considerando que quanto maior a prevalência de uma dada disciplina no currículo escolar, maior tende a ser sua relevância na formação dos estudantes – nos dois momentos históricos do CPII²¹.

3.1.1.1.1 Período inicial

Como dito acima, com relação à carga horária, consideramos que, quanto mais intenso for o contato com a disciplina, em quantidade e em permanência, mais relevância ela assume no pensamento político-pedagógico utilizado na confecção do currículo escolar analisado²². Quando observamos a grade curricular do Regulamento nº 8, constatamos a seguinte relação entre a quantidade de tempos de aula e a distribuição de disciplinas:

²¹ Muito embora apresentemos nesta seção dados numéricos, a presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, conforme explicitado na introdução. De todo modo, os dados numéricos são complementos e servem para ilustrar e contribuir para o entendimento do perfil do CPII nos dois períodos pesquisados.

²² A título de construir uma linha de raciocínio analítico, levantamos tal possibilidade.

Tabela 1 - Mappa de lições das diversas aulas do Collegio

Disciplinas	1ª aula	2ª aula	3ª aula	4ª aula	5ª aula	6ª aula	7ª aula	8ª aula	Total
Grammatica Nacional							5	5	10
Latim			10	10	10	10	5	5	50
Grego			5	5	5	3			18
Francez				2	2	1			5
Inglez			1	2	2				5
Geographia						1	5	5	11
Historia	2	2	2	2	2	2			12
Rhetorica e Poetica	10	10							20
Philosophia	10	10							20
Arithmetica						1	5	5	11
Geometria				2	2				4
Algebra			5						5
Trigonometria Mecanica	3	6							9
Astronomia	3								3
Historia Natural				2	2				4
Chimica e Physica	2	2	2						6
Desenho						4	2	2	8
Música Vocal						2	2	2	6
Carga horária total	30	30	25	25	25	24	24	24	207

Fonte: Garcia (2022, p. 55).

Como visto, há um total de 19 (dezenove) disciplinas, estas distribuídas entre as oito aulas que compunham o curso original do CPII. Destas oito aulas, a disciplina de Música está presente em apenas 3 (três) delas, com uma carga horária de 2 (dois) tempos semanais, portanto, somam um total de 6 (seis) tempos semanais neste percurso inicial. Com este somatório, a Música ocupou o equivalente a 2,89% da carga horária total do currículo inicial, ou ainda 8,33% da quantidade de tempos de aula, em cada uma das três séries (aulas) em que ela aparecia. Isso mudaria pouco tempo depois, em 1841, quando a disciplina passou a ocupar um espaço maior, apresentando-se em todo o curso do CPII.

Em 1841, apesar de transcorridos apenas três anos do início das atividades

educacionais no Colégio, um novo documento alterou o currículo de 1838. Trata-se do Regulamento nº 62, de 1 de fevereiro de 1841. Além de modificar a carga total das disciplinas, o novo currículo trouxe uma diminuição da quantidade de aulas (séries), passando de 8 (oito) para 7 (sete), além do aumento da quantidade de disciplinas ofertadas, com o acréscimo de 3 (três) disciplinas no somatório geral. A nova grade curricular muda a nomenclatura de “aulas” para “anos” e ficou da seguinte maneira:

Tabela 2 - Tabella dos estudos de cada anno para o Collegio de Pedro Segundo, de 1841

Disciplinas	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	Total
Grammatica Geral e Nacional	5							5
Latim	5	5	5	6	3	3	3	30
Grego				5	4	3	3	15
Francez	5	3	2	2	1	1	1	15
Inglez		5	3	2	1	1	1	13
Allemao			5	3	2	1	2	13
Geographia Descriptiva		3	3	1	1	1	1	10
Historia			4	4	3	2	2	13
Rhetorica e Poetica						5	5	10
Philosophia						5	5	10
Arithmetica e Algebra					5			5
Geometria e Trigono. rectilinea						3		3
Chimica e Physica						3		3
Zoologia e Botanica					3			3
Zoologia Philosophica							1	1
Mineralogia e Geologia							2	2
Geografia Mathematica e Chronologia							2	2
Desenho Linear	3							3
Desenho Calligraphico	3	2						5

Desenho Figurado		3	2	1	1	1	1	9
Música Vocal	4	4	1	1	1	1	1	13
Carga horária total	25	25	25	25	25	30	30	185

Fonte: Garcia (2022, p. 57).

A partir de 1841, portanto, o quantitativo de aulas de Música passou a ser equivalente a 7,02% da carga horária total, ou ainda 16% nos primeiros dois anos, 4% no terceiro, quarto e quinto anos de estudo e 3,33% no sexto e sétimo anos de estudos. Este panorama revela traços importantes acerca do entendimento da relevância do ensino de Música, isto é, para além da quantidade de aulas total no curso ter mais que dobrado, passando de 6 para 13, e ainda, o somatório geral de aulas dadas ter diminuído, passando de 207 para 185, o que equivale a uma redução de 10,63% na carga horária geral. Assim, a disciplina de Música passou a ocupar um espaço expressivamente maior na grade curricular, considerando-se todo o curso, mas que, no entanto, tinha pouco espaço, se considerarmos os anos individualmente, tendo por exceção apenas o 1º ano de curso, etapa do curso em que a carga horária de Música quase dobrou.

3.1.1.1.2 Período atual

Passemos agora a observar o PPPI em vigor do CPPI (Colégio Pedro II, 2018). Conforme mencionamos no capítulo anterior a instituição atua hoje em todas as etapas da Educação. Observemos a grade curricular específica do ensino fundamental - anos finais, que é o recorte que nos interessa nesta pesquisa:

Tabela 3 - Componentes curriculares do ensino fundamental - anos finais

Disciplinas	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
Português e Literaturas de Língua Portuguesa	5	5	5	5	20
Ingês	3	3	3	3	12
Francês/ Espanhol	3	3	3	3	12
Educação Musical	2	2	2	2	8
Artes Visuais	2	2	2	2	8
Educação Física	2	2	2	2	8

Informática Educativa	2	2			4
História	3	3	3	3	12
Geografia	3	3	3	3	12
Ciências Sociais		2	2	2	6
Ciências	3	3	3	4	13
Matemática	4	4	5	5	18
Desenho	2	2	2	2	8
Carga horária Total	34	36	35	36	141

Fonte: Colégio Pedro II (2018, p. 84).

De acordo com o PPPI, o quantitativo de aulas de Música (atualmente identificada por Educação Musical) nos anos finais do ensino fundamental equivale a aproximadamente 5,67% da carga horária oferecida para os quatro anos de curso, sendo distribuídos igualmente entre o 6º, 7º, 8º e 9º anos e representando respectivamente 23,52%; 22,22%, 22,85% e 22,22% da carga horária de cada ano. Vale ressaltar que para fins de comparação, tomamos por referência apenas o quantitativo de tempos de aula, e não a minutagem destas aulas. Por isso os resultados percentuais são ligeiramente diferentes dos informados anteriormente no capítulo 2 desta pesquisa.

A partir dos dados extraídos das três tabelas acima, podemos comparar as grades curriculares apresentadas em termos de carga horária dedicada ao ensino de Música na série de recorte deste estudo, Conforme a Tabela 4:

Tabela 4 - Comparativo do percentual das cargas horárias em cada grade apresentada

Período	1838	1841	2017
Percentual da carga horária total	2,89%	7,02%	5,67%

Fonte: o autor, 2025.

Para fins de análise comparativa, levaremos em consideração apenas os percentuais acima²³. Desta feita, observamos que houve um expressivo aumento na segunda parte do período inicial e uma diminuição no período atual. Essa flutuação enseja que o ensino de Música no ensino fundamental - anos finais (em números) perdeu espaço dentro da instituição. No entanto, hoje, ela está presente em todos os níveis de Educação dentro do CPII

²³ Considerando a distância entre os períodos e as alterações que a grade curricular sofreu entre eles, podem ter ocorrido outras flutuações e mudanças nos percentuais.

e, portanto, tem relevância no Colégio. Como esta pesquisa possui um recorte específico, ficaremos com a interpretação dos dados referente apenas aos anos finais do ensino fundamental.

3.1.1.2 O tom – Tema 2: Ingresso dos professores

O processo para se tornar professor do CPII é outro tema interessante em nossa pesquisa. Considerando que o CPII foi e continua sendo uma instituição de prestígio na Educação brasileira, lecionar no Colégio acaba por ser um cargo importante, tanto no século XIX, quanto atualmente, e os professores que trabalharam ou trabalham nos períodos temporais estudados nesta análise, tiveram variados processos de conquista do cargo, seja via indicação e escolha de autoridade responsável ou por meio de concurso. Os processos de escolha e conquista do cargo, demonstram perfis diferentes e maneiras distintas de como o CPII funcionou e funciona.

3.1.1.2.1 Período inicial

Como já visto acima, os primeiros professores de Música do CPII não eram assim chamados (professores), mas mestres de Música, o que, de certa forma – mediante à leitura e interpretação das fontes primárias encontradas nesta pesquisa –, os colocava hierarquicamente abaixo dos demais profissionais, que tinham por designação o título de professor, haja vista, por exemplo, o fato dos mestres não estarem listados no Regulamento nº 8, bem como o fato de a quantia recebida pelo serviço ser inferior à dos professores.

Januário da Silva Arvellos e Francisco da Luz Pinto foram os primeiros escolhidos para trabalhar no CPII. O compositor Arvellos foi indicado ao cargo pela sua produção artística, bem como por trabalhos anteriores em bandas militares. Já o músico Pinto, fora convocado a princípio como substituto de Arvellos, que adoeceu antes do término do primeiro ano de existência do Colégio, isto é, em 1838. Pinto só foi efetivado na função no ano seguinte, assumindo a partir de então, todas as responsabilidades do cargo. Ademais, passou a atuar combativamente para o aumento na carga horária do ensino de Música na instituição.

No caso dos dois primeiros mestres de Música do CPII, o que definiu seus ingressos foi a fama que os precedia, seus trabalhos anteriores e o envolvimento com as elites imperiais e com a igreja. Desta maneira, a escolha atendia os objetivos de construir uma Educação para a população de maiores poderes na sociedade brasileira do período imperial, seja a nobreza, o clero, militares ou a burguesia da época.

3.1.1.2.2 Período atual

Quanto ao processo de ingresso de professores no CPII atual, ele ocorre unicamente por meio de concurso público para professor efetivo, e processo seletivo (público) para professor substituto. Os exames para a seleção de docentes efetivos tiveram, nos últimos concursos, etapas diferenciadas, como prova escrita discursiva, prova escrita objetiva, prova de aula e análise de títulos, a exemplo do concurso de 2016 (Colégio Pedro II, 2016). Além destas etapas, as pessoas que se candidatam por cotas, têm um processo mais longo, com o acréscimo, por exemplo da autodeclaração de pessoas pretas e pardas, tudo para tornar o concurso o mais justo possível. Já o processo de seleção de professores temporários substitutos, o mais recente aplicou prova escrita e prova de título. Em processos anteriores houve também entrevista. A relação trabalhista, para este profissional, é de contrato com um prazo limitado de atuação, que pode se prolongar por um período igualmente limitado (Colégio Pedro II, 2025d).

O último edital de concurso para professor efetivo do Colégio, Edital Nº 30/2022, contou com 3 (três) vagas para Educação Musical, sendo 2 (duas) para ampla concorrência e 1 (uma) para cota etnico-racial. Além destas vagas de acesso imediato, o edital previa mais 7 (sete) vagas para lista de espera na ampla concorrência e mais 4 (quatro) para cotas. O edital não previa vagas para pessoas com deficiência. As vagas para Educação Musical representaram 1,47% do total de vagas no edital, sendo 0,76% para a ampla concorrência e 0,09% para cotas (Colégio Pedro II, 2022).

Os números acima revelam que, para esse edital, a demanda imediata por professores de Música estava em quarto lugar, em comparação com outras disciplinas. Educação Musical está, neste edital, empatada com Administração e Filosofia e abaixo de Artes Visuais e História (ambas com quatro vagas totais), Educação Física (com cinco vagas totais) e anos iniciais do ensino fundamental (com quatorze vagas totais). Outras disciplinas estão listadas no edital, porém com uma demanda menor de profissionais (dois ou um apenas).

O edital também prevê atendimento especial para candidatos que necessitem e solicitem este tipo de serviço, bem como a remuneração inicial para professores que atuem em regimes de 20 horas semanais e 40 horas semanais. O concurso contou com provas objetivas, discursiva e de aula, de caráter eliminatório e classificatório, conforme informado anteriormente, além da prova de títulos, esta de caráter classificatório.

Consideramos que, dadas as possibilidades atuais de acesso ao cargo, mediante concurso público, e as de 1838, com o acesso à instituição sendo conquistado de acordo com

possíveis afinidades pessoais, também militares, políticas e/ou religiosas, dadas as condições sociopolíticas e temporais, tanto os docentes como os discentes possuem nos dois períodos, inevitavelmente, características heterogêneas.

3.1.1.3 Melodia - Tema 3: Ingresso dos alunos

Quanto aos alunos e seu acesso à escola, há também um perfil a ser analisado que evidencia as características de cada época. É relevante, portanto, compreendermos como se deu e se dá esta aceitação ou não dos estudantes candidatos à vaga no CPII. Seja no período inicial de nossa análise, ou no mais recente, o acesso ao CPII como estudante é (tal qual o acesso como professor) sinônimo de status e de prestígio, sobretudo no estado do Rio de Janeiro²⁴. Portanto, nesta seção vamos analisar e comparar as maneiras de acesso ao Colégio.

3.1.1.3.1 Período inicial

No primeiro momento aqui analisado, o acesso ao Colégio era por meio de solicitação da família interessada que seu filho estudasse na instituição. Qualquer pessoa poderia tentar uma vaga, as pessoas interessadas deveriam solicitar a matrícula do estudante, que seria submetido a um processo de aceitação ou não. Como já observamos no capítulo anterior, o acesso ao CPII durante seus primeiros anos, dava-se por cumprimento de alguns requisitos, quais sejam: idade mínima de 8 anos e no máximo 12 anos, salvo em casos de licença especial, concedida pelo governo; saber ler, escrever e executar as quatro operações basilares da matemática (soma, subtração, multiplicação e divisão); documento que comprovasse bom comportamento em instituições de ensino anteriores; despacho de admissão redigido pelo reitor do CPII, sendo estas exigências a serem cumpridas para qualquer candidato. Porém, havia ainda aquelas que deveriam ser atendidas pelos candidatos às vagas de aluno interno: ter “bexigas naturaes ou vacinadas” (Brasil, 1838, p. 69). Por fim, caso o candidato atendesse a todas as demandas de matrícula e, ainda assim, por algum motivo particular, o reitor não quisesse admitir o estudante, teria este o direito, desde que informasse os motivos ao ministro do império. No entanto os seus motivos se manteriam reservados e secretos.

Todas as informações referentes à matrícula de novos estudantes listadas acima se encontram no Regulamento de nº 8, portanto, fazem parte do primeiro estatuto do Imperial Collegio de Pedro Segundo. Esse processo era parcial e bastante vinculado às expectativas das

²⁴ Todas as unidades do Colégio Pedro II estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente nas cidades do Rio de Janeiro, de Niterói e de Duque de Caxias, como informado anteriormente. Ademais, a instituição é reconhecida nacionalmente.

elites da sociedade, ao menos sob a sensibilidade social atual, endossando outras medidas, regras e escolhas institucionais que ocorriam naquele período do Colégio.

3.1.1.3.2 Período atual

Atualmente, o CPII conta com uma forma de ingresso diferente, para o recorte que nos interessa, isto é, para os candidatos às vagas no 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental, o acesso se regulamenta por edital público. Utilizaremos como referência o edital de 2025 (Colégio Pedro II, 2025b), que aconteceu via sorteio e concurso (prova). O sorteio possui regras quanto a cotas e idade, o que pode tornar o acesso facilitado para uma parcela da população, tornando possível o ingresso de crianças e adolescentes de condições sociais mais vulneráveis. Quanto à idade mínima, os candidatos devem possuir 13/14 anos, para vaga no 7º ano, 14/15 anos, para vaga no 8º ano e 15/16 anos, para vaga no 9º ano para ingresso no ensino fundamental anos finais.

Em relação às cotas, a reserva de vagas se divide em 4 (quatro) perfis. São eles: 1) de escola pública; 2) pretos, pardos e indígenas; 3) pessoa com deficiência; e 4) cota social. O perfil 1 se destina ao grupo estudantil que cursou ao menos os últimos dois anos dos anos iniciais do ensino fundamental em escola pública e o perfil 2 atende ao conjunto da população negra, conforme Estatuto da Igualdade Racial, além de pessoas indígenas.

O perfil 3 refere-se:

[...] aos candidatos Pessoa com Deficiência, aquela que, consoante a linha de corte do Grupo de Washington, tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do caput do art. 2º da Lei no 13.416/2015 (Colégio Pedro II, 2025c).

Por fim, o perfil 4 se refere aos candidatos que possuem renda familiar de até um salário mínimo *per capita*. O edital também prevê que 50% (cinquenta por cento) das vagas são destinadas à reserva de vagas, o que reforça a reparação histórica que esta reserva significa²⁵. Outro fato relevante a ser descrito é que há uma taxa de inscrição no sorteio, e que existem condições para que haja a isenção desta taxa, cláusula essa comum em diversos editais.

Podemos notar uma diferença entre os dois métodos/processos de acesso à matrícula na instituição: enquanto o período inicial visava selecionar estudantes que atendessem às

²⁵ Para saber mais sobre as cotas, cf. Colégio Pedro II (2025c) e Colégio Pedro II (2025d).

expectativas da elite, bem como que teriam no Colégio essa formação, isto é, uma formação a serviço da elite, atualmente o critério de acesso se tornou um facilitador para aqueles estudantes e famílias das parcelas menos favorecidas da sociedade brasileira. Ainda assim, por uma questão geográfica, o CPII melhor atende aqueles que residem na cidade do Rio de Janeiro, e áreas circundantes (Grande Rio), ou ainda no Estado.

3.1.1.4 Armadura de clave - Tema 4: Conteúdos didático-musicais

No que diz respeito aos conteúdos didático-musicais, ao abordarmos o período atual, subdividimos o Tema 4 em 3 (três) subtemas, os quais nos permitem obter uma análise comparativa mais aprofundada, favorecendo o entendimento da perspectiva acerca do ensino musical nos dois recortes temporais. Para abordarmos os subtemas, primeiramente traçamos um panorama geral dos três conjuntos de conteúdos, a fim de manter a organização apresentada até aqui.

O conjunto de conteúdos musicais apresentado no primeiro período que estamos trabalhando foi extraído do compêndio de Francisco Manuel da Silva, já mencionado no capítulo anterior. Conforme descrevemos, este é um material curto em quantidade de páginas e dotado de pouca informação, se comparado com o PPPI²⁶. No entanto, o compêndio possui uma riqueza da perspectiva histórica, haja vista que podemos extrair dele não apenas os conteúdos trabalhados no ensino de Música, mas também informações a respeito da dinâmica governamental e de comércio do período imperial, como já demonstramos anteriormente.

Com relação ao conteúdo didático-musical que está contido neste material, podemos determinar que ele aborda, exclusivamente, a teoria musical, embora se observarmos o nome da disciplina (Música Vocal), possamos inferir que, para além da teoria, as aulas possuíam um caráter prático, ao menos por meio do canto. O conteúdo listado na obra de Manuel da Silva envolve noções de escrita e de leitura musical, como figuras, fórmulas de compasso, tipos de clave e até mesmo termos italianos, comuns à escrita musical. O material aqui descrito, portanto, tinha o intuito de fornecer aquilo que permitiria um entendimento musical e bases para o canto coral.

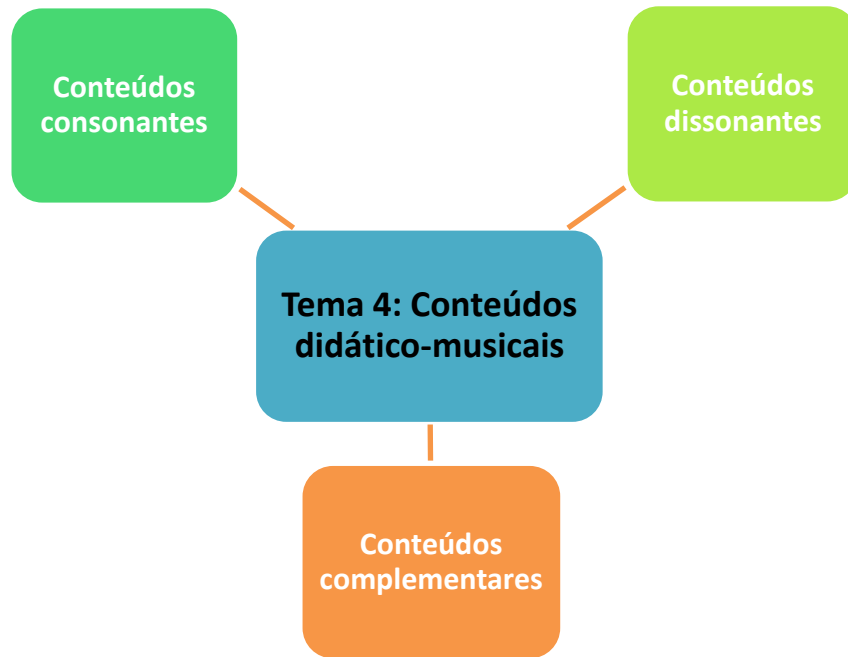
Já o conteúdo didático-musical que consta no PPPI para os anos finais do ensino fundamental é bastante vasto, contemplando teorias e práticas musicais diversas, além de conteúdos transversais, que hoje sabemos serem muito caros à Educação, e até noções de

²⁶ É válido ressaltar que o entendimento acerca de registro histórico-didático mudou de lá para cá, bem como as sociedades. Em vista disso, não cabe a este estudo julgar a qualidade ou a mensuração quantitativa dos registros consultados.

cuidado corporal que se relacionam com a saúde dos músicos. É, portanto, um conjunto mais abrangente de conteúdos a serem trabalhados ao longo dos quatro anos do ensino fundamental - anos finais.

Como já descrevemos acima, nesta sessão dividimos o **Tema 4** em três subtemas, conforme exposto na Figura 2:

Figura 2 - Esquema dos subtemas do Tema 4



Fonte: o autor, 2025.

Os subtemas se relacionam, portanto, diretamente com o Tema 4 e entre si de muitas formas. Passaremos agora para a análise individual de cada um destes subtemas, a fim de construir um panorama dos conteúdos didático-musicais aqui descritos²⁷.

Ao tratarmos do PPPI, no primeiro capítulo, mencionamos a tabela que apresenta os objetivos vinculados aos conteúdos. Dividimos estes conteúdos em três subgrupos, acima observados. O primeiro reitera os conteúdos abordados no compêndio de Francisco Manoel da Silva (conteúdos consonantes), o segundo é formado por conteúdos que divergem, ou ainda trazem novos ares à Educação Musical (conteúdos dissonantes), e o terceiro atualiza e complementa a concepção de Música e de seu ensino, demonstrando um diálogo com abordagens mais modernas da Educação Musical (conteúdos complementares).

²⁷ Destacamos que neste texto não constam todos os conteúdos prescritos no PPPI, assim como podemos inferir, como já dito, que nem todos os conteúdos abordados no primeiro período analisado nesta pesquisa foram listados no compêndio de Francisco Manuel da Silva e, portanto, não estão aqui, ou seja, aqui teremos um recorte do todo.

De acordo com a listagem apresentada na organização da tabela, encontramos os conteúdos a serem abordados ao longo das quatro séries do ensino fundamental - anos finais – tomamos, por exemplo, para esta sessão o 6º ano – e que delimitam a categorização dos objetivos. São eles: “Saúde vocal e auditiva”, “Som e silêncio”, “Duração”, “Ponto de aumento”, “Altura”, “Intensidade”, “Timbre”, “Estruturação musical”, “Música brasileira” e “Hinos” (Colégio Pedro II, 2018, p. 282-283). Com relação aos três anos seguintes (7º ano, 8º ano e 9º ano), poucas são as mudanças. Os objetivos e conteúdos se tornam gradativamente mais densos, sem, no entanto, perder de vista a coerência com o que foi apresentado acima.

3.1.1.4.1 *Ritornello* - Consonâncias

Como os conteúdos didático-musicais abordados no primeiro momento do Colégio já foram bem detalhados no primeiro capítulo, vale apenas lembrar que se tratam de conteúdos voltados para a leitura e escrita musical, na perspectiva europeia tradicional. Estes conteúdos permanecem hoje em pauta. Sendo assim, foram incluídos nesta análise com a intenção de identificar uma possível reverberação do pensamento didático-musical daquele período, até hoje na instituição. É o caso, portanto, dos conteúdos do PPPI que estão relacionados com a teoria musical, a leitura e a escrita na pauta musical, bem como seus símbolos, expressões e interpretações, seja na prática instrumental ou por meio de solfejos, canto e outros, todos esses temas sob a perspectiva e entendimento europeus do fazer musical.

A título de organização da análise, destacamos agora alguns dos objetivos que se vinculam aos conteúdos a serem analisados: “Perceber e diferenciar pulso, ritmo e acento métrico em músicas diversas” – tópico que demonstra aos estudantes a riqueza rítmica que se expressa na Música, seja ela nacional ou estrangeira; “Perceber as características dos compassos binário, ternário e quaternário”, “Compreender a função do pentagrama, das claves e das notas musicais”, “Identificar, grafar e executar sinais de repetição” e “Empregar notas em clave de sol” – assuntos elementares na escrita musical, que colaboram para o aprendizado e as noções de teoria musical; “Cantar os hinos cívicos, com domínio de melodia, letra e fraseado” – maneira de exaltar o pertencimento cívico nos estudantes (Colégio Pedro II, 2018, p. 282-283).

Pudemos observar nos documentos oficiais do governo imperial, e até mesmo nos extraoficiais, como jornais da época, que o espírito cívico e a noção de patriotismo eram importantes para aquela sociedade e por isso englobamos este tópico no subtema consonâncias. Um exemplo disso foi a apresentação do hino em homenagem ao Imperador

Dom Pedro II no dia da abertura do primeiro ano letivo da instituição, em 25 de março de 1838, evento que contou com a presença do Imperador – nesse ano ele tinha 12 anos –, das princesas, do Regente Interino, de ministros e do “Exm. e Revm. Bispo de Anemúria²⁸ – Reitor do Collegio”. Registra-se no jornal O Sete D’Abril: “[...] o Imperador entrou na grande sála da abertura, rompêo a Banda de Musica do Corpo de Maunicipaes Permanentes, tocando e cantando o Hymno do Collegio” (25 de Março, 1838, p. 1). Outro exemplo desse espírito cívico está registrado no Jornal do Commercio de 23 de dezembro de 1839, no qual foi publicado o discurso de Justiniano José da Rocha, professor do CPII. Justiniano foi encarregado de iniciar a “solemnidade annual da distribuição dos premios no imperial collegio de Pedro II”, aos que foram considerados alunos merecedores do Colégio, evento realizado em 22 de dezembro de 1839. Ao término de sua fala, um coral de estudantes regidos pelo mestre de Música Pinto cantou hinos pátrios, de caráter religioso e de exaltação ao Imperador, Nesse evento, alunos da 6ª, 7ª e 8ª aula que se destacaram em Música também foram premiados (Rio de Janeiro, 1839b, p. 8-9).

Esses objetivos envolvem a construção de habilidades para leitura e escrita na pauta musical ou, como demonstramos acima, estão de acordo com o espírito de civismo do período imperial, portanto, podem ser diretamente vinculados com os conteúdos do primeiro recorte temporal.

Listamos agora os conteúdos dos dois recortes: a) conteúdos do primeiro recorte temporal: claves, nome das notas, posicionamento das notas em cada clave, figuras e valores em cada compasso, fórmulas de compasso, subdivisões dos compassos, ponto de aumento, acidentes musicais, ornamentos, termos italianos, abreviaturas de repetição; b) conteúdos do segundo recorte temporal: pulso, ritmo, métrica, compassos, função do pentagrama, claves, notas musicais, sinais de intensidade, altura sonora, movimentos melódicos, hinos cívicos. Podemos identificar uma repetição e semelhança nestes tópicos, que abordam a escrita musical europeia tradicional, revelando uma reverberação, como supracitado, no PPPI, advinda dos primeiros anos do CPII.

Isso nos faz pensar – também repensar – e trazer à tona a discussão sobre a relevância da escrita musical no ensino regular. Para Schafer (2011), ela tem que ser objetiva e comunicativa, caso contrário, poderá trazer desagradáveis surpresas, o que entendemos que pode ser a frustração da exatidão do que foi escrito e do que realmente se decodificou e se executou. Para a performance e execução de uma orquestra ou músico profissional, por

²⁸ Frei Antônio de Arrabia também era conhecido como Bispo de Anemúria.

exemplo, cujo propósito é executar e apresentar obras de compositores, consagrados ou não, tal como foram feitas, sim. Todavia, uma execução nunca será idêntica a outra, por vários motivos: época, local, instrumento, instrumentista, desenvolvimento técnico, dentre muitos outros fatores determinantes. Mas para a sala de aula do ensino regular, a escrita pode representar algo a mais: além da reprodução em si, ela pode promover a reflexão e, principalmente, a recriação da obra ou trecho, como forma de expansão do pensamento criativo dos estudantes. Nesse sentido, o professor pode trabalhar tanto a escrita convencional, para abordar e introduzir essa grafia, como também a não-convencional, que poderá despertar outros caminhos, inclusive bem criativos.

O pensamento de Schafer colabora na compreensão de que mesmo os conteúdos mais tradicionais do ensino de Música podem ser levados à sala de aula de maneira atual, de acordo com o que se considera mais adequado para uma parcela dos educadores musicais. Schafer é um dos autores utilizados na construção do PPPI, quanto às propostas de Educação Musical. Outro autor presente no PPPI é Swanwick, que está de acordo com Schafer em relação à notação musical. No que diz respeito à leitura e escrita, Swanwick afirma que as capacidades de leitura e escrita não são objetivos finais da Educação Musical, mas sim, meios para um fim (Swanwick, 2003, p. 69). O autor considera que o fazer musical é um tipo de discurso e que “qualquer forma de notação musical é uma forma de análise, e qualquer análise é, necessariamente, parcial e incompleta” (Swanwick, 2003, p. 58). Portanto, esses conteúdos que trazem consigo a consonância com o passado da instituição, também apresentam uma dissonância na metodologia de ensino, se aproximando do assunto abordado na próxima sessão deste texto.

3.1.1.4.2 Casa de primeira - Dissonâncias

Há outros conteúdos que não eram abordados à época e que demonstram um traço progressista no currículo atual, a partir do qual identificamos indicadores de inovação, no que diz respeito ao ensino musical do CPII. Nos debruçaremos aqui no conteúdo “Música brasileira” (Colégio Pedro II, 2018, p. 283-288). Este conteúdo foi escolhido não pela inovação aparente, mas antes pelo que ele representa na prática. Há uma tendência de se pensar este conteúdo, quando ouvimos seu nome isoladamente, como algo no espectro do civismo, mas que enquadramos como consonante. No entanto, se observarmos suas subdivisões, notaremos que se trata de um conjunto de pautas que não condizem com o caráter conservador que o civismo dos hinos nos leva a idealizar.

O conteúdo de Música brasileira aparece no 6º ano, subdividindo-se em dois tópicos: “música indígena, música africana e música europeia; cultura popular: danças brasileiras” (Colégio Pedro II, 2018, p. 283). No 7º ano, o conteúdo não é listado, retornando no 8º ano: “gêneros musicais: lundu, modinha, maxixe, choro, marcha e samba; teatro de revista” (Colégio Pedro II, 2018, p. 286), por fim, o conteúdo também aparece no 9º ano: “gêneros: samba, marcha, bossa nova, rock e novas tendências; movimentos e indústria cultural: carnaval, era do rádio, jovem guarda, canções de protesto, festivais da canção e tropicalismo” (Colégio Pedro II, 2018, p. 288).

Vejam os alguns dos objetivos relacionados com este conteúdo: “Conhecer as bases formadoras da música brasileira e processos de transformação”, “Conhecer, vivenciar e produzir música a partir de repertório, processos e práticas musicais das matrizes africana, indígena e europeia”, “Vivenciar danças brasileiras” – intensificam e aproximam o aprendizado musical da realidade dos estudantes, ou ainda de outras realidades, que não aquelas em destaque midiático ou histórico. Os tópicos de cada abordagem do conteúdo Música brasileira remetem a um decolonialismo²⁹ histórico da Educação, posto que suas temáticas envolvem o ensino das músicas brasileiras dos povos originários e, sobretudo, as múltiplas musicalidades afrobrasileiras. Este conteúdo revela em seu interior uma preocupação com referências outras, que não apenas a música a serviço da colonização. Por esta razão, traz consigo um caráter decolonial. Ainda se aborda neste conteúdo músicas do colonizador, no entanto, a prevalência de referências não brancas constrói a dissonância que procuramos nesta sessão. Podemos notar esta preocupação no PPPI do CPII:

O repertório musical variado, considerando aspectos culturais das diferentes localidades de moradia dos estudantes, é valorizado nas práticas musicais. Um aspecto importante e trabalhado de forma transversal em todas as séries do segmento é a ampliação desse repertório e da vivência musical de culturas de outros povos do mundo. Seja com repertório de matriz africana, europeia, indígena ou de outras culturas, o programa oferece diversas possibilidades para inserir propostas que contemplem esses conhecimentos. Cabe ao professor escolher a melhor forma de conduzir em seu cotidiano atividades que possibilitem ao estudante o contato com culturas, práticas musicais, cantos e instrumentos musicais de diferentes localidades (Colégio Pedro II, 2018, p. 267-268).

De todo modo, para Queiroz (2020, p. 153), a “música no Brasil foi institucionalizada a partir de um intenso processo de colonização”, o que resultou em metodologias, conteúdos,

²⁹ Nascido das lutas sociais, é um termo que se refere a estudos e conceitos que buscam reparar ou mesmo reverter os efeitos da colonização, resultantes de longos processos históricos e de narrativas eurocênicas, seja na cultura, nas estruturas de poder ou mesmo no pensamento (Barbosa, 2024).

currículos e demais inserções do ensino formal musical baseados, historicamente, “em estratégias criadas para o ensino da música erudita ocidental do passado”.

Na sessão anterior, referimos-nos ao educador musical Keith Swanwick, que destaca o conceito de discurso musical. Para ele, a prática musical é discursiva e cada indivíduo traz consigo experiências e conhecimentos musicais diversos, mesmo antes do estudo de Música. Swanwick propõe três princípios de Educação Musical, os quais se relacionam com esse pensamento do discurso musical. São eles: a) considerar a música como discurso; b) considerar o discurso musical dos alunos; c) fluência no início e no final (Swanwick, 2003).

No primeiro princípio, o autor explica que, mais importante que analisar o conteúdo musical (caráter expressivo, tonalidade, andamento e outros), é dialogar com a ideia musical proposta. Trazendo para o contexto de sala de aula, podemos refletir sobre a importância de considerar a importância musical da música em si, isto é, a musicalidade de uma música está na música propriamente dita, não no pensar acerca de, mas no fazer musical (Swanwick, 2003).

O segundo princípio é abordado para provocar o leitor e se trata de lembrar aos educadores musicais que, tal qual afirma o trecho acima do PPPI do CPIL, os alunos trazem consigo a prática e o fazer musical (tocar, cantar e ouvir) de toda sua vida anterior ao ingresso no Colégio e este acúmulo de experiências aumenta independentemente das aulas de Música. Mas nas aulas esse conhecimento prévio pode e deve ser valorizado, pois contribui na formação dos estudantes.

Com relação ao terceiro princípio, o autor propõe que, se considerarmos a música como discurso, aproximamos seu aprendizado da aquisição de um idioma, ou seja, para aprendê-la, é necessário o contato com falantes do idioma em questão, ouvir e fazer música torna-se fundamental. Sob essa perspectiva, para que aprendamos a fazer (falar) música, nos aproximamos de Swanwick, ao considerarmos que a prática musical (tocar, cantar e ouvir) se faz prioridade no ensino musical. Portanto, as musicalidades e os contextos musicais dos alunos, bem como as musicalidades e contextos musicais de outras culturas, sobretudo as não brancas e não eurocentradas são fundamentais à formação dos estudantes.

Retomando ao PPPI, o documento evidencia ainda outro caráter importante que se revela no conteúdo Música brasileira: a interdisciplinaridade. Está no PPPI:

O trabalho desenvolvido na disciplina potencializa a possibilidade de ocorrência de atividades interdisciplinares e conexões com as demais disciplinas. Essas atividades e conexões acontecem nas atividades em sala de aula, em eventos culturais, em projetos interdisciplinares, nos diferentes instrumentos de avaliação utilizados, em projetos de iniciação à pesquisa e

iniciação artística e cultural, bem como em projetos de extensão (Colégio Pedro II, 2018, p. 288).

A interdisciplinaridade em pauta neste conteúdo se mostra, por exemplo, em diálogo com conteúdos da disciplina de História, como se observa no Quadro 1, que apresenta o quadro de conteúdos do 8º ano do ensino fundamental - anos finais:

Quadro 1 - Conteúdos de História do 8º ano

Conceitos: Antigo Regime, Iluminismo, Liberalismo, Liberdade, Igualdade, Conservadorismo, Capitalismo, Revolução, Revolução Liberal-Burguesa Voto Censitário / Sufrágio Universal, Movimentos Sociais, Socialismo, Cidadania, Revolução Industrial, Propriedade Privada, Burguesia / Proletariado, Monarquia, República, Independência / Dependência, Emancipação Política, Império, Aristocracia, Trabalho Escravo, Trabalho Livre / Trabalho Livre Assalariado, Diversidade Cultural, Unitarismo / Federalismo, Imperialismo, Nação / Nacionalismo, Haitianismo.	
EIXOS	CONTEÚDOS
A formação do mundo contemporâneo	<ol style="list-style-type: none"> 1. O Iluminismo e a crise do Antigo Regime; 2. As revoluções liberais-burguesas e suas contradições; 3. As Revoluções Industriais e as tensões no capitalismo liberal: os movimentos sociais dos trabalhadores e das mulheres; 4. A África antes do neocolonialismo: organizações sociais e políticas antes da década de 1870.
Os processos de independência nas Américas	<ol style="list-style-type: none"> 1. As independências nas Américas; 2. O reformismo ilustrado português e as suas consequências no Brasil; 3. A transmigração da Corte Portuguesa e a emancipação política do Brasil.
O Império do Brasil: a construção e a consolidação do Estado Nacional Monárquico	<ol style="list-style-type: none"> 1. A organização política da monarquia brasileira e as tensões políticas, sociais e econômicas do Primeiro Reinado; 2. O Período Regencial: descentralização e movimentos sociais e políticos; 3. Segundo Reinado: aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais; 4. Homens livres pobres, mulheres, negros e indígenas nos oitocentos: dinâmicas sociais, econômicas e culturais; 5. A crise da escravidão: o término do comércio transatlântico de negros, a Lei de Terras e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; 6. A crise da Monarquia e a transição para a República/Abolição.

Fonte: Colégio Pedro II (2018, p. 376).

O terceiro eixo do quadro – O império do Brasil: a construção e a consolidação do Estado Nacional Monárquico – apresenta 6 (seis) conteúdos que relacionam direta ou indiretamente com o conteúdo Música brasileira. Assim, os estudantes do 8º ano compreenderão a partir da interdisciplinaridade quem são as pessoas que compuseram os lundus, modinhas, maxixes, bem como seus desdobramentos no samba e no choro. É, portanto, demonstrado no próprio PPPI, a interrelação entre estas disciplinas. Outras tantas correlações poderiam ser tratadas. Porém, como este não é o objetivo deste trabalho, seguiremos adiante.

Outro conteúdo que entra em dissonância com as propostas iniciais de conteúdos do ensino de Música no CPII é a “Saúde vocal e auditiva” (Colégio Pedro II, 2018, p. 282). O objetivo a ser alcançado com ele é: “Compreender a necessidade de se cultivar bons hábitos para a saúde vocal e auditiva” – o cultivo da saúde vocal e auditiva e a ciência de sua

importância é um tópico interessante de se abordar na Educação Musical, posto que auxilia na consciência do próprio corpo e de sua relação no fazer musical (Colégio Pedro II, 2018, p. 282). Este conteúdo diverge dos conteúdos elencados por Francisco Manuel, pelo fato de não ser uma preocupação aparente no seu material didático. Podemos mais uma vez inferir, como fizemos no capítulo 2 algumas vezes ao tratar deste material, que por ser à época uma disciplina voltada para o canto, temas e debates acerca da saúde vocal deveriam surgir naturalmente nas aulas. No entanto, trouxemos este conteúdo à baila por esta preocupação não estar explícita no compêndio de Francisco Manuel.

3.1.1.4.3 Casa de segunda - Conteúdos complementares

Há ainda objetivos e conteúdos que, embora não estivessem em evidência no período inicial, complementam os conteúdos que o compêndio de Francisco Manuel elenca, trazendo um ar renovador para conteúdos considerados mais tradicionais do ensino de Música.

Neste terceiro grupo, que atualiza a concepção de Música e seu ensino, selecionamos os seguintes objetivos: “Compreender a relação som/silêncio como elemento expressivo do discurso musical” – fator muito importante do fazer musical que permite uma variedade de atividades musicais e a capacidade de perceber o ritmo como elemento tão caro a Música; “Reconhecer e representar, corporal e graficamente, nuances e contrastes de intensidade do som” – maneira de corporalizar o aprendizado do parâmetro sonoro intensidade; “Utilizar grafia convencional e não convencional em diferentes planos de intensidade” – trata-se de uma maneira de aproximar os estudantes de tipos diversos de registro musical; “Perceber a relação entre as formas de produção de som e consequentes alterações timbrísticas” – contribui com a percepção sonora, trazendo possibilidades diversas de interação com o som; “Perceber e utilizar sonoridades individuais e em grupo” – maneira de trabalhar performances em conjunto, o que potencializa o aprendizado musical; “Decodificar os sinais de intensidade” – outro assunto referente a escrita musical, no entanto, se trata do fruto de avanços na compreensão desta escrita; “Diferenciar os sons quanto à altura” e “Reconhecer movimentos melódicos” – duas abordagens temáticas que favorecem a percepção musical dos estudantes, por construir a escuta melódica (Colégio Pedro II, 2018, p. 282-283).

Todos os objetivos dialogam, de alguma maneira, com os conteúdos teóricos fundamentados no fazer musical europeu que está contido no compêndio de Francisco Manuel, e que, no entanto, extrapolam o simples escrever/ler/interpretar da partitura, trazendo o corpo dos estudantes para a sala de aula, levando em consideração seus conhecimentos

prévios acerca de música e fazendo música a partir do movimento.

Tal maneira de se ensinar música, que tem por metodologia corporificar, pelo movimento do corpo da criança, as potenciais e latentes musicalidades dos estudantes, é uma das características comuns aos métodos ativos, como bem descreve Fonterrada:

Caso se queira fortalecer a área da educação musical, é importante que os educadores musicais pioneiros sejam revisitados, não para serem adotados tal como se apresentam em suas propostas de origem, mas como fonte vital, da qual se podem extrair subsídios para propostas educacionais adequadas à escola e à cultura brasileiras (Fonterrada, 2008, p. 120).

Os métodos ativos de Música, voltados para o contexto escolar, apareceram na primeira metade do século XX, trazidos pelos educadores musicais Carl Orff, Edgar Willems, Émile Jaques-Dalcroze, Shinichi Suzuki e Zoltán Kodály, estes da primeira geração. Os da segunda geração foram: Educadores musicais da segunda geração: George Self, Hans-Joachim Koellreutter, John Paynter, Keith Swanwick e Murray Schafer (Fernandes, 2000). Para Gainza (1988), foram uma revolução no ensino musical e na pedagogia da prática musical, o que influenciou muitos educadores a partir de então. De todo modo, Fonterrada (2008) argumenta que nem tudo que se preconiza como métodos ativos são métodos, mas, sim, propostas ou mesmo abordagens pedagógico-musicais.

Em linhas gerais, de acordo com Paz (2013), Fonterrada (2008) e Fernandes (2000) os métodos ativos se voltam à descoberta, à prática e ao fazer musical. Nesse sentido, Paz (2013) destaca três educadores que marcaram a nova pedagogia musical brasileira: 1) Dalcroze, que se propõe a trazer a percepção rítmica por meio da sensibilização, da vivência e do despertar dos ritmos naturais do corpo e do movimento corporal. Seu método Eurrítmia, por sinal, entrou em conflito com o que se ensinava à época, eminentemente voltado ao virtuosismo, à leitura da escrita musical tradicional e, por outro lado, desconsiderava os aspectos criativos da música e de seu ensino; 2) Orff, que propicia a descoberta do ritmo da palavra e do corpo como instrumento percussivo, também o uso de instrumental específico; 3) e Kodály, que se utiliza do emprego da improvisação, do ritmo, do canto e do solfejo relativo, bimodal, também de gráficos para as alturas das notas, semelhante ao *manossolfa*³⁰ empregado por Villa-Lobos, além do uso de canções tradicionais.

O entendimento do corpo como produtor e produto do aprendizado não se limita à Educação Musical, mas a complementa e torna possível uma série de inovações no ensino e no fazer musical. Algumas dessas inovações são implementadas no currículo atual do CPII,

³⁰ Trata-se de um método/recurso de indicação de altura de notas feito com gestos manuais.

sobretudo no que se refere às metodologias aplicadas pelos professores da instituição, o que nos remete aos métodos ativos de ensino musical. Nesse sentido, identificamos nas propostas pedagógicas musicais do PPPI correlações com os métodos ativos:

Dada a sua amplitude e inserções, de modo geral, as ações pedagógico-musicais do Departamento de Educação Musical são diversificadas e se coadunam com a prática, com a criação musical e com a reflexão sobre o fazer musical nos diferentes segmentos atendidos. Essas ações evidenciam a expressão simbólica por meio dos sons e da linguagem musical, exteriorizam o pensamento estético e crítico da música, ratificam conceitos apreendidos e estimulam a tomada de decisões visando a expressão artística. Nelas, poderão convergir distintos conteúdos, de maneira que os estudantes e professores tenham espaço para vivenciar a música com plenitude (Colégio Pedro II, 2018, p. 262).

Essa preocupação com o fazer musical, que extrapola a dicotomia do formal versus informal, promove uma ampliação da Educação Musical. A postura indicada no documento acima indica o desenvolvimento da musicalidade, que “propicia a elaboração de conceitos e de uma concepção crítica da produção musical como resultado de relações socioculturais” (Colégio Pedro II, 2018, p. 267).

3.1.1.5 Tema 5: Avaliações

Com relação às avaliações, apesar de não termos muitos dados da avaliação das duas primeiras décadas do CPII, conseguimos identificar neste tema a viabilidade da comparação e, portanto, da análise, haja vista a relevância da avaliação no processo educacional, bem como o quanto este tema revela o perfil educacional de uma instituição de ensino.

Educar tem suas dimensões e – muitas – implicações. Uma delas é que não há professor sem aluno. Como bem diz Paulo Freire, “Não há docência sem discência”. Além do mais, quem “ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 23). Então, se não há aluno, conseqüentemente não há Educação. Isso quer dizer que tudo o que for pensado em termos de ensino, precisa levar em consideração primeiramente o elemento principal: o aluno. A partir daí, são estabelecidos estratégias, modelos/métodos, programas, currículos e avaliações.

Violeta Gainza nos chama a atenção de que o foco da Educação Musical é fazer com que o indivíduo se torne tanto “receptivo ao fenômeno sonoro” como “sensível” (Gainza, 1988, p. 101). Partindo-se desse pressuposto, podemos entender que a Música, e as demais áreas artísticas, assumem papel relevante na formação humana e que, também por isso, a distinguem das demais áreas do ensino e do conhecimento. Ademais, como formadores, os

professores precisam buscar respostas e resultados para que possam, de fato, contribuir no ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Swanwick pondera que “Nenhuma prática sensível da educação musical pode acontecer sem pelo menos uma noção intuitiva da natureza qualitativa da resposta musical” (Swanwick, 2014, p. 177) e que, para isso, é preciso ter planejamento, este voltado à afetividade e com currículos “elaborados sensivelmente, com um raciocínio claro”. Mas que, para tanto, continua o autor, a via alternativa “é reconhecer que ensinar é avaliar, pesar, estimar, de modo a planejar mais adequadamente e facilitar respostas mais ricas, para aceitar que o ensino das artes é crítica das artes” (Swanwick, 2014, p. 190).

3.1.1.5.1 Definindo a trajetória

Ao considerarmos o relatório dos comissários do governo imperial, publicado no dia 11 de dezembro de 1838, e os comentários nele contidos acerca do desempenho dos estudantes que foram por eles avaliados por meio de exames (provas) e observações, podemos destacar algumas possibilidades de análise acerca do entendimento sobre avaliações e como elas se davam neste período. Pouco foi falado sobre avaliação na disciplina Música do período inicial, mas podemos extrair do documento o que os funcionários imperiais esperavam encontrar no que se refere à avaliação e demonstração de conhecimento por parte dos alunos. A comparação será com os dados extraídos do PPPI, que apesar de ser um documento de natureza diversa do relatório supracitado, é a melhor fonte primária para extrair os dados que precisamos nesta sessão.

3.1.1.5.2 Período inicial

O relatório de 11 de dezembro de 1838 indica que a intenção dos comissários era avaliar se a instituição de ensino estava de acordo com os padrões que se esperavam de um Colégio imperial: limpeza, boa apresentação e arrumação das instalações, dos funcionários e dos alunos, presença integral de todos os envolvidos (Actos Officiaes, 1838, p. 1), além do bom aproveitamento dos estudantes, isto é, o máximo de desempenho deles em relação às disciplinas ali ministradas. Não é mencionada no documento a formação desses comissários. Portanto, não há certeza quanto à formação pedagógica deles. Fato é que, naquele recorte espaço-temporal, tais comissários foram considerados aptos pedagogicamente para avaliar o aprendizado no CPII, assim como a situação estrutural e profissional da instituição. Os funcionários incumbidos da função a realizaram e fizeram o devido registro, que, por sua vez,

foi publicado nos jornais da época. Como mencionamos mais acima, o relatório dá ao leitor indicações de como foi a dinâmica de avaliações aplicadas pelos comissários.

Primeiramente, no relatório, há a informação de que os estudantes da 6ª aula conseguiram demonstrar seus conhecimentos mediante os exames que os comissários lhes submeteram. Embora não se diga o caráter desta avaliação, consta que o desempenho foi satisfatório. A próxima menção do documento diz respeito aos estudantes que frequentavam a aula de Geografia. É descrito que muitos alunos ocupavam os bancos de honra e que não houve necessidade de castigo nesta disciplina (Geografia). Um fato importante é mencionado: a visita dos comissários ocorreu em dia de aplicação de provas³¹ do CPII. Por este motivo, os comissários não entraram em sala. Apenas observaram a feitura da avaliação.

A capacidade de repetir nomes de personalidades históricas e da época, bem como nomes de rios, capitais de países e datas consideradas relevantes, foi identificada como uma habilidade alcançada com desenvoltura pelos estudantes das disciplinas de História e Geografia. Esse é um dado relevante para pensarmos a respeito do que era considerado um bom desempenho de aprendizado daquela época e da atual: será que essa abordagem continua, não somente no CPII, mas no sistema educacional brasileiro?

Nas aulas de Gramática Portuguesa e Grega, o relatório indica que o professor das disciplinas teve êxito em seu trabalho e que alguns estudantes já estavam a ponto de ler em grego, faltando-lhes apenas (segundo os comissários) o material. Embora não tenha sido mencionada a execução de exames ou avaliações por parte dos comissários, fica implícito no documento que os estudantes foram avaliados e aprovados sob os critérios daqueles funcionários imperiais.

Mesmo que não haja pistas sobre o processo avaliativo desse período, sobretudo no que se refere à Música, identificamos acima alguns dos aspectos considerados relevantes para que um estudante fosse considerado apto, quais sejam: decorar informações consideradas relevantes pelo professor, desenvolver solução para os problemas que cada disciplina poderia apresentar, bem como compreender as linguagens de cada disciplina.

3.1.1.5.3 Período atual

No que se refere ao CPII de hoje, podemos encontrar no PPPI características do processo avaliativo, bem como seus objetivos (em relação ao considerado satisfatório aprendizado). O documento traz três características consideradas fundamentais para a

³¹ Temos aí um indício de avaliação (pedagógica) na instituição. No entanto, o documento não descreve as orientações, os enunciados ou os conteúdos aplicados nas provas.

avaliação no Colégio: contínua, cumulativa e qualitativa. O PPPI as descreve como sendo parte de uma avaliação que ocorre ao longo de todo o processo, considerando o acervo de informações que a aprendizagem promove aos estudantes e que vai além dos dados quantificáveis, proporcionando uma análise mais adequada das situações de cada turma, e de cada estudante, tornando o ensino-aprendizagem mais adequado para cada indivíduo.

O PPPI traz um olhar autoavaliativo para a avaliação que o próprio documento propõe, isto é, ao ser posto em prática o que está ali descrito, a avaliação deve ser não unilateral (professor - aluno), mas rizomática³², ou seja, todos os indivíduos envolvidos no processo avaliativo são avaliadores e avaliados:

A avaliação deve promover a qualidade do trabalho pedagógico realizado. Ao constatar o resultado da aprendizagem dos estudantes por meio dos instrumentos de avaliação, não só o professor, mas toda a equipe pedagógica refletirá sobre o processo educativo desenvolvido, uma vez que os resultados estão ligados à qualidade desse processo (Colégio Pedro II, 2018, p. 25).

Essa postura avaliativa reflete o pensamento atual acerca do tema aqui abordado, sobretudo na instituição em questão, evidentemente. Outro aspecto é a maneira como o PPPI propõe que professores e profissionais envolvidos com a Educação devem tratar os processos de avaliação. Destaca-se que esses profissionais têm por funções “apoiar a reflexão sobre as práticas pedagógicas, oferecer subsídios para o planejamento e gestão das atividades escolares, bem como informar à comunidade escolar o desempenho dos estudantes” (Colégio Pedro II, 2018, p. 24). Tal pensamento acaba por propor um comprometimento dos profissionais da Educação em relação ao processo avaliativo e à comunidade escolar, proporcionando um diálogo que pode fortalecer os laços educacionais.

Podemos encarar o PPPI como um documento que, de certa maneira, atualiza a perspectiva educacional de todo o processo avaliativo e que, para além disso, contribui para uma Educação mais participativa e adaptativa aos processos de aprendizado de cada estudante. Nesse sentido, o PPPI é um documento que torna o CPII atualizado pedagogicamente quanto à sensibilidade e ao sentido sociopedagógico de hoje, e o Imperial Collegio de Pedro II era relevante ao seu período e primeiro estatuto, proposto pelo Regulamento nº 8. Vale reiterar que a instituição se reformulou por diversas vezes, também de acordo com as mudanças

³² Rizoma é um termo da botânica que se refere às ramificações do caule subterrâneo das plantas. Deleuze e Guattari (2014) apropriam-se dessa terminologia e a adequa à Educação, onde a ideia é entendê-la como um tipo de sistema aberto, distinto de um único caminho, por vezes apregoado pelo ensino tradicional. Para tanto, considera-se a multiplicidade, a transversalidade e as conexões horizontais. Pode haver a ruptura em qualquer ponto, o que possibilita novas conexões e caminhos, não eliminando, entenda-se, o rizoma/processo educacional.

sociais de cada período, e que as sensibilidades, olhares e demandas de hoje são bastante diferentes das épocas anteriores.

3.2 Coda

Até este capítulo, trouxemos dados e análises acerca dos cinco temas delimitados. Relembrando: **Tema 1: Tempo das aulas**, no qual abordamos, comparamos e refletimos acerca do período de formação educacional dedicado ao aprendizado de Música; **Tema 2: Ingresso dos professores**, momento do texto em que pensamos sobre os métodos de seleção de profissionais para o ensino de Música no CPII; **Tema 3: Ingresso dos alunos**, similar ao tema anterior, porém, abordando o que diz respeito ao perfil discente alvo do ensino musical no CPII; **Tema 4: Conteúdos didático-musicais**, sessão dedicada à compreensão dos conteúdos ensinados no Colégio; e **Tema 5: Avaliações**, sessão destinada ao pensamento acerca dos processos avaliativos utilizados nos dois períodos analisados.

Os temas acima descritos e abordados possuem sua importância e destaque na Educação. A disciplina aqui trabalhada (Música) não é a única a suscitar pesquisas que relacionem a historicidade de uma instituição tradicional como o CPII. Por mais que a coleta de dados apresente relativa dificuldade, quando nos voltamos ao passado da Educação brasileira, ao menos se compararmos com a coleta atual, conseguimos encontrar nos temas selecionados uma vasta gama de relações e possibilidades de pesquisa. Selecionamos aqui algumas destas possibilidades e discutimos seus impactos na Educação Musical.

A AT aqui realizada permitiu compreendermos melhor as perspectivas acerca do tempo de aula da disciplina Música, os conteúdos que foram, são ou passaram a ser considerados importantes de se lecionar na instituição, além de possibilitar a reflexão sobre a maneira de se avaliar tais ensinamentos, isso tudo sob os impactos da seleção de estudantes e professores que ingressaram no CPII e como se deu e se dá esta seleção.

Embora o *corpus* da pesquisa, sobretudo no que se refere ao século XIX, talvez não tenha sido suficiente, dado o volume de material que existe e que ainda pode ser explorado, o que se obteve consideramos de relevância para esta e para outras pesquisas de objetivos próximos. Com a análise emergida, mesmo que preliminar, pudemos compreender algumas das características determinantes da concepção de Educação do Imperial Collegio de Pedro Segundo, para então comparar com as concepções do Colégio Pedro II do século XXI. Comparação não no sentido de medição de eficiência e de quantificação simplesmente, mas,

sim, de buscar entender a evolução da jornada educacional, de tudo o que for possível, e o que isso implica e resulta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui desenvolvida direcionou-se a compreender, por meio da comparação e da análise temática, o ensino de Música no Colégio Pedro II durante o período de vigência do seu primeiro currículo e o que hoje vigora. Com isso, buscamos, na utilização de quatro tipos de abordagens – pesquisa qualitativa, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e estudo comparativo –, traçar similaridades e diferenças entre os dois períodos, o que gerou reflexões e ponderações acerca do papel da Educação Musical.

Nosso objeto de estudo foi o currículo de música em dois períodos distintos do CPII, sendo que o recorte da pesquisa foi a 8ª aula, 7ª aula e 6ª aula, no que se refere ao período inicial; e 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano do ensino fundamental - anos finais, para o período atual. Essa escolha se deu por serem segmentos de ensino equiparáveis. Além disso, com tal recorte, foi possível ater-se e analisar adequadamente os dados coletados. Isso não invalida que possamos, à frente, retomar a pesquisa, expandindo-a.

O embasamento para as reflexões, análises e discussões suscitadas veio tanto da Educação Musical como da Educação, em que utilizamos Fernandes (2000), Fonterrada (2008), Gainza (1988) e Paz (2013), para discutir os métodos ativos da Educação Musical; Swanwick (2003) e Schafer (2011), para a construção do debate sobre o discurso musical; Vechia e Lorenz (2006), Silva (1838), Lima (2016), Garcia (2016 e 2022) e Doria (1997), para a composição do panorama histórico do ensino no CPII, todos esses autores fundamentais para o presente estudo.

Como descrevemos na introdução, a hipótese que fomentou a pesquisa foi: o currículo musical no CPII mudou, mas se mantém comprometido com o ensino de vanguarda. Para que fosse possível atestar tal suposição, levantamos o seguinte objetivo geral: construir um panorama comparativo entre o currículo inicial e o atual do Colégio Pedro II. Tal tarefa, na jornada acadêmica, mostrou-se mais difícil do que parecia, posto que, apesar de termos algumas pesquisas na área, e que levam em consideração o recorte temporal deste trabalho, as fontes primárias são escassas e até mesmo de difícil acesso.

Quanto às análises e práticas pedagógicas postas nos objetivos específicos, estas foram possíveis, a pesar de em alguns casos com certa dificuldade, levando-se em consideração o Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838 e o PPPI, as principais fontes da pesquisa. Os documentos nos possibilitaram analisar e comparar as práticas pedagógicas do ensino de música nos referidos recortes temporais.

Ainda que tenham ocorrido dificuldades na coleta de dados, sobretudo por conta do acesso e disponibilidade do material, foi possível realizar o estudo comparativo e a análise temática a partir de informações coletadas no primeiro estatuto do CPII, nos periódicos da época, no material didático utilizado no recorte temporal em questão, e no documento maior da instituição do período atual, o PPPI. Desta forma, nos objetivos específicos, propusemos a analisar os dados contidos em ambos os currículos, por meio de documentos que pudessem colaborar nesta etapa e, assim, verificar possíveis semelhanças e divergências curriculares nos períodos em questão e, por fim, descrever as práticas pedagógicas do ensino de Música dos referidos recortes temporais. Assim, constatamos que há pontos de confluência e discordância, sobretudo no que se refere aos conteúdos lecionados.

Mencionamos adiante os subtemas analisados que compõem estes pontos de confluência, discordância e acordo, referindo-nos aos conteúdos lecionados. Vale ressaltar que o currículo atual do CPII, pautado e descrito no PPPI, traz elementos da Educação Musical que abordam temáticas trabalhadas desde 1838, como a teoria musical tradicional e os hinos cívicos. Comparando os dois períodos, mesmo que mantendo esse tipo de conteúdo didático-musical, observamos preocupações decoloniais no currículo atual, o que o torna bem distinto e substancial em relação ao primeiro, devido, ainda, à transformação da Educação em contextos históricos distintos – também da Educação Musical –, dos métodos, das abordagens educativas, do professorado e da própria instituição: influência dos métodos ativos, do fazer musical coletivo, chamamento às culturas e provos invisibilizados, educação inclusiva, projetos musicais diversos, somente para destacar alguns.

No último objetivo específico, descrever as práticas pedagógicas do ensino de música dos referidos recortes temporais, observamos que o compêndio de Francisco Manoel da Silva, bem como algumas manchetes de jornais, colaborou para compor um quadro de atuação pedagógica do período inicial. Por mais que o material de Francisco Manoel da Silva não informe diretamente sobre a aplicabilidade prática da teoria musical ali presente, consideramos o nome da disciplina (Música Vocal) como um dado relevante para marcar o canto como protagonista nestas aulas. Nos jornais da época, encontramos anúncios de apresentações corais do CPII, endossando que a prática pedagógica dava destaque à música vocal estudantil. No PPPI, período atual, encontramos dados acerca da aplicabilidade da prática dos conteúdos, além dos conteúdos musicais em si, descritos no primeiro capítulo³³. Um destaque se faz necessário sobre os métodos ativos, observados no currículo atual: são

³³ Cf. sessão 2.2.4.

práticas pedagógicas que envolvem o estudante como elemento constituinte da aprendizagem, além de considerar, no caso da Música, o corpo e as experiências musicais do estudante como fundamentais neste processo, situações essas verificadas na prática pedagógico-musical atual.

O compêndio utilizado no Colégio em seus primeiros anos de existência traz temas e conteúdos referentes à teoria, bem como à leitura e escrita musicais. De autoria de Francisco Manoel da Silva, constam compassos, figuras (de som e de silêncio) e notas musicais, claves, sinais de alteração, ornamentos, sinais de intensidade, dentre outros. Mesmo curto, contendo 11 (onze) páginas, entendemos que o material didático talvez tenha sido uma escolha pedagógica acertada, pois mesmo não sendo extenso, e pelo teor nele contido, juntamente com a presença e a intervenção do professor, oferece uma base sustentável ao entendimento dos signos musicais e à leitura musical, esta direcionada à época para o canto coral. Além disso, a partir dessa base, o alunado poderia ter contato com outras possibilidades de escrita, aprofundamento teórico e referências musicais ao longo da vida, se quisesse dar continuidade à lida musical.

Há ainda informações a respeito da instituição, de como se davam os acessos de professores e alunos, bem como o perfil político-pedagógico do Colégio e as influências imperiais comuns àquele século. Dito isso, pudemos observar as incursões imperialistas e colonialistas no Imperial Collegio de Pedro Segundo em seus primeiros anos. Quanto ao material didático utilizado, ele não difere, pois se trata de um escopo que reforça a música escrita e racionalizada, em que o pensamento musical (e cultural) europeu é protagonizado, o que nos leva, inevitavelmente, a refletir, repetindo, sobre as questões do decolonialismo no âmbito educacional, sobretudo o papel do professor e da Educação Musical nessa discussão.

Sabemos que outras construções são possíveis, para cada uma das divisões que o material aborda. Outrossim, havemos de considerar que o compêndio de Francisco Manoel está num contexto escolar. Por isso, não voltado à formação musical profissional.

No contexto atual, o material é bem mais extenso, contemplando, além dos conteúdos do material didático do período inicial, muitos outros conteúdos musicais, incidências, aplicabilidades e enfoques didático-musicais, como história da Música – também referências étnicas não brancas, dentre elas indígenas e afrodescendentes –, diferentes possibilidades de registro musical, como a escrita não convencional e práticas musicais diversificadas, tanto vocais como instrumentais, às mais variadas. Essa riqueza de conteúdo contribui para uma formação musical mais completa, colaborando para a formação de cidadãos diversos e uma sociedade mais plural, democrática e menos desigual.

Com relação às avaliações, por mais que não tenhamos tido acesso a muitos dados acerca dos processos avaliativos das duas primeiras décadas do CPII, foi possível identificar no relatório dos comissários do governo imperial, publicado no dia 11 de dezembro de 1838 no *Jornal do Commercio*, indícios avaliativos, tanto dos estudantes como dos professores. Os comissários avaliaram o desempenho dos estudantes por meio de exames e observações. Nesse espectro, sinalizam que não houve a necessidade de castigo em Geografia, mas que houve muitos estudantes nos bancos de honra; que em Grego os estudantes estavam a ponto de ler nesse idioma, faltando-lhes apenas os livros; que em Francez eram bem adiantados e capazes de traduzir alguns textos; que em Desenho o alunado tinha futuro promissor na área; que em Arithmetica os estudantes responderam os exames de maneira sofrível, resultado este – insatisfatório – próximo ao da Música, que para os comissários não demonstrou progresso. No caso de Música, o professor era Francisco da Luz Pinto que substituíra Januario da Silva Arvellos, que se encontrava enfermo. Por conta dessa avaliação negativa, o vice-reitor do Colégio, Leandro Rabello Peixoto e Castro, manifestou-se em dois periódicos, dizendo que Pinto era interino e que apenas cumpria o favor de ensaiar alguns alunos para cantarem o Hymno de Pedro II, e que Arvellos encontrava-se ausente por motivos de saúde.

A comparação e análise dos dados acerca da avaliação no recorte temporal atual foi, mais uma vez, com o PPPI, que apesar de ser um documento de natureza diversa do relatório supracitado, é a melhor fonte primária para extrair os dados que precisamos para abordar os processos avaliativos do período atual. Pudemos encontrar no documento características deste processo, bem como seus objetivos. Ele traz três atributos fundamentais do processo avaliativo do Colégio: o documento sugere que a avaliação seja contínua, cumulativa e qualitativa, que envolva tarefas interdisciplinares, a reflexão dos saberes musicais sistematizados e a associação dos conteúdos com a vivência e com a prática musical.

No PPPI, para além dos dados quantificáveis, constatamos o quanto o ensino estruturado, robusto pode promover ações mais adequadas das situações de cada turma, de cada estudante, dentre elas também a educação inclusiva, colaborando para a construção de um ensino-aprendizagem ampliado, de qualidade, humanista, com práticas pedagógicas diversificadas que envolvem o estudante como constituinte da aprendizagem, juntamente com o corpo e as experiências musicais desses agentes, fatores fundamentais do fazer musical do século 21.

A fim de compor um panorama comparativo mais completo acerca do ensino de Música no CPII nos dois períodos, buscamos compreender, por meio da AT, a relação entre os temas emergidos. O Tema 1 (Tempo das aulas) e o Tema 2 (Ingresso dos professores) são

os de maior quantidade de dados encontrados, no *corpus* de dados com o qual trabalhamos. O Tema 3 (Ingresso dos alunos), o Tema 4 (Conteúdos didático-musicais) e o Tema 5 (Avaliação) tiveram menor incidência nos documentos analisados, sobretudo nos que se referem à primeira década e meia de existência do Colégio. Mas consideramos que se trata de temas relevantes para a compreensão do que foi e do que é o ensino de Música na instituição. De todo modo, a escassez ou abundância de dados revela, de uma maneira ou de outra, como o assunto abordado (história do ensino musical) é pensado no âmbito acadêmico e educacional brasileiro.

A natureza da pesquisa desenvolvida (comparativa) possibilitou a reflexão acerca da disciplina sob análise: a Música. Isso nos permitiu compreender não somente o que mudou em relação à sua pedagogia, mas também sua relevância no escopo geral da matriz curricular do CPII, o que permitiu também a análise de dados importantes sobre as práticas pedagógicas e do quão os professores da área foram e são – ou não – valorizados.

Considerando a maneira de ingresso dos dois períodos, percebemos que os professores de Música atualmente são valorizados na instituição em questão. Um ponto que sustenta esta afirmativa é o fato de que, hierarquicamente, os professores de Música do CPII têm a mesma posição das demais disciplinas, o que não ocorria anteriormente, além de auferirem o mesmo salário, plano de carreira, ter a mesma atuação pedagógica e administrativa. O processo de nomeação é diferente do período inicial, que se dava por critérios como quão bem relacionado social e profissionalmente o educador era, bem como o envolvimento que detinha com as elites imperiais, com a igreja ou ainda com as instituições militares, o que, certamente, determinavam na escolha do professor (músico) a ser contratado. Mestre Arvellos e Mestre Pinto foram os dois educadores deste período, tendo o segundo atuado por mais tempo e substituído o primeiro, que se afastou por motivos de saúde. Ambos foram contratados por seus envolvimento nos círculos citados acima. Essas escolhas se davam por métricas que confirmam a hipótese de que o intento político-pedagógico do Imperial Collegio de Pedro Segundo era o de construir uma Educação de qualidade voltada à parcela de maior poder da sociedade brasileira do período imperial, fosse da nobreza, do clero, militares ou da burguesia da época. Como pudemos aferir ao longo do trabalho, embora o CPII tivesse um caráter humanístico, contendo no seu currículo inicial a valorização das Artes, dentro delas a Música, o Colégio não visava formar cidadãos para toda a sociedade brasileira do século XIX, e sim para membros da elite da época.

O Colégio atualmente conta com um total de 62 (sessenta e dois) docentes, estes ligados ao Departamento de Educação Musical, sendo que 55 (cinquenta e cinco) são efetivos

e 7 (sete) são substitutos³⁴. Dos efetivos, 5 (cinco) são professores titulares. A formação em Educação Musical dos educadores atuantes no CPII é estendida com pós-graduações, sendo a maioria mestres ou doutores e alguns possuem formações agregadas, como musicoterapia, regência, composição, arranjo, musicologia, etnomusicologia, dentre outras formações de dentro e de fora do campo da Música, o que demonstra o eminente padrão acadêmico e profissional do corpo docente da instituição.

A temática e demais pontos debatidos nesta pesquisa cremos ser de relevância e de interesse, sobretudo, para as pesquisas que almejam compreender historicamente como se deu o ensino musical no Brasil, àqueles que desejam comparar o ensino de Música em períodos distintos dentro de uma mesma instituição de ensino, ou ainda àqueles que visam o entendimento acerca da Educação Musical no CPII, instituição destacada neste estudo.

Por fim, entendemos que essa jornada de imersão e de descobertas foi, primeiramente, de grande importância para a nossa compreensão do fazer musical e do ensinar. Depois, acreditamos que esta pesquisa, embrionária, possa tornar mais visíveis os processos de aprendizagem musical, além de pôr em pauta no debate da Educação Musical a historicidade da disciplina, a sua evolução, incertezas, conquistas e o seu futuro.

³⁴ Cf. Anexo E.

REFERÊNCIAS

ACTOS OFFICIAES. Ministerio do Imperio. **O Chronista**, Rio de Janeiro, n. 265, 11 dez. 1838. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702811&pesq=%E2%80%9Ca%20aula%20de%20musica%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=940>. Acesso em: 3 fev. 2025.

ANNUNCIOS. Compendio de musica [...]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 135, 19 jun. 1838. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pesq=%22compendio%20de%20musica%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10184. Acesso em: 3 fev. 2025.

BARBOSA, Alexandre. **O que é decolonialismo?** São Paulo: USP/ECA, 2 maio 2024 [online]. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/en/node/3959>. Acesso em: 4 jul. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. Tradução de Luiz Fernando Mackedanz. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, 2006. p. 77-101. Disponível em: https://www.academia.edu/29999208/Tradu%C3%A7%C3%A3o_do_artigo_Using_thematic_analysis_in_psychology. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto de 2 de Dezembro de 1837**. In: Coleção de Leis do Império do Brasil, p. 59, v. 1, pt II (Publicação Original), Rio de Janeiro, 1837. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025 [online]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html#:~:text=Convertendo%20o%20Seminario%20de%20S,collegio%20haver%C3%A3o%20os%20seguintes%20empregados:>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. JUSBRASIL. Art. 242 da Constituição Federal, de 1988. Brasília: Jusbrasil, 3 ago 2025b. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10642331/artigo-242-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. **Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838**. 61, v. 1, pt II. Rio de Janeiro, 1838. p. 61-94 (Coleção de Leis do Império do Brasil). Disponível também em: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025 [online]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-8-31-janeiro-1838-561957-publicacaooriginal-85725-pe.html#:~:text=Cont%C3%A9m%20os%20Estatutos%20para%20o,2%20de%20Dezembro%20de%201837>. Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.556, de 17 de Fevereiro de 1855**. In: Coleção de Leis do Império do Brasil, p. 80, v. 1, pt II (Publicação Original), Rio de Janeiro, 1855. Brasília: Câmara dos Deputados, 2025 [online]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1556-17-fevereiro-1855-558426-publicacaooriginal-79672->

[pe.html#:~:text=Approva%20o%20Regulamento%20do%20Collegio,observe%2C%20para%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Art.](#) Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Anuário do Colégio Pedro II** - 1949-1950. v. xv. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1954.

BRASIL. Presidência da República [...]. **Lei nº 12.677, de 25 de julho de 2012**. Brasília: Casa Civil, 2012 [on-line]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112677.htm. Acesso em: 2 jul. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Concurso público para provimento de cargo de professor de ensino básico, técnico e tecnológico**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2016. Disponível em: https://dhui.cp2.g12.br/dhui_arquivos/ano_2016/certame_0163/oferta_0180/Edital_37republicado.pdf . Acesso em: 28 mar. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto político pedagógico institucional: 2017/2020**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Edital nº 30 de 29 de agosto de 2022**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2022. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2022/Ago/EDITAL_30_2022.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Admissão**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2025a [on-line]. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9971-o-cpii-em-libras.html>. Acesso em: 1 fev. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Sobre o CPII**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2025b [on-line]. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9971-o-cpii-em-libras.html>. Acesso em: 1 fev. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. Concursos e Seleções. **Edital 14/2025 – 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental – vagas ociosas**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2025c. Disponível em: https://dhui.cp2.g12.br/dhui_arquivos/ano_2025/certame_0486/oferta_0568/PUBLICAROCIOSAS_789_FINAL_10032025_FORMATADO.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

COLÉGIO PEDRO II. **Edital nº 12 de 4 de fevereiro de 2025**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2025d. Disponível em: https://dhui.cp2.g12.br/dhui_arquivos/ano_2025/certame_0480/oferta_0560/Edital_12_EMU.pdf. Acesso em: 2 jul. 2025.

CORRESPONDENCIA. **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, n. 647, 14 dez. 1838. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709476&pesq=%22Leandro%20Rabello%20Peixoto%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2743>. Acesso em: 2 jul. 2025.

DECLARAÇÕES. Dita a Januario da Silva Arvellos [...]. **Diario do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 179, 13 ago. 1841. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22Janu%C3%A1rio%20da%20Silva%20Arvellos%22&pagfis=24329. Acesso em: 3 fev. 2025.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. v. 1. São Paulo: Editora 34, 2014.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO MUSICAL. **Docentes do departamento de educação musical do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2025. Não publicado.

DESLANDES, Suely F; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria C. S. (org). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DORIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio Pedro Segundo**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 1997.

FACHIN, Odilia. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva 2006.

FERNANDES, José Nunes. **Oficinas de música no Brasil, história e metodologia**. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2000.

FONTEERRADA, Marisa T. O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudo de psicopedagogia musical**. Tradução de Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus, 1988.

GARCIA, Gilberto Vieira. **Tão sublime como encantadora arte: as aulas e os mestres de música do imperial colégio de pedro II**. Curitiba: CRV, 2022.

GOMES, Maíra Neiva. Funk e amefricanidade. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, São Francisco do Conde (BA), v. 3, n. 2, p. 165-177, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/download/1356/1044>. Acesso em: 1 jul. 2025.

LIMA, Juliana Maria Chripim Campelo. **O ensino de música no Colégio Pedro II: a criação do ensino secundário em 1837 e a criação do 1º segmento do 1º grau em 1984**. 2016. Dissertação (Mestrado em Música) – Centro de Letas e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11034>. Acesso em: 16 dez. 2024.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTERIO DO IMPERIO. Actos Officiaes. **O Chronista**, Rio de Janeiro, n. 265, 11 dez. 1838. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702811&pesq=%E2%80%9Ca%>

[20aula%20de%20musica%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=940](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pesq=%22Janu%C3%A1rio%20da%20Silva%20Arvellos%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=940).

Acesso em: 3 fev. 2025.

PAZ, Ermelinda A. **Pedagogia musical brasileira no século XX**. Metodologias e tendências. 2. ed. Brasília: MusiMed, 2013.

RIO DE JANEIRO. Januario da Silva Arvellos [...]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 13, 16 jan. 1839a. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pesq=%22Janu%C3%A1rio%20da%20Silva%20Arvellos%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10880. Acesso em: 3 fev. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 312, 23 dez. 1839b. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pagfis=12093. Acesso em: 1 jul. 2025.

SANTORO, Marco *et al.* (org). **História do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2017.

SCHAFFER, R. Murray. **O ouvido pensante**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Francisco Manuel da. **Compendio de musica**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1838.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. São Paulo: Moderna, 2003.

SWANWICK, Keith. **Música, mente e educação**. Tradução de Marcell Silva Steuernagel. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

THEATRO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Januario da Silva Arvéllos [...]. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano X, n. 26, p. 2, 4 fev. 1836. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_02&pesq=%22Janu%C3%A1rio%20da%20Silva%20Arvellos%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7378. Acesso em: 3 fev. 2025.

UFMA. Curso de Extensão. **Teoria e percepção musical**. 2025 [on-line]. Disponível em: https://musica.ufma.br/bordini/ext/unidades/hist_not/hist_not.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

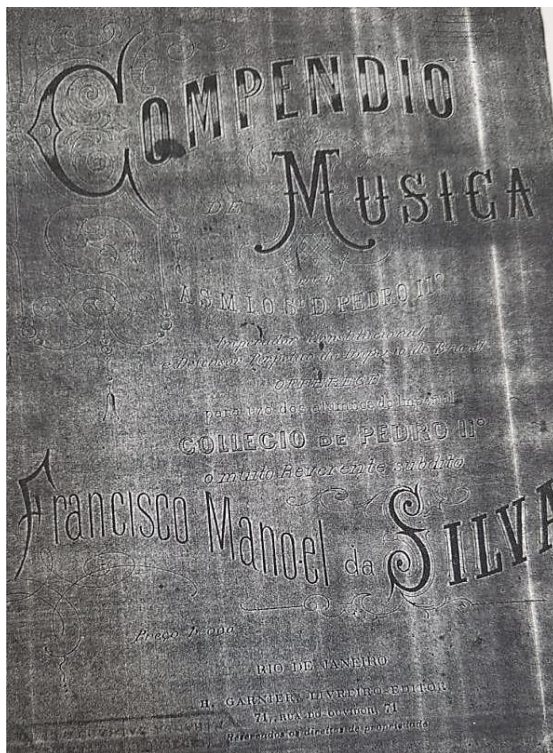
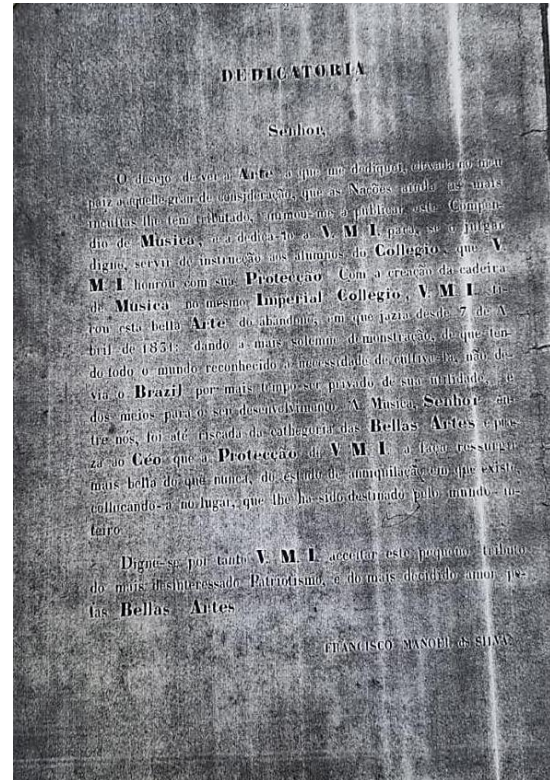
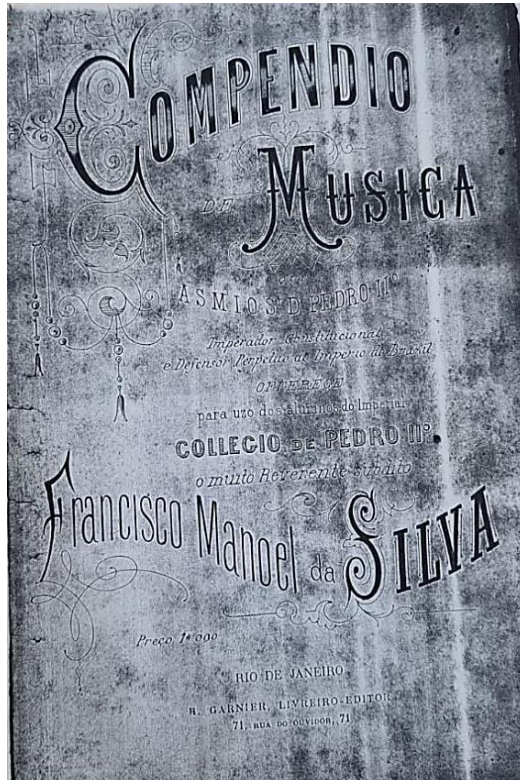
VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. Imperial Collegio de Pedro II: portal das idéias educacionais europeias para o ensino secundário brasileiro: 1838-1878. *In*: SEMINÁRIO NACIONAIS DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7. História, Sociedade e Educação no Brasil; 20 ANOS DE HISTEDBR: navegando pela história da educação brasileira, 2006, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP/FE, 10 a 13 de jul. 2006. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Aricle%20vechia.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

25 DE MARÇO. **O Sete D’Abril**, Rio de Janeiro, n. 538, 26 mar. 1838. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709476&pagfis=2308>. Acesso em: 1 jul. 2025

ANEXOS

Anexo A

Compendio de Musica, de Francisco Manuel da Silva.³⁵

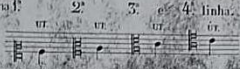


³⁵ SILVA, Francisco Manuel da. *Compendio de musica*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1838.


- 5 -

As Claves determinão a localidade das notas, e são tres de **Ut**, de **Sol**, e de **Fa**.

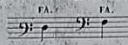
A Clave de **Ut**, assigna-se na 1.^a, 2.^a, 3.^a, e 4.^a linha.



A Clave de **Sol**, assigna-se na 2.^a linha.



A Clave de **Fa**, assigna-se na 3.^a, e 4.^a linha.




NOME DAS NOTAS EM TODAS AS CLAVES

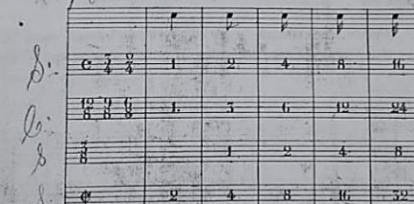
Clave	1. ^a linha	2. ^a linha	3. ^a linha	4. ^a linha	5. ^a linha	6. ^a linha	7. ^a linha
Ut	UT	RE	MI	FA	SOL	LA	SI
Sol	LA	SI	UT	RE	MI	FA	SOL
Fa	FA	SOL	LA	SI	UT	RE	MI
Ut	RE	MI	FA	SOL	LA	SI	UT
Sol	MI	FA	SOL	LA	SI	UT	RE
Fa	SI	UT	RE	MI	FA	SOL	LA
Ut	SOL	LA	SI	UT	RE	MI	FA

- 6 -

DAS NOTAS QUE VÃO EM CADA COMPASSO.



DAS NOTAS QUE VÃO EM CADA TEMPO DOS COMPASSOS.



- 7 -

Compasso é uma medida, ou movimento, que marca o valor prefixo das notas, e divide-se em tres Classes.

QUATERNARIO, TERNARIO, E BINARIO.

O Quaternario marca-se em quatro partes, (ou tempos) e representa-se por um meio círculo C^4 e pelos numeros $\frac{1}{4}$, $\frac{2}{4}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{4}{4}$.


O Ternario marca-se em tres tempos; e representa-se pelos numeros $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{8}$, $\frac{3}{16}$.

O Binario marca-se em dois tempos, e representa-se por um meio círculo cortado C^2 e pelos numeros $\frac{2}{2}$, $\frac{3}{4}$, $\frac{6}{4}$.

Divisão seive para dividir os compassos

Um ponto depois d'uma nota, (ou pausa) augmenta, ou prolonga á nota metade do seu valor, e havendo dous pontos, augmenta mais um quarto


EXEMPLO



- 8 -

Os Accidentes fazem alterar o som das notas, collocadas em qualquer lugar em que elles se achem assignados, e são 5:

SUSTENIDO. BEMOL. DOBRADO SUSTENIDO ou Diessis. DOBRADO BEMOL ou sobre Bemol. BEQUADRO.



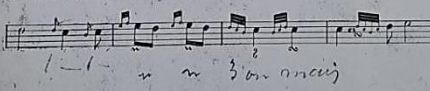
O Sustainido faz subir um semitono.
O Bemol faz descer um semitono.
O Dobrado Sustainido faz subir mais um semitono á nota já augmentada pelo sustainido.
O Dobrado Bemol faz descer mais um semitono á nota já abatida pelo bemol.
O Bequadro faz tornar a nota ao seu primitivo ser.

D'estes accidentes os que se acharem assignados no começo de qualquer obra, governão até o fim; mas, os que apparecerem pelo meio d'ella, durão só no compasso em que estiverem assignados.

O Sustainido, e o Bemol, se reproduzem, ou assignão em sete diferentes notas, pela ordem seguinte.

SUSTENIDO.	BEMOL.
1. ^o em FA.	1. ^o em SI.
2. ^o em UT.	2. ^o em MI.
3. ^o em SOL.	3. ^o em LA.
4. ^o em RE.	4. ^o em RE.
5. ^o em LA.	5. ^o em SOL.
6. ^o em MI.	6. ^o em UT.
7. ^o em SI.	7. ^o em FA.

Appoggio, Mordente e Gruppetto, servem para adorno, e belleza da musica.



Anexo B

Tabelas de conteúdos do ensino fundamental - anos finais.³⁶

Quadro XCIX: Educação Musical - 6º ano

Performance	Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> Iver sonoridade, postura, respiração, emissão e articulação na 	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a necessidade de se cultivar bons hábitos para a saúde vocal e auditiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Saúde vocal e auditiva.
	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a relação som/silêncio como elemento expressivo do discurso musical. 	<ul style="list-style-type: none"> Som e silêncio.
<p>prática vocal e instrumental.</p> <ul style="list-style-type: none"> Cantar e tocar em grupo e individualmente. Tocar flauta doce com consciência de digitação, de sonoridade e corporal. Experimentar sonoridades de outros instrumentos musicais na realização conjunta de composições e arranjos para o repertório vocal e de flauta doce. Observar relações musicais entre estruturas executadas por vozes/ instrumentos, considerando diferentes possibilidades estéticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Perceber e diferenciar pulso, ritmo e acento métrico em músicas diversas. Perceber as características dos compassos binário, ternário e quaternário. Compreender, reconhecer e demonstrar a proporcionalidade da duração do som e do silêncio. Compreender as funções do travessão simples e duplo. Identificar e grafar figuras de som e de silêncio, bem como de ponto de aumento e da ligadura de prolongamento. Perceber e vivenciar diferentes velocidades de pulso e a relação com andamentos musicais. 	<ul style="list-style-type: none"> Duração: <ul style="list-style-type: none"> - pulso; - ritmo; - acento métrico; - proporcionalidade da duração dos sons e dos silêncios; - figuras de som e de silêncio: semibreve até colcheia; - compassos simples: binário, ternário e quaternário; - travessão simples e travessão duplo; ponto de aumento; ligadura de prolongamento; noção de andamento e de velocidade;
	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar os sons quanto à altura. Reconhecer movimentos melódicos. Compreender a função do pentagrama, das claves e das notas musicais. Empregar notas em clave de sol. 	<ul style="list-style-type: none"> Altura: <ul style="list-style-type: none"> - regiões sonoras: aguda, média e grave; - pentagrama; - claves; - notas musicais: D63 a F44 em clave de sol.
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e representar, corporal e graficamente, nuances e contrastes de intensidade do som. Conceber a dinâmica como recurso expressivo no discurso musical. Utilizar grafia convencional e não convencional em diferentes planos de intensidade. Decodificar os sinais de intensidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensidade: <ul style="list-style-type: none"> - planos de intensidade; - sinais de intensidade: <i>piano</i> e <i>forte</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e utilizar diferentes materiais como fontes sonoras. Perceber a relação entre as formas de produção de som e consequentes alterações timbrísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Timbre: fontes sonoras.
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber estruturas de organização do discurso musical. Perceber e utilizar repetição, variação e contraste como elementos estruturantes e expressivos do discurso musical. Identificar, grafar e executar sinais de repetição. Perceber e utilizar sonoridades individuais e em grupo. Distinguir e vivenciar o uso de uma ou mais linhas melódicas, blocos sonoros e combinações timbrísticas. Identificar formas musicais. Identificar tipos de textura. 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação musical: <ul style="list-style-type: none"> - forma; - repetição, variação e contraste; - sinais de repetição: <i>ritornello</i> e <i>da capo</i>; - densidade; - textura.
	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as bases formadoras da música brasileira e processos de transformação. Conhecer, vivenciar e produzir música a partir de repertório, processos e práticas musicais das matrizes africana, indígena e europeia. Vivenciar danças brasileiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Música brasileira: <ul style="list-style-type: none"> - música indígena, música africana e música europeia; - cultura popular: danças brasileiras.

³⁶ Colégio Pedro II. **Projeto Político Pedagógico Institucional: 2017/2020.** Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

Quadro C: Educação Musical - 7º ano

Performance	Objetivos específicos	Conteúdos	
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver sonoridade, postura, respiração, emissão e articulação na prática vocal e instrumental. Cantar e tocar em grupo e individualmente. Tocar flauta doce com consciência de digitação de sonoridade e corporal. Experimentar sonoridades de outros instrumentos musicais na realização conjunta de composições e arranjos para o repertório vocal e de flauta doce. Observar relações musicais entre estruturas executadas por vozes/ instrumentos, considerando diferentes possibilidades estéticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a relação som/silêncio como elemento expressivo do discurso musical. 	<ul style="list-style-type: none"> Som e silêncio. Duração: <ul style="list-style-type: none"> - pulso; - ritmo; - acento métrico; - proporcionalidade da duração dos sons e dos silêncios; - figuras de som e de silêncio: semibreve até semicolcheia; - compassos simples: binário, ternário e quaternário; - travessão simples e travessão duplo; - ponto de aumento; - ligadura de prolongamento; - andamento e classificação: lento (<i>largo, adagio e lento</i>), moderado (<i>moderato, andante e andantino</i>) e rápido (<i>allegro, vivo e presto</i>); - sinais de agógica: <i>rallentando</i> e <i>acelerando</i>. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber e diferenciar pulso, ritmo e acento métrico em músicas diversas. Perceber as características dos compassos binário, ternário e quaternário. Compreender, reconhecer e demonstrar a proporcionalidade da duração do som e do silêncio. Compreender as funções do travessão simples e duplo. Identificar e grafar figuras de som e de silêncio, bem como de ponto de aumento e da ligadura de prolongamento. Perceber e vivenciar diferentes velocidades de pulso e a relação com andamentos musicais. Perceber, reconhecer e grafar indicações de andamento e de agógica. 		
	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar os sons quanto à altura. Reconhecer movimentos melódicos. Compreender a função do pentagrama, das claves e das notas musicais. Empregar notas em clave de sol. Reconhecer e grafar notas suplementares na clave de sol. 		<ul style="list-style-type: none"> Altura: <ul style="list-style-type: none"> - regiões sonoras: aguda, média e grave; - pentagrama; - claves; - notas musicais, incluindo as notas suplementares: Dó3 a Lá4 em clave de sol.
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber, experimentar e reconhecer diferentes nuances de intensidade do som. Conceber a dinâmica como recurso expressivo no discurso musical. Decodificar os sinais de intensidade. 		<ul style="list-style-type: none"> Intensidade: <ul style="list-style-type: none"> - planos de intensidade; - sinais de intensidade: <i>pianissimo, piano, mezzo-piano, mezzo-forte, forte, fortissimo, crescendo e diminuindo</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e utilizar diferentes materiais como fontes sonoras. Perceber a relação entre as formas de produção de som e consequentes alterações timbrísticas. 		<ul style="list-style-type: none"> Timbre: fontes sonoras.
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber estruturas de organização do discurso musical. 		<ul style="list-style-type: none"> Estruturação musical: <ul style="list-style-type: none"> - forma; - repetição, variação e contraste;
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber e utilizar repetição, variação e contraste como elementos estruturantes e expressivos do discurso musical. Identificar, grafar e executar sinais de repetição. Perceber e utilizar sonoridades individuais e em grupo. Distinguir e vivenciar o uso de uma ou mais linhas melódicas, blocos sonoros e combinações timbrísticas. Identificar formas musicais. Identificar tipos de textura. 	<ul style="list-style-type: none"> sinais de repetição: <i>ritornello e da capo</i>; - densidade; - textura. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Compreender princípios de classificação de vozes e instrumentos. Identificar/diferenciar os conjuntos vocais e instrumentais quanto à sua formação. Compreender princípios estéticos e culturais na organização de grupos vocais e instrumentais. 	<ul style="list-style-type: none"> Instrumentos e vozes: <ul style="list-style-type: none"> - classificação das vozes: masculinas, femininas e infantis (graves, médias e agudas); - classificação dos instrumentos musicais quanto à produção sonora: sopro, cordas, percussão, elétricos e eletrônicos; - conjuntos vocais: duo a noneto e coro; - conjuntos instrumentais: duo a noneto, bandas e orquestras. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Identificar traços característicos da sonoridade da música dos períodos medieval, renascentista e barroco, estabelecendo relações com a música brasileira. Compreender períodos históricos e gêneros musicais considerando relações e dinâmicas em contexto político, social e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> Música ocidental: música nos períodos medieval, renascentista e barroco. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer funções e significados de hinos cívicos no contexto histórico em que foram compostos e no contexto atual. Cantar os hinos cívicos, com domínio de melodia, letra e fraseado. 	<ul style="list-style-type: none"> Hinos: <ul style="list-style-type: none"> - Hino Nacional Brasileiro; - Hino da Independência do Brasil; - Hino dos Alunos do Colégio Pedro II. 	

Quadro CI: Educação Musical - 8º ano

Performance	Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver sonoridade, postura, respiração, emissão e articulação na prática vocal e instrumental Cantar e tocar em grupo e individualmente Tocar flauta doce com consciência de digitação, de sonoridade e corporal Experimentar sonoridades de outros instrumentos musicais na realização conjunta de composições e 	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a relação som/silêncio como elemento expressivo do discurso musical. 	<ul style="list-style-type: none"> Som e silêncio
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber e diferenciar pulso, ritmo e acento métrico em músicas diversas. Perceber as características dos compassos binário, ternário e quaternário. Compreender, reconhecer e demonstrar a proporcionalidade da duração do som e do silêncio. Compreender as funções do travessão simples e duplo. Identificar e grafar figuras de som e de silêncio, bem como de ponto de aumento e da ligadura de prolongamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Duração: <ul style="list-style-type: none"> pulso; ritmo; acento métrico; proporcionalidade da duração dos sons e dos silêncios; figuras de som e de silêncio: semibreve até semicolcheia; compassos simples: binário, ternário e quaternário; travessão simples e travessão duplo; ponto de aumento; ligadura de prolongamento;
<ul style="list-style-type: none"> arranjos para o repertório vocal e de flauta doce. Observar relações musicais entre estruturas executadas por vozes/ instrumentos, considerando diferentes possibilidades estéticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Perceber e vivenciar diferentes velocidades de pulso e a relação com andamentos musicais. Perceber, reconhecer e grafar indicações de andamento e de agógica. 	<ul style="list-style-type: none"> andamento, classificação e variações: lento (<i>largo, adagio e lento</i>), moderado (<i>moderato, andante e andantino</i>) e rápido (<i>allegro, vivo e presto</i>); sinais de agógica: <i>rallentando</i> e <i>acelerando</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar os sons quanto à altura. Reconhecer movimentos melódicos. Compreender a função do pentagrama, das claves e das notas musicais. Empregar notas em clave de sol. Registrar e diferenciar sons naturais e sons alterados. Explorar as diferentes relações intervalares. 	<ul style="list-style-type: none"> Altura: <ul style="list-style-type: none"> regiões sonoras: aguda, média e grave; pentagrama; claves; notas musicais, incluindo as notas suplementares: Dó3 a Lá4 em clave de sol; noções de intervalos musicais (ascendentes, descendentes, melódicos e harmônicos); tom e semitom; alterações: sustenido, bemol e bequadro.
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber, experimentar e reconhecer diferentes nuances de intensidade do som. Conceber a dinâmica como recurso expressivo no discurso musical. Decodificar os sinais de intensidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensidade: <ul style="list-style-type: none"> planos de intensidade/ dinâmica; sinais de intensidade: <i>pianissimo, piano, mezzo-piano, mezzo-forte, forte e fortissimo</i>; <i>crescendo</i> e <i>diminuendo</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e utilizar diferentes materiais como fontes sonoras. Perceber a relação entre as formas de produção de som e consequentes alterações timbrísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Timbre: fontes sonoras.
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber estruturas de organização do discurso musical. Perceber e utilizar repetição, variação e contraste como elementos estruturantes e expressivos do discurso musical Identificar, grafar e executar sinais de repetição. Perceber e utilizar sonoridades individuais e em grupo. Distinguir e vivenciar o uso de uma ou mais linhas melódicas, blocos sonoros e combinações timbrísticas. Identificar formas musicais. Identificar tipos de textura. 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação musical: <ul style="list-style-type: none"> forma; repetição, variação e contraste sinais de repetição: <i>ritornello da capo</i>; densidade; textura: monofônica, homofônica e polifônica; sinais de repetição: <i>ritornello</i> com casa de 1ª e 2ª vez, <i>da capo al segno</i> e <i>da capo al fine</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Identificar traços característicos da sonoridade da música dos períodos clássico, romântico e impressionista, estabelecendo relações com a música brasileira. Compreender períodos histórico e gêneros musicais considerando relações e dinâmicas em contexto político, social e cultural. Vivenciar manifestações musicais dos gêneros lundu, modinha, maxixe, choro, marcha e samba. 	<ul style="list-style-type: none"> Música ocidental: música nos períodos clássico, romântico e impressionista. Música brasileira: <ul style="list-style-type: none"> gêneros musicais: lundu modinha, maxixe, choro, marcha e samba; teatro de revista.
	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer funções e significados de hinos cívicos no contexto histórico em que foram compostos e no contexto atual. 	<ul style="list-style-type: none"> Hinos: <ul style="list-style-type: none"> Hino Nacional Brasileiro; Hino à Bandeira Nacional;
	<ul style="list-style-type: none"> Cantar os hinos cívicos com domínio de melodia, letra e fraseado. 	<ul style="list-style-type: none"> Hino dos Alunos do Colégio Pedro II.

Quadro CII: Educação Musical - 9º ano

Performance	Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver sonoridade, postura, respiração, emissão e articulação na prática vocal e instrumental Cantar e tocar em grupo e individualmente Experimentar sonoridades de diversos instrumentos musicais na realização conjunta de composições e arranjos para o repertório vocal e instrumental Observar relações musicais entre estruturas executadas por vozes/instrumentos, considerando diferentes possibilidades estéticas 	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a relação som/silêncio como elemento expressivo do discurso musical. 	<ul style="list-style-type: none"> Som e silêncio
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber e diferenciar pulso, ritmo e acento métrico em músicas diversas. Perceber as características dos compassos binário, ternário e quaternário. Compreender, reconhecer e demonstrar a proporcionalidade da duração do som e do silêncio. Compreender as funções do travessão simples e duplo. Identificar e grafar figuras de som e de silêncio, bem como de ponto de aumento e da ligadura de prolongamento. Perceber e vivenciar diferentes velocidades de pulso e a relação com andamentos musicais. Identificar e grafar figuras de som e de silêncio, bem como de ponto de aumento e da ligadura de prolongamento. Perceber e vivenciar diferentes velocidades de pulso e a relação com andamentos musicais. Perceber, reconhecer e grafar indicações de andamento e de agógica. 	<ul style="list-style-type: none"> Duração: <ul style="list-style-type: none"> pulso; ritmo; acento métrico; proporcionalidade da duração dos sons e dos silêncios; figuras de som e de silêncio: semibreve até semicolcheia; compassos simples: binário, ternário e quaternário; travessão simples e travessão duplo; ponto de aumento; ligadura de prolongamento; noção de andamento e de velocidade; andamento, classificação e variações: lento (<i>largo, adagio e lento</i>), moderado (<i>moderato, andante e andantino</i>) e rápido (<i>allegro, vivo e presto</i>); sinais de agógica: <i>rallentando e accelerando</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar os sons quanto à altura. Reconhecer movimentos melódicos. Compreender a função do pentagrama, das claves e das notas musicais. Empregar notas em clave de sol. Registrar e diferenciar sons naturais e sons alterados. Explorar as diferentes relações intervalares. Relacionar intervalos, acordes, escalas e cifras. Desenvolver noção de harmonia. 	<ul style="list-style-type: none"> Altura: <ul style="list-style-type: none"> regiões sonoras: aguda, média e grave; pentagrama; claves; notas musicais, incluindo as notas suplementares: Dó3 a Lá4 em clave de sol; intervalos musicais (ascendente, descendente, melódico e harmônico); tom e semitom; alterações: suspenso, bemol e bequadro; noções de acordes, cifras musicais e escalas; relação entre acordes, cifras musicais, escalas e funções harmônicas (repouso e tensão).
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber, experimentar e reconhecer diferentes nuances de intensidade do som. Conceber a dinâmica como recurso expressivo no discurso musical. Decodificar os sinais de intensidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensidade: <ul style="list-style-type: none"> planos de intensidade/ dinâmica sinais de intensidade: <i>pianíssimo, piano, mezzo-piano, mezzo-forte, forte e fortíssimo</i>; <i>crescendo e diminuendo</i>
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer e utilizar diferentes materiais como fontes sonoras. 	<ul style="list-style-type: none"> Timbre: fontes sonoras.
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber a relação entre as formas de produção de som e consequentes alterações timbrísticas. Perceber a utilização da repetição, variação e contraste em músicas diversas. Identificar formas musicais. Utilizar a repetição, a variação e o contraste como elementos estruturantes e expressivos de suas próprias improvisações e composições. Identificar, grafar e executar os sinais de <i>ritornello</i> e <i>da capo</i>. Perceber e utilizar sonoridades individuais e em grupos. Distinguir e vivenciar o uso de uma ou mais linhas melódicas, blocos sonoros e combinações timbrísticas. Identificar formas musicais. Identificar tipos de textura. 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação musical: <ul style="list-style-type: none"> forma; repetição, variação e contraste sinais de repetição: <i>ritornello</i> e <i>da capo</i>; densidade; textura: monofônica, homofônica e polifônica; sinais de repetição: <i>ritornello</i> com casa de 1ª e 2ª vez, <i>da capo al segno</i> e <i>da capo al fine</i>.
	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer traços característicos da sonoridade da música do século XX, estabelecendo relações com a música brasileira. Compreender períodos históricos e gêneros musicais considerando relações e dinâmicas em contexto político, social e cultural. Vivenciar e identificar manifestações musicais dos gêneros brasileiros. Conhecer, vivenciar e produzir música a partir de repertório e processos de música de movimentos da música popular brasileira. Conhecer e compreender as práticas e os gêneros musicais, funções da música, características musicais e músicos dos movimentos e gêneros da música brasileira. Compreender os gêneros musicais brasileiros, suas transformações, bem como outras manifestações e movimentos da música popular brasileira dentro de seu contexto político e sociocultural. 	<ul style="list-style-type: none"> Música ocidental: música do século XX: diferentes formas de estruturação musical, de produção do som e de organização da altura. Música brasileira: <ul style="list-style-type: none"> Gêneros: samba, marcha, bossa nova, rock e novas tendências; Movimentos e indústria cultural: carnaval, era do rádio, jovem guarda, canções de protesto, festivais da canção e tropicalismo.
	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer funções e significados de hinos cívicos no contexto histórico em que foram compostos e no contexto atual. Cantar os hinos cívicos com domínio de melodia, letra e fraseado. 	<ul style="list-style-type: none"> Hinos: <ul style="list-style-type: none"> Hino Nacional Brasileiro; Hino da Proclamação da República; Hino dos Alunos do Colégio Pedro II.

Anexo C

Estatuto do Collegio de Pedro Segundo (1837).³⁷

<p>(61)</p> <p>COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL.</p> <p>1838.</p> <p>TOMO 1.º PARTE 2.ª SECÇÃO 6.ª</p> <p>REGULAMENTO N.º 8 — de 31 de Janeiro de 1838.</p> <p><i>Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo.</i></p> <p>O Regente Interino, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, Decreta os seguintes Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo, instituído pelo Decreto de 2 de Dezembro de 1837.</p> <p>PARTE I.</p> <p>DO REGIMEN LITTERARIO, E SCIENTIFICO DO COLLEGIO.</p> <p>TITULO I.</p> <p><i>Das Empregados do Collegio.</i></p> <p>CAPITULO I.</p> <p><i>Do Reitor.</i></p> <p>Art. 1.º Compete ao Reitor:</p> <p>§ 1.º Nomear interinamente, e suspender os Inspectores de Alumnos.</p> <p>§ 2.º Propor ao Ministro do Imperio os Professores de Saude de partido.</p> <p>§ 3.º Contractar os Serventes necessarios.</p> <p>§ 4.º Inspeccionar tudo o que respeita á Religião, costumes, ordem, e estudos.</p> <p>76</p>	<p>(62)</p> <p>§ 5.º Presidir ao regimen economico do Collegio.</p> <p>§ 6.º Intimar, e fazer executar as ordens, determinações, e decisões relativas ao Collegio.</p> <p>§ 7.º Fazer, pelo menos, huma visita diaria á Enfermaria.</p> <p>§ 8.º Visitar por vezes o Refeitório no tempo da comida para observar os alimentos dos Alumnos.</p> <p>§ 9.º Assistir de tempos a tempos, e inesperadamente ás lições dos Professores.</p> <p>§ 10.º Correr as Salas de estudos, especialmente no tempo da Oração commum.</p> <p>§ 11.º Visitar diariamente os Dormitorios e as diversas partes da Casa.</p> <p>§ 12.º Comunicar ao Vice-Reitor as transgressões graves, que possam ser attribuidas á negligencia dos Empregados.</p> <p>§ 13.º Examinar todas as manhãs os relatorios dos diversos Inspectores de Alumnos, que lhe serão entregues na vespera á noite pelo Vice-Reitor.</p> <p>Se pelo exame dos relatorios julgar conveniente, fará que venhão á sua presença os Alumnos para castiga-los severamente, reprehende-los, ou exhorta-los.</p> <p>§ 14.º Assistir com o Vice-Reitor todos os Domingos de manhã, em cada Sala de estudos, á leitura solemne do mappa semanal do comportamento e trabalho dos Alumnos.</p> <p>§ 15.º Receber, e por si mesmo dirigir queixas, e reclamações ao Governo por faltas, e transgressões commettidas pelos Empregados, que não puder demittir.</p> <p>§ 16.º Despedir o Alumno quando tenha commettido falta grave contra os costumes, Religião, disciplina, participando-o immediatamente ao Governo.</p> <p>Os Alumnos assim despedidos poderão recorrer ao Ministro do Imperio.</p> <p>§ 17.º Presidir ao Conselho collegial, ao qual ouvirá na organização do Regimento interno, necessario para execução destes Estatutos.</p> <p>§ 18.º Em geral dirigir e administrar o Collegio, cujos Empregados todos lhe serão subordinados, no que respeita á suas funcções.</p> <p>Art. 2.º O Reitor na 1.ª segunda feira de cada</p>
<p>(63)</p> <p>mez congregará em Conselho collegial o Vice-Reitor, Capellão, e Professores, para com elles se occupar de tudo o que interessar ao Collegio, tomando nota das observações, que occorrerem.</p> <p>Art. 3.º Mandará de tres em tres mezes aos Pais dos Alumnos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mapps semanaes, e dos relatorios, que houver recebido, sobre o procedimento, progressos, e estado de saude de seus filhos.</p> <p>Art. 4.º Remetterá no fim do 5.º e 10.º mez do anno escolar ao Ministro do Imperio hum relatório sobre a disciplina, estudos, e geralmente sobre o estado moral do Collegio, ajuntando-lhe notas circumstanciadas sobre cada hum dos Alumnos, tanto internos, como externos.</p> <p>Indicarão essas notas seus nomes, naturalidades, idades, estado de seus Pais, empregos, a que se destinão, lugares, que tem obtido nas Aulas, e observações particulares sobre os seus progressos.</p> <p>CAPITULO II.</p> <p><i>Do Vice-Reitor.</i></p> <p>Art. 5.º Compete ao Vice-Reitor:</p> <p>§ 1.º Substituir ao Reitor em todas as suas funcções no caso de falta, ou impedimento.</p> <p>§ 2.º Receber directamente as ordens do Reitor, e dar-lhe parte de sua execução.</p> <p>§ 3.º Receber dos Inspectores de Alumnos, e entregar ao Reitor os relatorios diarios.</p> <p>§ 4.º Receber dos Professores, e Inspectores, e entregar ao Reitor os mapps semanaes do comportamento, e trabalho dos Alumnos.</p> <p>§ 5.º Vigiar pessoalmente o levantar e deitar dos Alumnos, a entrada e sahida das Aulas, o Refeitório, e Lectorio.</p> <p>§ 6.º Inspeccionar os Alumnos quando sahirem a passeio e designar a direcção delles.</p> <p>§ 7.º Corrigir os Empregados negligentes, e que não cumprirem seus deveres.</p> <p>77</p>	<p>(64)</p> <p>§ 8.º Inspeccionar especial e immediatamente quanto respeitar ao ensino e á disciplina.</p> <p>Art. 6.º O Vice-Reitor he o Conservador da Bibliotheca, e de todas as colleções de objectos relativos ás Sciencias.</p> <p>CAPITULO III.</p> <p><i>Do Capellão.</i></p> <p>Art. 7.º O Capellão he igual em dignidade ao Vice-Reitor, e será nomeado pelo Governo sobre proposta do Reitor, o qual consultará previamente o Bispo.</p> <p>Art. 8.º O Capellão habitará no interior do Collegio, o mais perto que for possivel da Enfermaria, que visitará todos os dias.</p> <p>Art. 9.º Ao Capellão compete:</p> <p>§ 1.º Guardar, e conservar os Vasos Sagrados, ornamentos e outros objectos do uso da Capella do Collegio. A seu pedido, e por informação do Reitor, será determinada cada anno a quantia, que convém destinar para a manutença, e reparo desses objectos.</p> <p>§ 2.º Celebrar Missa nas quintas feiras, Domingos, e dias de guarda, no dia da distribuição dos premios, e a do Espirito Santo no da Abertura das Aulas.</p> <p>§ 3.º Dar instrução religiosa aos Alumnos nos dias, e horas, que forem determinados pelo Regimento interno.</p> <p>§ 4.º Preparar-los para a primeira Communhão, e para a Confirmação; dispo-los para a frequentação dos Sacramentos.</p> <p>Para ajuda-lo no ministerio da Confissão poderá convidar, de accordo com o Reitor, ao menos huma vez por mez, hum, ou mais Sacerdotes.</p> <p>§ 5.º Presidir ás Orações das vesperas nos Domingos, e dias de guarda; e dirigir nesses dias aos Alumnos homilias instructivas.</p> <p>Art. 10.º Devem os Alumnos estar sempre providos dos livros de Officio Divino adoptados para a Diocese.</p>

³⁷ BRASIL. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. 61, v. 1, pt II. Rio de Janeiro, 1838. p. 61-94 (Coleção de Leis do Império do Brasil).

(65)

Art. 11. Todos os Empregados, que residirem no Collegio, assistirão ás Missas com os Alumnos.

CAPITULO IV.

Dos Professores.

Art. 12. Os Professores serão nomeados pelo Governo, dando preferencia aos Empregados do Collegio, que se acharem habilitados.

Art. 13. Compete aos Professores:

§ 1.º Não só ensinar a seus Alumnos as Letras, e as Sciencias, na parte que lhes competir, como tambem, quando se offerecer occasião, lembrar-lhes seus deveres para com Deos, para com seus Pais, Patria, e Governo.

§ 2.º Empregar igual desvelo na instrucção de todos os Alumnos sem distincção alguma.

§ 3.º Entregar todos os sabbados ao Vice-Reitor hum mappa sobre o procedimento, e trabalho dos Alumnos.

Art. 14. Os Professores entrarão nas Aulas vestidos decentemente, ás horas prescriptas, immediatamente antes da entrada dos Alumnos.

Art. 15. He-lhes prohibido, bem como a qualquer outros Empregados da instrucção no Collegio:

§ 1.º Aceitar dos Alumnos retribuições, ou presentes de qualquer natureza que sejam.

§ 2.º Fazer-se substituir sem causa sufficiente, e licença do Reitor.

Art. 16. Haverá tantos Professores, quantos o Governo julgar necessários.

CAPITULO V.

Dos Substitutos.

Art. 17. Compete aos Substitutos:

§ 1.º Substituir ao Professor no caso de falta, ou impedimento.

§ 2.º Ensinar nas Aulas, que forem subdivididas, por causa do grande numero de Alumnos.

78

(66)

Art. 18. Haverá tres Substitutos; e estes, em quanto não exercerem o Magisterio, servirão de Inspectores de Alumnos.

Art. 19. Em caso de necessidade, poderá ser a substituição das Aulas confiada aos Inspectores de Alumnos, que tiverem as necessárias habilitações.

CAPITULO VI.

Dos Inspectores de Alumnos.

Art. 20. Os Alumnos serão repartidos em Classes de 30, a 35 cada huma, e, quanto ser possa, das que forem da mesma idade, e da mesma Aula. A direcção, e vigia de cada Classe será confiada a hum Inspector de Alumnos.

Art. 21. O numero de Inspectores de Alumnos será sempre superior ao das Classes, de maneira que possam ser substituidos sem prejuizo da educação, no caso de impedimento, ou falta.

Art. 22. Os Inspectores dos Alumnos comerão á mesa com elles: seus aposentos communicarão com os Dormitorios, de maneira que possam facilmente inspeciona-los.

Art. 23. Ao Inspector de Alumnos compete:

§ 1.º Repartir a sua Classe em tantas subdivisões, quantas julgar necessárias; entregando a direcção de cada huma dellas ao Alumno, que lhe merecer confiança. Este será responsavel pelo comportamento da subdivisão a seu cargo.

§ 2.º Formar hum relatório diario do que houver acontecido em sua Classe, no qual dê summariamente conta do comportamento, e applicação dos Alumnos.

§ 3.º Organisar nos sabbados hum mappa sobre o procedimento, e trabalho de cada hum dos Alumnos.

§ 4.º Entregar no sabbado á noite esse mappa, e todos os dias á noite seus relatórios ao Vice-Reitor.

§ 5.º Tomar conhecimento do trabalho prescripto aos Alumnos pelos Professores, e cuidar em que sejam feitos com exactidão.

§ 6.º Tomar aos Alumnos as lições, que devem de-

(67)

corar; e examinar os trabalhos escriptos, que houverem feito; lançando, quando for possa, em folha separada, que entregarão aos respectivos Professores, o seu juizo sobre elles.

§ 7.º Acompanhar os Alumnos todas as vezes, que sahirem a passeio.

§ 8.º Vigia-los á entrada, e sahida das Aulas, e das Salas de estudo.

§ 9.º Examinar por vezes os livros dos Alumnos, e ver se todos tem sido autorisados pelo Reitor.

Art. 24. Não podem os Inspectores de Alumnos deitar-se antes que se tenham assegurado de que todos os Alumnos estão accommodados, e dormindo; e não sahirão do Collegio sem licença do Reitor.

Art. 25. Devem elles ter sempre em vista que de sua vigilancia, e firmeza, assim como de sua moderação depende essencialmente a boa educação dos Alumnos.

CAPITULO VII.

Do Professor de Saude.

Art. 26. A Enfermaria he particularmente recommendada á sollicitude do Reitor.

Art. 27. Haverá dois Professores de Saude de partido: hum visitará a Enfermaria ao menos huma vez por dia; o outro será chamado quando o Reitor, e o Assistente precisarem de seus conselhos.

Art. 28. Além desses Professores de Saude poderão, em caso extraordinario, ser chamados outros, se para consulta os reclamarem os Professores de partido.

Art. 29. O Professor Assistente entregará no fim de cada mez ao Reitor hum mappa dos Alumnos, que adoecerem, seus temperamentos, molestias, causas provaveis, e resultado dellas.

Art. 30. Os Professores de Saude, que forem negligentes no cumprimento de seus deveres, poderão ser demittidos pelo Reitor, o qual antes consultará ao Ministro do Imperio.

77

77

(68)

Art. 31. Os remedios, que forem recitados, serão fornecidos pelo Boticario, com quem se houver contractado.

Art. 32. Todos os Empregados devem participar ao Reitor os indícios de molestias, que descobrirem em algum Alumno.

Art. 33. Não podem os Alumnos entrar na Enfermaria para visitarem a seus companheiros, que estiverem doentes, se não com licença do Reitor.

Art. 34. Hum lugar retirado, e particular será destinado ao Alumno, que for accommettido de molestia supposta contagiosa.

CAPITULO VIII.

Dos Serventes.

Art. 35. Hum Servente especial estará ligado ao serviço dos Alumnos de cada Classe.

Art. 36. Além destes haverá os Serventes, que forem julgados necessários para o serviço geral do Collegio, e dos seus Empregados.

Art. 37. Os Serventes do Art. 35 obedecem aos Inspectores de Alumnos em tudo, o que disser respeito ao serviço destes, e ficão sujeitos á vigilancia do Vice-Reitor.

Art. 38. Elles assistem ás Missas, e ás Orações communs, quanto for compativel com as exigencias do serviço.

O Reitor deverá proporcionar-lhes a instrucção religiosa, que lhes for appropriada.

Art. 39. Os Serventes não terão familiaridade alguma com os Alumnos, nem poderão receber dellas retribuição, ou presentes, sob pena de expulsão.

Art. 40. Não poderão igualmente fazer-lhes serviço algum extraordinario no interior do Collegio, sem licença do respectivo Inspector de Alumnos, e fora delle sem permissão do Vice-Reitor.

Art. 41. Os Serventes dormirão em aposentos particulares, perto dos Dormitorios dos Alumnos, a cujo serviço estiverem.

(69)

Art. 42. Hum Servente será obrigado a percorrer frequentemente os aposentos, escadas, e corredores, a fim de prevenir os incendios e quaesquer desordens.

Art. 43. Dous ou mais Serventes farão continuamente, todas as noites, a ronda de cada hum dos Dormitorios.

Art. 44. Hum Servente estará sempre, nas horas de recreio, junto ao Locutorio, para chamar os Alumnos, que forem procurados.

Art. 45. O serviço especial da Despensa e Cozinha, da Enfermaria e latrinas, a guarda das portas, e pateos, exigirão Serventes especiais.

TITULO II.

Dos Alumnos.

CAPITULO IX.

Da Admissão dos Alumnos.

Art. 46. Ninguem será admittido Alumno, se em seu favor não concorrerem os seguintes requisitos:

§ 1.º Idade, pelo menos, de 8 annos, e de 12 quando muito. Os que excederem essa idade, não serão admittidos, sem licença especial do Governo.

§ 2.º Saber ler, escrever, e contar as quatro primeiras operações de Arithmetica.

§ 3.º Atestado de bom procedimento dos Professores, ou Directores das Escolas, que houverem frequentado.

§ 4.º Despacho de admissão dado pelo Reitor.

Art. 47. Além disso deverá o que pretender ser Alumno interno, ter tido hexigas naturaes, ou vacinadas.

Art. 48. Quando o Reitor não quizer admittir algum Alumno, participará ao Ministro do Imperio as razões, que teve para assim proceder. Essas participações serão reservadas e secretas.

x
50

(70)

CAPITULO X.

Da Divisão dos Alumnos.

Art. 49. O Collegio he dividido, quanto ao estudo, em oito Aulas, a 8.ª, a 7.ª, a 6.ª, a 5.ª, a 4.ª, a 3.ª, a 2.ª, e a 1.ª.

Art. 50. No interior será elle dividido em Classes. Cada Classe não poderá conter mais de 30 até 35 Alumnos.

Art. 51. Terá cada Classe a sua mesa distincta no Refectorio, sua Sala de estudos, e quanto ser possa, seu Dormitorio á parte. No Dormitorio os leitos ficarão separados huns dos outros, pelo menos, quatro palmos.

CAPITULO XI.

Do Movimento dos Alumnos.

Antes do meio dia.

Art. 52. Das 5 horas e meia ás 6: os Alumnos levantam-se, vestem-se, e vão para a Oração commum.

Das 6 ás 7 horas e meia: os Alumnos preparoão nas Salas de estudo os trabalhos, que lhes houverem sido marcados pelos Professores.

Das 7 e meia ás 8: almoço, e recreio.

Das 8 ao meio dia: vão para as diversas Aulas, ou preparoão, nas Salas de estudo, os trabalhos, que lhes forem marcados.

Entre cada huma das diversas lições, que se succederem, haverá hum intervallo de 10 minutos de recreio.

Depois do meio dia.

Art. 53. Do meio dia á hora e meia: jantar, e recreio.

Da hora e meia ás 5: vão os Alumnos para as diversas Aulas.

(71)

Das 5 ás 5 e meia: merenda e recreio.

Das 5 e meia ás 8: preparoão os trabalhos escriptos, e decorão as lições.

Das 8 ás 8 e meia: ceiaão.

Das 8 e meia ás 9: recreio; segue-se leitura moral e Oração commum.

As 9 horas e meia: vão deitar-se.

Art. 54. As lições de Danca serão dadas nos dias feriados aos Alumnos, cujos Pais houverem determinado que a aprendão.

Art. 55. Nas quintas feiras e Domingos de manhã, poderão os Alumnos aprender a nadar nos lugares, que o Reitor, de accordo com os Professores de Saude, houver escolhido, e com todas as necessarias precauções tomadas por elles.

Art. 56. Todas as Aulas e refeições serão precedidas, e seguidas por huma breve Oração.

Art. 57. Durante as refeições hum dos Alumnos das Classes superiores fará huma leitura indicada pelo Reitor.

Art. 58. Os Alumnos marcharão sempre em ordem e silencio, debaixo da direcção dos respectivos Inspectores.

Art. 59. Durante as horas d'Aulas, e de estudos, haverá nos pateos, e lugares communs, quem vigie, e impeça que se demorem, ou reunão os Alumnos, que por necessidade sahirem das Salas.

CAPITULO XII.

Das communicações externas dos Alumnos, e de suas leituras.

Art. 60. Os Alumnos só poderão receber visitas a horas de recreio, e no Locutorio. As pessoas, que os vierem visitar, devem pedir licença ao Reitor.

Art. 61. Essa licença será communicada ao Servente do Locutorio, para que vá chamar ao pateeo o Alumno, que for procurado.

Art. 62. Os Alumnos só podem ser visitados por

x
51

(72)

seus Pais, ou por pessoas por elles expressamente recomendadas.

Art. 63. A sahida do Collegio he prohibida, sem licença do Reitor, o qual nunca deixará sahír os Alumnos, sem que os venhão buscar seus Pais, ou pessoas por elles expressamente autorizadas.

Art. 64. Tanto fora do Collegio, como no interior delle, os Alumnos não podem despir o vestuario de uniforme.

Art. 65. Em regra geral, os Alumnos não podem sahír, senão duas vezes por mez; sendo nas quintas feiras, depois de 10 horas, ou nos Domingos, e dias de guarda, depois das vespersas.

Art. 66. A privação de alguma dessas vezes de sahír he castigo: em recompensa da applicação, e do aproveitamento, conceder-se-hão licenças extraordinarias para sahír.

Art. 67. As licenças se darão por hum bilhete rubricado pelo Reitor, com a palavra — *exeat* — e o nome do Alumno.

Art. 68. Esse — *exeat* — será entregue ao Porteiro, que o registrará, e tomará nota da hora, em que o Alumno se recolher, e da pessoa, que o acompanhar.

Art. 69. Devem os Alumnos recolher-se ás 7 horas no inverno, e ás 8 no verão. Serão acompanhados por seus Pais, ou pessoas de confiança.

Art. 70. O Alumno, que se recolher em hora impropria, ou que não vier acompanhado, será privado por huma ou mais vezes de sahír, segundo a gravidade das circumstancias.

Art. 71. Os Alumnos só podem escrever á seus Pais, ou quem suas vezes fizer.

Art. 72. As cartas, que lhes forem remetidas, virão assignadas, por fora, pelas pessoas, que as escreverem.

Art. 73. Tanto humas, como outras, serão essas cartas levadas ao Reitor, que as inutilisará, ou fará chegar á seu destino, como julgar conveniente.

Art. 74. Além dos livros das Aulas, que serão

(73)

ministrados pelo Collegio, poderão os Alumnos ter outros livros proprios para sua instrucção.

Nenhuma leitura porém lhes he licita, senão depois de visto, auctorisado, e rubricado o livro pelo Reitor.

Art. 75. Todos os livros de cada Alumno terão hum rotulo com seu nome, numero, e com a rubrica do Collegio.

Art. 76. Quando os Inspectores de Alumnos, examinando, em cumprimento do Artigo 23 § 9.º, os livros, acharem algum, que não esteja especialmente auctorisado, castigarão o Alumno, segundo a gravidade das circumstancias, e remetterão o livro ao Reitor.

Art. 77. Os livros assim apprehendidos, e os que não puderem ser auctorisados, serão entregues aos Pais do Alumno.

CAPITULO XIII.

Das obrigações particulares dos discipulos externos.

Art. 78. Os discipulos externos andarão vestidos decentemente.

Art. 79. He-lhes prohibido trazer para o Collegio periodicos, e livros, que não sejam os das Aulas; e incumbir-se de qualquer negocio, ou serviço dos internos.

Art. 80. Quando souler com antecedencia que não poderá assistir ás Aulas, o discipulo externo participa-lo-ha aos Professores, e pedir-lhes-ha licenca.

Art. 81. O Professor participará ao Reitor o não comparecimento do discipulo externo, que lhe não houver pedido licenca, para que sejam tomadas as medidas necessarias, a fim de saber-se o motivo da falta.

Art. 82. O Professor poderá excluir de sua Aula o discipulo externo, que se comportar mal, participando-o ao Reitor, que approvará ou reprovirá a exclusão.

Art. 83. O Reitor deve informar-se do proceimento, e estado de saúde dos discipulos externos, e

82

82

(74)

particularmente daquelles, cujos Pais não residem na Cidade.

Para esse fim todo o externo fará saber ao Reitor a casa, em que reside, o nome, e occupação da pessoa; a cuja direcção estiver confiado.

CAPITULO XIV.

Dos Feriados.

Art. 84. Serão feriados, além da quinta feira de cada semana, em que não houver dia santo de guarda, os dias seguintes:

§ 1.º A quarta feira de Cinza, a quinta feira, sexta feira e sabbado da Semana Santa.

§ 2.º Os dias de Festividade Nacional.

§ 3.º Os Domingos, e dias de guarda.

Art. 85. Haverá somente quatro horas de trabalho nos dias feriados nas Salas de estudo. As mais serão destinadas á instrucção Religiosa, recreio, e passeio.

CAPITULO XV.

Da Instrucção Religiosa.

Art. 86. Nas quintas feiras, e Domingos, terá lugar a instrucção Religiosa distribuida pelo seguinte modo.

Art. 87. Além da Missa, homilia e Orações de vespuras, que são communs para todo o Collegio, os Alumnos da Aula 8.ª decorarão Historia Sagrada, e pedacos do Novo e Velho Testamento, que lhes serão explicados pelo Capellão.

Art. 88. Os das Aulas 7.ª, e 6.ª decorarão o Catholicismo da Diocese com as explicações, que o Capellão julgar necessarias.

Art. 89. Os das Aulas 5.ª, 4.ª, e 3.ª assistirão á exposiçao dos Dogmas da Religião, e das provas, em que se apoião.

Art. 90. Para os das Aulas 2.ª, e 1.ª haverá conferencias philosophicas sobre a verdade da Religião,

(75)

sua historia, e os beneficios, que lhe deve a humanidade.

CAPITULO XVI.

Dos Castigos.

Art. 91. Sempre proporcionados á gravidade das faltas, os castigos serão os seguintes:

§ 1.º Privação de huma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinario.

§ 2.º Privação de passeio com trabalho extraordinario.

§ 3.º Prohibição de saber.

§ 4.º Prisão: a prisão será hum lugar sufficientemente claro, e facil de ser inspecionado, onde o Alumno occupar-se-ha constantemente em algum trabalho extraordinario.

§ 5.º Privação de ferias, em todo, ou em parte.

§ 6.º Vestir a roupa ás avessas. O Alumno assim vestido occupará lugar á parte nas Aulas, e Salas de estudos; e não assistirá aos passeios, nem aos recreios.

§ 7.º Moderada correccão corporal.

§ 8.º Exclusão do Collegio.

Art. 92. As penas serão sempre applicadas de modo, que nunca seja o Alumno privado de assistir ás lições dos Professores; excepto quando for excluido de huma Aula, por haver nella perturbado a ordem.

Art. 93. O trabalho extraordinario, annexo á alguns castigos, consistirá em copiar pedacos de prosa, ou verso, indicados por quem houver imposto o castigo.

Art. 94. Só o Reitor poderá impor os seis ultimos castigos; os outros podem ser impostos pelo Vice-Reitor, Professores, e Inspectores.

Art. 95. Os Alumnos privados de recreio, ou de passeio, reunir-se-hão em huma Sala debaixo da vigilancia de hum Inspector.

Art. 96. Quando algum Alumno for excluido do Collegio, será separado dos outros, até que possa ser entregue a seus Pais.

83

83

(76)

Art. 97. Os externos podem ser condemnados pelo Reitor, Vice-Reitor, e Professores aos castigos supra-indicados, que lhes forem applicaveis.

Art. 98. O Inspector de Alumnos, que tiver queixas contra algum externo, as exporá ao Vice-Reitor, que ordenará o castigo conveniente.

Art. 99. Todas as vezes que hum Inspector, ou Professor ordenar hum castigo, que deva ter execuçao fora de sua presenca; prevenirá immediatamente ao Vice-Reitor, que tomará as medidas necessarias, para que se realize.

CAPITULO XVII.

Disposições communs aos Capitulo antecedetes.

Art. 100. As portas do Collegio se abrirão ás 5 horas da manhã, e se fecharão ás 9 da noite no verão; e no inverno ás 6 horas da manhã, e ás 8 da noite. As chaves serão entregues ao Reitor.

Art. 101. Quando algum Empregado, morador no Collegio, tiver de recolher-se depois das horas, em que deve ser fechado, obterá previa licenca do Reitor.

Art. 102. Nenhum Alumno poderá sob qualquer pretexto:

§ 1.º Dormir, ou trabalhar em aposento separado.

§ 2.º Fazer trocas, ou negocios com seus collegas.

§ 3.º Jogar jogos de cartas, e de azar, nem mesmo jogos licitos a dinheiro.

§ 4.º Trazer para o Collegio armas, polvora, ou fogos de artilharia.

§ 5.º Introduzir no Collegio bebidas espirituosas.

Art. 103. Nenhuma mulher poderá residir no Collegio em contacto com os Alumnos.

(77)

TITULO III.

Do Ensino.

CAPITULO XVIII.

Disposições communs aos Capitulos seguintes.

Art. 104. O Ministro do Imperio, ouvido o Reitor, e os Professores, formará o catalogo das obras, que devem ser admitidas para as Aulas do Collegio.

Art. 105. O Reitor fará collocar nas respectivas Aulas Taboas Chronologicas, Cartas Geographicas, e quaesquer mappas, que facilitem o ensino.

Art. 106. Cada Aula poderá ser dividida em duas secções, toda a vez que o numero de seus Alumnos exceder de 60; se o numero subir de 90, he forçosa a divisão.

Art. 107. O Reitor terá todo o cuidado para que nessa divisão os Alumnos mais e menos habéis sejam igualmente repartidos.

Art. 108. Os compendios, e livros de ensino de ambas as divisões serão indispensavelmente os mesmos.

Art. 109. Nas Aulas os Alumnos internos estarão separados dos externos: estarão igualmente separados huns dos outros os externos, que pertencerem a diversas Casas particulares de Educação.

Art. 110. O emprego do tempo das Aulas será marcado pelo Regimento interno.

Art. 111. Huma vez por mez os Alumnos de cada Aula farão na presença do Professor hum trabalho escripto para concurso de lugares.

Art. 112. Nestes dias a Aula prorrogar-se-ha por mais meia hora: devendo conservar-se nell todos os Alumnos, embora tenham acabado seus trabalhos de concurso.

Art. 113. O resultado desse concurso será publicado aos sabbados, em presença do Reitor, e do Vice-Reitor.

Art. 114. Logo nesse acto o Professor entregará ao Reitor a lista dos Alumnos, segundo a ordem do

✓
87

(78)

merito de seus trabalhos, assignada por elle; e outrossim todos esses trabalhos para serem examinados e emmassados.

Art. 115. A copia dessa lista será affixada nas Aulas: os nomes dos seis primeiros em cada Aula serão lançados em hum mappa geral para ser affixado no locutorio.

Art. 116. Na Aula os 6 primeiros Alumnos terão assento distincto chamado — Banco de honra—.

CAPITULO XIX.

Do objecto do ensino.

Art. 117. Os estudos do Collegio são os constantes das Tabellas seguintes.

TABELLA PRIMEIRA.

Aulas 8.ª, e 7.ª: 24 lições por semana.

Grammatica Nacional — cinco lições.
 ———— Latina — cinco lições.
 Arithmetica — cinco lições.
 Geographia — cinco lições.
 Desenho — duas lições.
 Musica vocal — duas lições.

TABELLA SEGUNDA.

Aula 6.ª: 24 lições.

Latinidade — dez lições.
 Lingua Grega — tres lições.
 ———— Francaza — huma lição.
 Arithmetica — huma lição.
 Geographia — huma lição.
 Historia — duas lições.
 Desenho — quatro lições.
 Musica — duas lições.

(79)

TABELLA TERCEIRA.

Aulas 5.ª, e 4.ª: 25 lições.

Latinidade — dez lições.
 Lingua Grega — cinco lições.
 ———— Francaza — duas lições.
 ———— Inglesza — duas lições.
 Historia — duas lições.
 Historia Natural — duas lições.
 Geometria — duas lições.

TABELLA QUARTA.

Aula 3.ª: 25 lições.

Latinidade — dez lições.
 Lingua Grega — cinco lições.
 ———— Inglesza — huma lição.
 Historia — duas lições.
 Sciencias Physicas — duas lições.
 Algebra — cinco lições.

TABELLA QUINTA.

Aula 2.ª: 30 lições.

Philosophia — dez lições.
 Rhetorica e Poetica — dez lições.
 Sciencias Physicas — duas lições.
 Historia — duas lições.
 Mathematica — seis lições.

TABELLA SEXTA.

Aula 1.ª: 30 lições.

Philosophia — dez lições.
 Rhetorica e Poetica — dez lições.
 Historia — duas lições.
 Sciencias Physicas — duas lições.

✓
88

(80)

Astronomia — tres lições.
 Mathematica — tres lições.

Art. 118. A distribuição dos dias e horas destes estudos será feita pelo Conselho collegial, e definitivamente approvada pelo Ministro do Imperio.

Art. 119. Em geral tudo o que não vai expressamente providenciado nestes Estatutos, tanto acerca da divisão dos estudos, como mesmo sobre o movimento dos Alumnos, será determinado no Regimento interno.

CAPITULO XX.

Dos Exames.

Art. 120. No dia 3 de Dezembro começarão em cada Aula os exames; e só os que forem approvados poderão passar para a Aula seguinte.

Art. 121. O alumno que for reprovado, repetirá a Aula, em que não aproveitou; e, sendo segunda vez reprovado, será excluido do Collegio.

Art. 122. Estes exames serão feitos pelos proprios Professores, na presença, quanto ser possa, do Vice-Reitor, do Reitor, e de hum Commissario do Ministro do Imperio; e todos elles farão parte do Tribunal de exame.

Art. 123. Cada exame durará meia hora.

Art. 124. Quando huma Aula for dividida em varias secções, os Alumnos das diversas secções serão considerados como da mesma Aula.

Art. 125. As notas, que cada Alumno merecer no seu exame, serão lançadas em hum livro para isso destinado, e remettida immediatamente em copia autentica á Secretaria do Imperio.

Art. 126. Além destes exames, que são obrigados, haverá no 5.º mez do anno lectivo exame para os que pretenderem passar de huma Aula para outra.

Art. 127. Esse exame será feito na presença dos Professores, do Vice-Reitor, e Reitor; e só passará para a Aula immediata o Alumno, que for unanimemente approvado.

(81)

CAPITULO XXI.

Das Premios.

Art. 128. No fim de cada anno lectivo, concluidos os exames, proceder-se-ha com a solemnidade possivel á distribuiçao dos premios.

Art. 129. Em cada Aula o Alumno, que nos diversos trabalhos de concurso houver sido mais vezes o primeiro, será premiado, se no exame houver concorrido a mesma superioridade.

Art. 130. Além desse premio, haverá mais dous, e duas menções honrosas.

Na 1.^a Aula para os Alumnos, que melhor fizerem huma dissertação philosophica em lingua Nacional.

Na 2.^a Aula para os que melhor compuzerem hum discurso latino.

Art. 131. O assumpto dessa dissertação, e desse discurso será dado pelo Reitor, que receberá as conspiciões, e reunirá o Tribunal, que tem de graduar-lhes o merito, tomando todas as precauções, para que os membros desse Tribunal ignorem á queos dos Alumnos pertencem os trabalhos, que examinão.

Art. 132. A distribuiçao dos premios terá lugar em reunião publica ante o Ministro do Imperio, ou hum seu Commissario, o Reitor, Vice-Reitor, Professores, e Inspectores de Alumnos.

Art. 133. Será presida de hum discurso sobre a historia do Collegio, recitado pelo Professor de Rhetorica; seguir-se-ha a leitura dos nomes dos premiados, e distribuiçao dos livros, que formarem os premios, por ordem de Aulas.

Art. 134. Todos os Alumnos premiados receberão huma coroa entretida de ramos de café, e flores.

Art. 135. Finda a distribuiçao, os Alumnos premiados serão reunidos pelo Reitor em hum banquete, ao qual assistirá o Ministro do Imperio, ou seu Commissario.

x
86

(82)

CAPITULO XXII.

Das Inspeções.

Art. 136. O Ministro do Imperio deve, ao menos huma vez por anno, mandar dous Commissarios, que vão assistir ás Aulas dos diversos Professores do Collegio, e lhe dêem conta confidencial de tudo o que houverem observado, quanto ao comportamento, e actividade dos Professores, e ao estado do ensino na Aula.

Art. 137. Para que dessa inspecção resultem vantagens, preciso he que seja secreta, e inesperada, e que os Commissarios sejam, quanto possivel for, alheios ao Collegio.

CAPITULO XXIII.

Das Férias.

Art. 138. Fechão-se as Aulas no dia 2 de Dezembro; mas as Férias só commença depois da distribuiçao dos premios.

O anno lectivo commença no dia 2 de Fevereiro.

Art. 139. Os Alumnos só poderão hir passar Férias em casa de seus Pais, ou de quem suas vezes fizer.

Art. 140. O Alumno, que não se recolher ao Collegio, ao mais tardar, no dia 2 de Fevereiro, será castigado com a privação de sahir, segundo a gravidade das circumstancias.

Art. 141. Os Alumnos, que no tempo das Férias ficarem no Collegio, serão occupados pelo modo seguinte:

Haverá 6 horas de trabalho por dia, duas de Aulas, e quatro nas Salas de estudos. Os externos poderão, se quizerem, assistir a essas aulas.

Art. 142. As Aulas serão regidas pelos Professores, ou Substitutos, que quizerem encarregar-se dellas: na falta destes, pelos Inspectores de Alumnos.

Art. 143. Os Inspectores poderão successivamente

(83)

ausentar-se, com licença do Reitor, de modo que não padeca o serviço do Collegio.

Art. 144. Os Professores, ou quem suas vezes fizer, receberão, pelo trabalho extraordinario das Férias, huma gratificação marcada pelo Ministro do Imperio, sobre proposta do Reitor.

Art. 145. Nas Férias serão mais frequentes, e mais demorados os passeios: dar-se-lhes-ha, quanto for possivel, hum fim útil á instrucção, especialmente nos ramos da Historia Natural.

CAPITULO XXIV.

Da Bibliotheca, e das Collecções Scientificas.

Art. 146. Haverá no Collegio huma Bibliotheca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com approvaçao do Ministro do Imperio.

Art. 147. O catalogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando hum dos exemplares em mão do Reitor para ser annualmente verificado pelo Vice-Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Imperio.

Art. 148. Hum Empregado debaixo da direcção immediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.

Art. 149. Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos Empregados, debaixo de sua responsabilidade; e aos Alumnos por licença escripta do Vice-Reitor.

Art. 150. Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, e não ser renovado o pedido: quem tomar emprestado hum volume, fica responsavel pela obra inteira.

Art. 151. Haverá tambem hum Gabinete de Physica, hum Laboratorio de Chimica, e huma collecção elemental dos productos dos tres Reinos vegetal, mineral, e animal.

Art. 152. Do serviço destes Gabinetes poderá ser encarregado o mesmo Bibliothecario, ou outra qualquer pessoa.

✓
87

(84)

Art. 153. Tanto o Guarda dos Gabinetes, como o Bibliothecario estarão sempre de baixo das ordens do Vice-Reitor.

Art. 154. O Ministro do Imperio organizará, sobre informaçao do Reitor, a pedido dos Professores, a lista dos objectos, que convier completar, adquirir, concertar, ou substituir.

PARTE II.

DO REGIMEN ECONOMICO DO COLLEGIO.

TITULO I.

Das Autoridades administrativas.

CAPITULO I.

Do Thesoureiro.

Art. 155. Além do Reitor, e Vice-Reitor, cujas attribuições administrativas ficão indicadas na Parte 1.^a destes Estatutos, e nesta seção explicadas, haverá no Collegio hum Thesoureiro.

Art. 156. Ao Thesoureiro compete:

§ 1.^o Recolher, e ter debaixo de sua guarda, todos os dinheiros do Collegio.

Estes dinheiros estarão n'hum cofre de duas chaves, das quaes huma ficará em poder do Reitor, outra na do Thesoureiro.

§ 2.^o Fazer os pagamentos, contractos, e actos Judiciaes, que forem necessarios, ficando responsavel pela validade delles.

§ 3.^o Activar todas as cobranças das receitas do Collegio, sendo responsavel por sua retardação, quando não houver feito as necessarias diligencias.

Art. 157. O Thesoureiro terá a seu cargo a escripturação dos livros, e cadernos, que forem necessarios para clareza da Administração economica á seu cargo.

(85)

Art. 158. Prestará anualmente huma fiança ar-
bitrada pelo Ministro do Imperio, em attenção ás re-
ceitas, que tem de arrecadar, e administrar. Esta fian-
ça deverá ser em bens de raiz livres, e desembaraca-
dos, ou em Apólices da Divida Publica, que serão de-
positadas gratuitamente no Thesouro Nacional.

Art. 159. Deve vigiar os Serventes no que diz
respeito ao cuidado das roupas dos Alumnos, a lim-
peza da Casa, serviço do Refeitório, Cozinha, Enfer-
maria, e Despensas.

Art. 160. Sobre o Thesoureiro, sua vigilancia,
actividade, e bom desempenho de seus deveres des-
cansa essencialmente a prosperidade do Collegio.

TITULO II.

Da Receita do Collegio.

CAPITULO II.

Das Retribuições dos Alumnos.

Art. 161. A Receita do Collegio compoem-se :
§ 1.º Dos rendimentos dos bens, que possui, ou
que por qualquer titulo venha a possuir.

§ 2.º Das Consignações, que lhe houverem sido
feitas pelo Poder Legislativo, ou pelo Governo.

§ 3.º Das Retribuições dos Alumnos internos, e dos
externos.

Art. 162. Cada Alumno pagará huma Retribui-
ção, que será determinada no principio de cada anno
pelo Ministro do Imperio, ouvido o Reitor.

Art. 163. Esse pagamento terá lugar de tres em
tres mezes, e sempre adiantado.

Art. 164. O Alumno, cujos Pais não houverem
pago essa Retribuição, depois de por tres vezes lhes
haver sido reclamada, com espaço cada huma de 8 dias,
por carta do Thesoureiro, será despedido do Collegio.

Art. 165. O Alumno, que for tirado do Collegio

4
58

(86)

depois de começado qualquer quartel, perderá toda a
quantia, que houver pago.

Art. 166. Nessa Retribuição achar-se-ha incluída a
necessaria Consignação para livros, vestuários, estudos,
e remédios, em caso de enfermidade; em fim para
todas as precisiões do ensino e educação do Alumno.

Art. 167. He exceptuado o estudo da Dança, que
será pago pelos Pais, que o houverem escolhido.

Art. 168. Os Pais, que residirem fora da Cidade,
serão obrigados a escolher hum Correspondente, com
quem se entenderá o Reitor, e o Thesoureiro.

Art. 169. No acto de sua entrada os Alumnos
trarão hum enxoval completo, como vai explicado no
art. 190.

Esse enxoval para o futuro poderá ser fornecido
pelo Collegio, pagando o Alumno a quantia a que, so-
bre proposta do Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro, for
anualmente determinada pelo Ministro do Imperio.

O Reitor poderá rejeitar as peças d'esse enxoval,
que forem de fazenda superior, ou inferior á admitti-
da no Collegio.

Art. 170. A conservação destes objectos, e sua
substituição, quando estragados, ficará a cargo do Col-
legio.

Art. 171. O Alumno, que se retirar, levará com-
sigo o seu enxoval completo, ou no estado, em que se
achar, exceptuando os lençoes, e toalhas, que ficarão
pertencendo á Enfermaria.

CAPITULO III.

Dos Rendimentos dos bens do Collegio, e Consigna-
ções do Poder Legislativo, e do Governo.

Art. 172. Os Proprios, que possuir o Collegio,
serão administrados pelo Thesoureiro, que terá para
isso hum livro especial de arrecadação, escripto em
boa ordem, e com clareza.

Art. 173. Para tornar real essa arrecadação, po-
derá lançar mão dos meios contentiosos, fazer os con-
tractos, que entender necessarios, e em geral provi-

(87)

denciar a todas as exigencias, que a tal respeito se apre-
sentarem.

Art. 174. Receberá as Consignações, que pelo Po-
der Legislativo, ou pelo Governo forem feitas ao Col-
legio, lançando-as em seus livros, e assignando as
necessarias clarezas.

Art. 175. Receberá igualmente os Legados, e
quaesquer Doações, que hajão de ser feitas ao Collegio,
dando as precisas quitações.

TITULO III.

Das Despesas.

CAPITULO IV.

Disposições communs.

Art. 176. As despesas do Collegio serão divididas
em 5 classes :

A de alimentos.

A de conservação.

A de vestuário.

A de despesas communs.

A de despesas miudas.

Art. 177. O alimento dos Alumnos será sadio, e
abundante; a qualidade dos pratos será regulada com
antecedencia pelo Reitor, e Thesoureiro, no começo
de cada semana.

Art. 178. A quantia orçada para alimentos, e as
receitas, que lhes forem applicadas, devem satisfazer
a todas as despesas de comedorias, não só dos Alums-
nos, como dos Empregados do Collegio.

Art. 179. A despesa de conservação deve abra-
ngar a limpeza, e o concerto da mobilia do Collegio.

Art. 180. A despesa de vestuário deve compre-
hender tudo o que diz respeito á conservação do en-
xoval do Alumno, e substituição do que se for estraga-
do; e outrosim ordenados, e jornaes das pessoas em-
pregadas na Vestiaria.

Art. 181. As quantias de despesa commum serão

8
87

(88)

destinadas para o pagamento de ordenados, e salarios
dos Empregados.

Art. 182. As quantias das despesas miudas abra-
ngem a substituição dos livros estragados no uso dos
Alumnos, compra de medicamentos, e gastos da Ehf-
maria, illuminação das Salas de estudo, e Dormitorios,
bem como as despesas do Culto.

Art. 183. As sobras de hum artigo de despeza
só poderão ser applicadas para outro por expressa au-
torisação do Ministro do Imperio.

Art. 184. Os fornecimentos necessarios serão pos-
tos em concorrência, e adjudicados a quem por me-
nos fizer. As propostas serão entregues ao Thesoureiro,
que as fará presentes ao Reitor.

Art. 185. Os contractos necessarios serão feitos
pelo Thesoureiro, com autorisação do Reitor, dada por
escripto em referencia á proposta approvada.

Art. 186. Não havendo quem se offereça para ser
fornecedor, ou não sendo possível, ou conveniente re-
correr á concorrência; o Reitor autorisará verbalmente
o Thesoureiro para contractar, como melhor entender,
a compra dos objectos precisos.

Art. 187. Além dessas despesas, haverá despesas
extraordinarias para engrandecimento do Collegio.

Art. 188. Nunca porém ellas se farão, sem que,
findas as contas de hum anno, fiquem na Caixa do
Collegio sufficientes fundos.

Art. 189. Neste caso, á vista de seu orçamen-
to especial, sobre proposta do Reitor, o Ministro do
Imperio poderá autorisa-las.

CAPITULO V.

Do Vestuário.

Art. 190. O enxoval, com que os Alumnos devem
entrar para o Collegio, constará de—1 casaca de
panno verde ordinario, com botões amarellos—4 ja-
quetas de duraque preto—5 coletes de fustão—2 co-
letes de sarja escura—4 pares de calças de brim cru
—2 ditas de brim branco—1 dita de panno preto—

(89)

1 chapeo, e 1 bonet — 6 ceroulas de panno de linho — 12 camisas do mesmo — 4 lençoes do mesmo — 4 toalhas de mão do mesmo — 2 guardanapos de mesa — 12 lençoes, 2 gravatas de seda preta — 2 ditas de morcelina branca — 16 pares de meias de algodão — suspensorios, ligas, escovas, e pentes — 2 pares de sapatos grossos, e 1 de botins.

Art. 191. Toda a roupa dos Alumnos será marcada com seus respectivos numeros, e guardada em hum armario, ou divisão de armario particular na Vestiaria do Collegio.

Art. 192. Os serviços de costura, e engomado, que, para a conservação, e acio da roupa dos Alumnos forem necessários, serão, quanto for possível, feitos na Vestiaria.

Art. 193. Haverá para esses trabalhos tantas pessoas, quantas forem necessárias, contractadas a jornal pelo Thesoureiro, com approvação da Mestra da Vestiaria.

Art. 194. A Mestra da Vestiaria será escolhida pelos Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro, que lhe marcarão vencimentos annuaes.

Art. 195. Ella tem debaixo de sua inspecção tudo o que diz respeito á guarda, concerto, e acio da roupa dos Alumnos, pelo que será responsavel.

Art. 196. A lavagem da roupa poderá ser feita fora do Collegio, sendo della encarregadas as pessoas, com quem contractar a Mestra da Vestiaria, debaixo de sua responsabilidade.

Art. 197. A Vestiaria fica especialmente recommendada á vigilancia do Thesoureiro, que a deve visitar com frequencia, examinando o estado dos armarios, assentamentos da Mestra, e os trabalhos, em que se occupão as Empregadas.

Art. 198. Nunca debaixo de pretexto algum poderão os Alumnos ter entrada na Vestiaria; devendo tudo, o que disser respeito á roupa delles, ser feito sem sua ingerencia, entendendo-se a Mestra com o Thesoureiro, e este com os Serventes das Classes.

(90)

CAPITULO VI.

Das Despezas communs.

Art. 199. Vencerão ordenados fixos o Reitor, Vice-Reitor, Capellão, Thesoureiro, Professores, Substitutos e Inspectores de Alumnos.

Art. 200. Além dos ordenados fixos, vencerão os Professores huma Gratificação determinada pela maneira seguinte.

Deduzir-se-ha das Retribuições dos Alumnos internos, e dos externos a decima parte, que será rateada entre os Professores, em proporção do numero de seus Alumnos.

Art. 201. Os Professores das Aulas de Philosophia, Mathematica, Rhetorica, e Sciencias Naturaes, entrarão nesse rateio pelo duplo dos Alumnos, que frequentarem suas Aulas.

Art. 202. Quando na falta ou impedimento do Professor, algum Substituto, ou Inspector de Alumnos supprir suas vezes, a este competem os emolumentos do artigo antecedente, na proporção dos dias, que tiver servido.

Art. 203. Os vencimentos dos Empregados, que não se achão aqui determinados, serão annualmente fixados pelo Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro, com approvação do Ministro do Imperio, no orçamento annual do Collegio.

Art. 204. Os Inspectores de Alumnos e o Capellão são alimentados gratuitamente á custa do Collegio: os alimentos serão da mesma qualidade, que os dos Alumnos, e tomados no Refectorio.

Art. 205. Poderão igualmente ser alimentados á custa do Collegio o Reitor, Vice-Reitor, e Professores, que o quizerem, cedendo de seus ordenados a quantia, que for determinada no orçamento annual do Collegio.

(91)

TITULO IV.

Das Contas, e Orçamentos.

CAPITULO VII.

Das Contas semanaes, mensaes, e trimestraes.

Art. 206. Cada semana fará o Thesoureiro huma apontamento da despesa provavel, que tem de ser effectuada.

Art. 207. Apresentado ao Reitor, e por elle approvedo esse apontamento, tira-se-ha do Cofre a quantia, que for necessaria para as despezas.

Art. 208. Nessa mesma occasião dará o Thesoureiro conta ao Reitor das despezas effectuadas na semana antecedente, e do dinheiro recebido; restituindo as sobras, que houverem, ou tirando o que for preciso para cobrir o deficit.

Art. 209. No fim de cada mez o Thesoureiro extrahirá huma conta da receita e despesa effectuada, que será presente ao Reitor, e Vice-Reitor, para que a examinem, approvem, e rubricuem.

Art. 210. No fim de cada trimestre prestará elle ao Reitor, e Vice-Reitor as contas geraes da despesa e receita do trimestre; apresentará o estado do Cofre, e hum calculo da despesa e receita provavel do trimestre, que segue, feito na conformidade do orçamento annual approvedo pelo Ministro.

Art. 211. Este calculo será remetido por copia ao Ministro do Imperio, depois de approvedo e assignado pelos Reitor, e Vice-Reitor.

CAPITULO VIII.

Conta, e Orçamento annual.

Art. 212. No fim de cada anno o Thesoureiro organisará a conta geral da receita e despesa do Collegio, a qual, depois de approveda pelo Vice-Reitor, e Reitor, será remetida ao Ministro do Imperio.

(92)

Art. 213. Esta conta deve ser acompanhada de todas as demonstrações, e documentos, que, para sua clareza, e justificação forem necessários.

Art. 214. Para esse fim o Thesoureiro cobrará recibos, e clarezas de tudo quanto houver despendido.

Art. 215. O Ministro do Imperio examinará essa conta por si, ou por seus delegados e a approvará, ou mandará reformar, quando irregular; responsabilizando por ella ao Thesoureiro, ou a quem de direito for.

Art. 216. O Ministro poderá mandar vir á sua presença os livros da escripturação do Thesoureiro, para por meio dellos verificar a exactidão das contas.

Art. 217. Havendo saldos a favor do Collegio, serão elles applicados ás despezas extraordinarias, que houverem sido propostas, e approvedas; ou se as não houver, serão convertidos em Apolices da Divida Publica de propriedade do Collegio.

Art. 218. No caso de haver deficit, o Ministro autorisará, para fazer-lhe face, a applicação dos saldos anteriores, ou mesmo a venda de algumas Apolices.

Art. 219. Deve a conta ser acompanhada com o orçamento da receita e despesa do Collegio para o anno proximo futuro, feito pelo Reitor, Vice-Reitor, e Thesoureiro com a maior exactidão, e cuidado que for possível.

Art. 220. Neste orçamento a parte relativa á despesa será dividida nas cinco Classes do Art. 176.

Art. 221. O Ministro do Imperio, ao receber esse orçamento, examina-lo-ha por si, ou por delegados seus, com a possível brevidade; e, em frente das contas dos annos anteriores, approva-lo-ha pura e simplesmente, ou far-lhe-ha as necessarias modificações.

Art. 222. Na conformidade do orçamento assim approvedo, deverá o Thesoureiro fazer os apontamentos semanaes, e os calculos trimestraes das despezas, como mandão os Arts. 206, e 210.

Art. 223. Nenhuma despesa, que não houver sido prevista no orçamento, poderá ser effectuada, sem expressa autorisacão do Ministro do Imperio.

CAPITULO IX.

Das Livros de Escripção.

Art. 224. Os livros de escripturação do Thesou-reiro serão regularmente abertos, rubricados, e encer-rados pelo Reitor.

Art. 225. Essa escripturação será feita, quanto possível for, em partidas dobradas; e a despeza di-vidida nas cinco Classes mencionadas no artigo 176, de modo que a cada instante possam ser verificadas, e conhecido o estado da Caixa.

Art. 226. A differença dos annos, e das especies de despeza será religiosamente observada; e nunca con-fundi-se-ha com a receita ou despeza de hum anno o que pertencer a annos passados; sendo a arrecadação, ou pagamentos atrasados levados para conta geral do anno, a que disserem respeito.

Art. 227. Além do livro da receita e despeza, ha-verá, para a escripturação especial de cada hum dos cinco ramos da despeza, tantos cadernos subsidiarios, quantos o Reitor, Vice-Reitor, e Thesou-reiro julgarem necessários.

Art. 228. Para a verificação das receitas haverá pelo menos tres livros subsidiarios, o da Matricula dos Alumnos, o dos Proprios do Collegio, o das Doa-ções extraordinarias, e das Consignações do Poder Le-gislativo, e do Governo.

Art. 229. Esses livros serão escripturados com to-da a regularidade: no de Matriculas virá declarado o nome do Alumno, a data de sua entrada, e o nome de quem for responsavel por suas Retribuições.

Art. 230. O Reitor terá igualmente em seu poder tres livros inteiramente identicos aos do Thesou-reiro, de modo que sirvão para verificação da receita.

Art. 231. A todo o tempo poderá o Ministro do Imperio mandar vir á sua presença o Thesou-reiro do Collegio com seus livros, para examinar a regulari-dade da escripturação, o estado da Caixa, e o zelo da Administração.

Art. 232. Poderá tambem a todo tempo o Mi-nistro mandar ao Collegio Delegados seus, para pro-cederem a esses exames, visitarem a Vestiaria, Enfer-maria, Cozinhas, Despensas, e Dormitorios.

Art. 233. Os relatorios desses Delegados só serão publicos, quando o Ministro assim o entender; de or-dinario devem elles ficar reservados.

TITULO V.

CAPITULO X.

Disposições geraes.

Art. 234. O Alumno, que houver feito os estu-dos declarados nestes Estatutos, obterá o Diploma de Bacharel em Letras, quando em todas as materias en-sinadas for approvado.

Art. 235. O Bacharel em Letras não será obriga-do a fazer exames de preparatorios para entrar nas Academias do Imperio, bastando a apresentação de seu Diploma.

Esta determinação fica dependente da Approvação do Poder Legislativo.

Art. 236. Os Empregados, cuja nomeação não está expressamente commetida ao Reitor, serão nomea-dos pelo Governo.

Art. 237. As Disposições destes Estatutos, que não forem exequiveis desde já, começarão a ser executa-das á proporção, que for augmentando o numero dos Alumnos.

Art. 238. Todas as vezes que na parte, relativa ás Aulas, e lições, como v. g., premios, exames, &c., fallão estes Estatutos em — Alumnos, comprehende essa palavra tanto os internos, como os externos.

Art. 239. Todas as vezes que nelles se acha a palavra — Pai —, deve entender-se Tutores, Corres-pondentes, e em geral todos os que estão para com o Alumno na razão de Pai.

Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro e Se-cretario d'Estado dos Negocios da Justiça, encarre-

gado interinamente dos do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os Despachos neces-sarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta e hum de Janeiro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

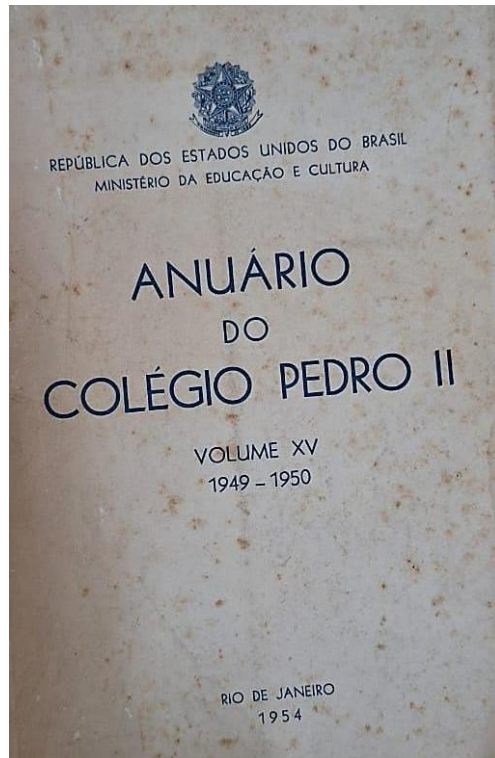
Pedro de Araujo Lima.

Bernardo Pereira de Vasconcellos.

NAS DIVERSAS AULAS DO COLLEGIO, E A QUE SE REFEREM AS TABELLAS, DE QUE TRATA O ARTIGO 117.

MATERIAS ESTUDADAS.	1. ^a AULA.	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a	TOTAL
Grammatica Nacional.....	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Latim.....	10	10	10	10	10	5	5	5	50
Grego.....	5	5	5	5	3	18
Francez.....	2	2	1	5
Inglez.....	1	2	2	5
Geographia.....	1	5	5	11	11
Historia.....	2	2	2	2	2	12
Rhetorica e Poetica.....	10	10	20
Philosophia.....	10	10	20
Mathematica	Arithmetica.....	1	5	5	11	11
	Geometria.....	2	2	4
	Algebra.....	5	5
	Trigonometria Mecanica.....	3	6	9
Astronomia.....	3	3	
Historia natural	(Zoologia.....)	2	2	4
	(Botanica..... Mineralogia.....)
Sciencias Physicas	Chimica / Physica	2	2	2	6
Desenho.....	4	2	2	8
Musica vocal.....	2	2	2	6
	30	30	25	25	25	24	24	24	207

Anexo D
Anuário do Colégio Pedro II³⁸



27 — 1919	Dr. Henrique de Toledo Dodsworth Filho	Física e Química
28 — 1920	Carlos Delgado de Carvalho ..	Inglês

MESTRES

1 — 1838	Francisco da Luz Pinto	Música
2 — 1838	Januário da Silva Arvellos ..	Música
3 — 1841	Guilherme Luiz Taube	Ginástica
4 — 1846	Frederico Hoppe	Ginástica
5 — 1884	Arthur Higgins	Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima
6 — 1906	Guilherme Herculano de Abreu ..	Ginástica

— 411 —

10 — 1880	Maurício Lamberg	Alemão
11 — 1915	Dr. Pedro do Couto	História Geral
12 — 1915	Adrien Dodpech	Francês
13 — 1915	Joaquim Luiz Mendes de Aguiar ..	Latim
14 — 1915	Alfredo do Rego Soares	Matemática
15 — 1915	Dr. Cecil Thiré	Matemática
16 — 1915	Alvaro Espinheira	Inglês
17 — 1915	Mario Belletti	Ginástica
18 — 1916	(x) Dr. José Philadelpho de Barros Azevedo	Psicologia, Lógica e História da Filosofia
19 — 1916	Dr. Augusto Xavier Oliveira de Menezes	Física e Química
20 — 1916	(x) Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo	Física e Química
21 — 1917	(x) Dr. Othelo de Souza Reis ..	Geografia
22 — 1917	Fernando Antonio Raja Gabaçlia	Geografia, Cosmografia do Brasil e Cosmografia
23 — 1917	Dr. José Rodrigues Leite e Otlicica	Português
24 — 1918	Dr. Honório de Souza Silvestre ..	Geografia e Cosmografia do Brasil e Elementos de Cosmografia
25 — 1918	(x) Dr. Guilherme Augusto de Moura	Física e Química
26 — 1919	Dr. Waldemiro Alves Potech ..	História Natural
27 — 1919	Dr. Henrique de Toledo Dodsworth Filho	Física e Química
28 — 1920	Carlos Delgado de Carvalho ..	Inglês

MESTRES

1 — 1838	Francisco da Luz Pinto	Música
2 — 1838	Januário da Silva Arvellos ..	Música
3 — 1841	Guilherme Luiz Taube	Ginástica
4 — 1846	Frederico Hoppe	Ginástica
5 — 1884	Arthur Higgins	Ginástica, Evoluções Militares e Esgrima
6 — 1906	Guilherme Herculano de Abreu ..	Ginástica

RELAÇÃO DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS E EFETIVOS DO COLÉGIO PEDRO II DE 1838 A 1950

1 — 1838	Dr. Joaquim Caetano da Silva ..	Grego
2 — 1838	Manuel de Araújo Porto alegre ..	Desenho
3 — 1838	Francisco Maria Piquet	Francês
4 — 1838	João de Castro Silva	Latim
5 — 1838	Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia	História Natural
6 — 1838	Dr. Justiniano José da Rocha ..	Geografia e História
7 — 1838	Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhaens, Visconde de Araguaia	Filosofia
8 — 1838	Jorge Furtado de Mendonça ..	Latim
9 — 1838	Padre Leandro Rebelo Peixoto e Castro	Religião
10 — 1838	Gabriel de Medeiros Gomes ..	Português
17 — 1838	Padre Joaquim de Oliveira	Religião
12 — 1839	Dio Mare	Inglês
13 — 1839	Candido Matheos de Faria Pardal	Desenho
14 — 1839	Lino Antonio Rabello	Matemática
15 — 1839	Padre Manuel Antonio da Silva ..	Religião
16 — 1840	Carlos Roberto, Barão de Plannitz	Alemão
17 — 1840	Tiburcio Antonio Craveiro ..	Latim
18 — 1840	Conego Dr. Marcelino José da Ribeira Silva Bueno	Geografia e História
19 — 1842	Santiago Nunes Ribeiro	Filosofia e Retórica
20 — 1843	Bernardo José Falletti	Latim
21 — 1844	José Luiz Alves	Inglês
22 — 1847	João Baptista Calógeras	Geografia e História
23 — 1847	Joseph Hermann, Barão de Tautpoeus	Alemão, Grego e História
24 — 1847	Dr. Francisco de Paula Menezes ..	Filosofia e Retórica

³⁸ BRASIL. Anuário do Colégio Pedro II - 1949-1950. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1954.

NOTAS

A presente relação, constituída de 204 nomes foi coligida até o ano de 1920 pelo saudoso amigo professor José Philadelpho de Barros Azevedo, cuja publicação está no anuário de 1917. De 1920 em diante, até 1950, a referida lista foi completada por Dr. Octacílio A. Pereira, Secretário do Externato e da Congregação.

Aproveitando-se do trabalho executado, o professor Octacílio resolveu grupar por disciplinas os nomes dos que têm exercido a cátedra no Colégio Pedro II, desde 1838 até 1950.

Os nomes precedidos de um asterístico (*) indicam que o professor é graduado em Ciências e Letras pelo Colégio Pedro II, dentre os quais, devemos salientar que alcançaram o prêmio "Panteon" Gastão Mathias Ruch Sturzenecker, José Philadelpho de Barros Azevedo, Euclides de Medeiros Guimarães Roxo e Antenor Nascentes.

RELAÇÃO COMPLETA DOS PROFESSORES CATEDRÁTICOS, SUBSTITUTOS E MESTRES EFETIVOS DE AMBAS AS SEÇÕES DO COLEGIO PEDRO II DE 1938 a 1950

ORGANIZADA POR ORDEM DAS NOMEAÇÕES E INDICANDO AS RESPECTIVAS CADEIRAS E DISCIPLINAS

GALERIA DOS MESMOS PROFESSORES

PORTARIA N.º 81, DE 20 DE SETEMBRO DE 1949.
DO DIRETOR DO EXTERNATO.

Anexo E

Docentes do Departamento de Educação Musical do Colégio Pedro II – junho de 2025.³⁹

	NOME COMPLETO	LOTAÇÃO	SITUAÇÃO/ FUNÇÃO	TITULAÇÃO
1	AFFONSO CELSO DE MIRANDA NETO	CHII	Efetivo	Doutorado (Prof. Titular)
2	ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA	CRI	Substituto	Especialização
3	ANA PAULA TEIXEIRA CRUZ	CRII/ EM	Efetiva	Mestrado
4	ANNA CRISTINA CARDOZO DA FONSECA	CENII/ EPMEB	Efetiva/ Chefe de Departamento	Doutorado (Prof. Titular)
5	AUGUSTO PIRES ORDINE	CHII	Efetivo	Mestrado
6	BRUNO DE GOUVÊA MARTI FERRÃO	CSCI	Efetivo	Mestrado
7	CALU TEIXEIRA COELHO	CTI	Efetivo/ Coordenador Pedagógico	Mestrado
8	CASSIANE GAMA CRUZ DE MOURA	CRI	Efetiva	Mestrado
9	CECÍLIA VANESSA ALEXANDRE DE SOUZA	CENII/ EPMEB	Efetiva/ Coord. Ped.	Mestrado
10	CLARA FERNANDES ALBUQUERQUE	CC	Efetiva	Doutorado
11	CRISTINA SILVA KREUTZFELD	CRI	Efetiva	Doutorado
12	DAÍS OLIVEIRA RAMOS SANTOS	CENI	Substituta	Especialização
13	DANIEL COSTA FERNANDES	CRII/ EM	Efetivo	Mestrado
14	EDUARDO PRESTES MASSENA	CRII	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado
15	ELIZABETH MENDONÇA DAU	CENI	Efetiva	Especialização
16	ERICK CONRADO DO CARMO SILVA	CREIR	Substituto	Graduação
17	FABIANO MUNIZ LIMA	CRII/ EM	Efetivo	Especialização
18	FELIPE SANTOS MARQUES DE OLIVEIRA	CREIR	Efetivo/ Coord. Ped.	Especialização
19	FERNANDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO	CSCI	Efetivo	Mestrado
20	GABRIEL MONTEIRO JACARANDÁ	CRII/ SCI	Substituto	Mestrado
21	GABRIELA DE SOUSA SANTOS	CENII	Efetiva	Graduação
22	GERALDO LEÃO DAS OLIVEIRAS FILHO	CHI	Efetivo/ Coord. Ped.	Mestrado
23	HELDER ALVES DE OLIVEIRA	CTII	Efetivo	Doutorado
24	ISABELA QUERASIAN ALBOR	CREIR	Substituta	Especialização
25	JOÃO MARCELO LANZILLOTTI DA SILVA	CSCIII	Efetivo/ Coord. Ped. do Espaço Musical	Doutorado (Prof. Titular)

³⁹ Siglas: CC = Campus Centro, CREIR = Centro de Referência em Educação Infantil Realengo, CDC = Campus Duque de Caxias, EM = Escola de Música, CENI = Campus Engenho Novo I, CENII = Campus Engenho Novo II, EPMEB = Especialização em Práticas Musicais na Educação Básica, CHI = Campus Humaitá I, CHII = Campus Humaitá II, CN = Campus Niterói, PROPGPEC = Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, CRI = Campus Realengo I, CRII = Campus Realengo II, CSCI = Campus São Cristóvão I, CSCII = Campus São Cristóvão II, CSCIII = Campus São Cristóvão III, CTI = Campus Tijuca I, CTII = Campus Tijuca II. Os dados aqui mostrados foram recolhidos pelo prof. Roberto Stepheson, em consulta aos Lattes dos docentes e à Chefe do Departamento de Educação Musical do Colégio Pedro II, prof.ª Anna Cristina Cardozo da Fonseca.

26	JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES FERREIRA	CENII	Efetivo	Especialização
27	JULIAN DIEGO QUEZADA QUILODRAN	CSCI	Substituto	Graduação
28	JULIANA MARIA CHRISPIM CAMPELO LIMA	PROPGPEC/ EPMEB	Efetiva/ Coord. da Coordenadoria de Cultura	Mestrado
29	LEONARDO STEFANO MASQUIO	CRII	Efetivo	Mestrado
30	LÍLIAM CAFIERO AMEAL	CHI	Efetiva/ Coord. Ped.	Mestrado
31	KARIN PERES VERTHEIN	CTII	Efetiva	Graduação
32	MÁRCIO ALEXANDRE DO NASCIMENTO	CRI	Substituto	Mestrado
33	MARIA APARECIDA ETELVINA IVAS LIMA	CN	Efetiva/ NAPNE	Especialização
34	MÁRIO ALEXANDRE DANTAS BARBOSA	CRI	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado
35	MAURÍCIO CARVALHO DURÃO BARBOSA	CSCII	Efetivo/ Coord. Ped.	Mestrado
36	MAURO LUIZ DA ROCHA SOARES	CSCII/ CSCI	Efetivo	Mestrado
37	MAXIMILIANO ALMEIDA BASTOS DA COSTA MARQUES	CSCII	Efetivo	Doutorado (Prof. Titular)
38	MILENA TIBÚRCIO DE OLIVEIRA ANTUNES CAETANO	CHII	Efetiva/ Coord. Ped.	Mestrado
39	NEILA RUIZ ALFONZO	CTII	Efetiva/ Coord. Ped.	Doutorado
40	PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA COUTINHO	CN	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado
41	PEDRO DA SILVA PAMPLONA	CRII	Efetivo	Graduação
42	PEDRO HENRIQUE DE SOUZA BORGES	CSCII	Efetivo	Mestrado
43	PEDRO MACEDO MENDONÇA	CTI	Efetivo	Doutorado
44	PRISCILA LOUREIRO REIS	CENI	Efetiva	Mestrado
45	PRISCILLA HYGINO RODRIGUES DA SILVA DONATO	CTI	Efetiva	Mestrado
46	REBECA VIEIRA DE QUEIROZ ALMEIDA	CTII	Efetiva	Doutorado
47	RENATO ANTONIO FERREIRA SIMÕES	CRII/ EM	Efetivo	Mestrado
48	RENATO SANTORO REZENDE	CHI	Efetivo	Mestrado
49	RICARDO GOLDFELD SZPILMAN	CSCII	Efetivo	Mestrado
50	RICARDO MURTINHO BRAGA COTRIM	C	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado
51	ROBERTO STEPHESON ANCHIÊTA MACHADO	CSCIII/ EPMEB	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado (Prof. Titular)
52	RODRIGO RUSSANO	CSCIII	Efetivo	Mestrado
53	ROGÉRIO BARROSO LOPES	CENI	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado
54	RONALDO MURTINHO BRAGA COTRIM	CC/ EPMEB	Efetivo	Mestrado
55	SAMUEL DE ANDRADE GOMES	CSCI	Efetivo/ Coord. Ped.	Mestrado
56	SOLANGE PEREIRA DE ABREU	CRII/ EM/ EPMEB	Efetiva/ Coord. Ped. do Curso Técnico de Música e da Escola de Música	Doutorado
57	SHIRLEY GOES DE OLIVEIRA SOUZA	CSCI	Efetivo	Mestrado
58	TATIANA DUMAS MACEDO	CHII	Efetiva	Doutorado

59	THIAGO BARBOZA HENRIQUE MARTINS PINHEIRO	CRII	Efetivo	Mestrado
60	THIAGO FERREIRA DE AQUINO	CDC	Efetivo/ Coord. Ped.	Doutorado
61	VANESSA WEBER DE CASTRO	CRII/ EM/ EPMEB	Efetiva/ Coord. Ped. da EPMEB	Doutorado
62	WASTI SILVÉRIO CISZEVSKI HENRIQUES	CRI/ EPMEB	Efetiva	Doutorado

Graduação: 05
Especialização: 08
Mestrado: 28
Doutorado: 21

Total: 62 docentes